ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 346
4 de Setembro de 1980

Preço: 12$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

«Se a «AD» ganhasse as eleições e continuasse no Governo, em breve os 9000$00 (com aumentos galopantes dos preços) valeriam muito menos que hoje valem 7500$00»

O aumento do salário mínimo e outras medidas da «AD» analisadas no discurso de Álvaro Cunhal em Almada (pág. 8) e em nota da SIP (pág. 12)

Um aspecto do comício realizado no passado domingo na Marinha Grande, na Festa do Futuro: uma imagem que se repete em todo o Portugal

CAMARADAS: ISTO VAI!

Iniciativas em todo o país dão notícia do crescente apoio à APU

A campanha eleitoral vai abrir em Lisboa com um grande desfile, no dia 14, que partirá às 15 horas do Martim Moniz para a Alameda D. Afonso Henriques, onde, às 17 horas, se realizará um comício em que participam Álvaro Cunhal, José Manuel Tengarrinha e Manuel Lopes

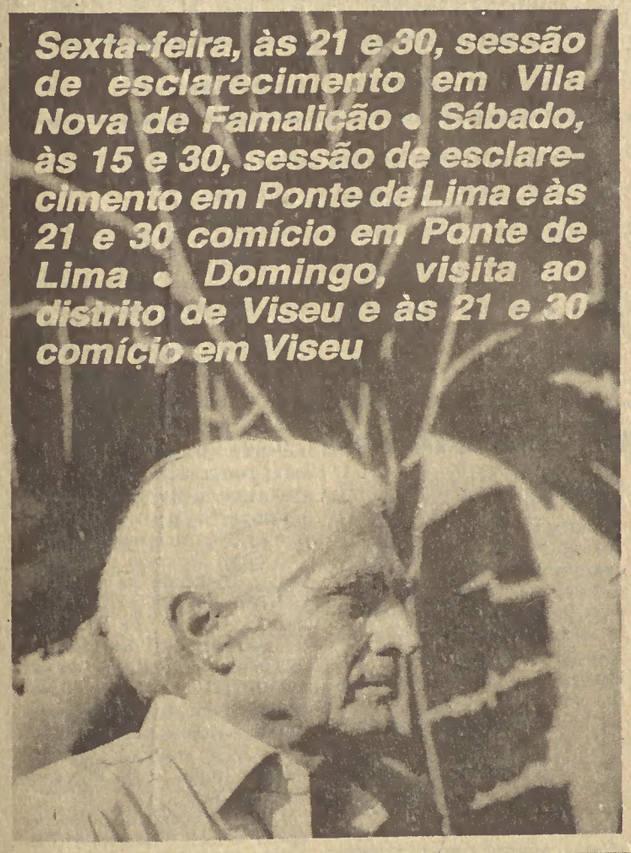
COMUNICAÇÃO SOCIAL

Mais pormenores sobre a RTP ao serviço da «AD» e a denúncia do que se passa no «Jornal de Notícias» do Porto: a «nova» administração imposta pelo CDS e PPD começou imediatamente por tentar impedir a publicação de uma entrevista com um membro do Conselho da Revolução! **Pág. 12**

PRATES CANELAS

O cavalheiro que dá por este nome é assistente do MAP onde trabalha com Goulão da CAP: já recebeu 15 (quinze!) reservas no Alentejo oferecidas pelos amigalhaços «AD». Corrupção é termo já insuficiente para o repugnante lamaçal de violências, roubos, vigarices que é o Ministério da Agricultura e Pescas «AD» – **Pág. 10**

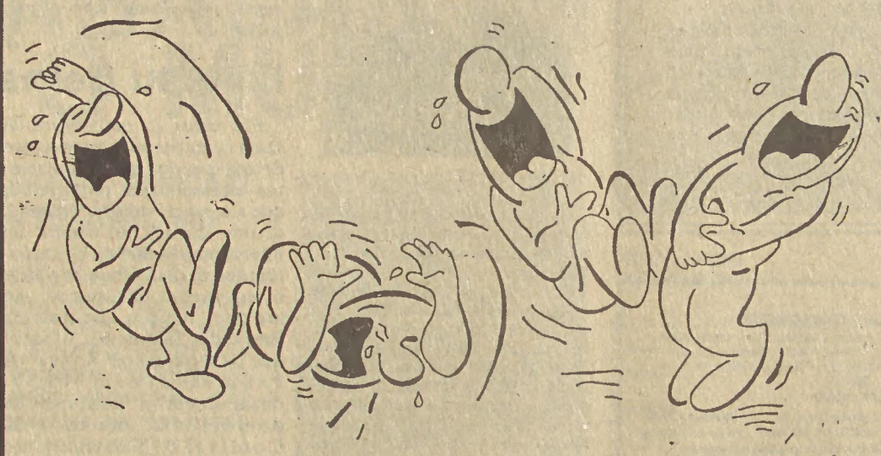
Sexta-feira, às 21 e 30, sessão de esclarecimento em Vila Nova de Famalicão • Sábado, às 15 e 30, sessão de esclarecimento em Ponte de Lima e às 21 e 30 comício em Ponte de Lima • Domingo, visita ao distrito de Viseu e às 21 e 30 comício em Viseu



pois... nº1

«Sá Carneiro é um homem adepto da vida democrática»

Mário Soares – «DL» de 9/VI/80



A reunião efectuada no Funchal para preparação da campanha no passado fim-de-semana

MADEIRA

Os comunistas da Madeira preparam activamente a campanha eleitoral – Pág. 9

Editorial **DERROTAR A «AD» TAREFA ESSENCIAL**

Editorial

DERROTAR A «AD» TAREFA ESSENCIAL

O auge de uma grande batalha política de quatro meses vai a partir da próxima semana empenhar todo o Povo português. Dois actos eleitorais de capital importância mobilizarão as atenções do País até aos derradeiros dias de 1980.

É uma dura e difícil batalha cujos resultados poderão influir, decisivamente, no imediato e a médio prazo, nos destinos do nosso Povo e da nossa Pátria.

Impor uma concludente derrota às forças da reacção, cuja cabeça política visível é a «AD» — tem a outra invisível, clandestina — e garantir o triunfo das forças democráticas, é não só uma necessidade histórica da Revolução portuguesa como uma possibilidade real ao alcance das massas populares e de todos os portugueses democratas e patriotas desejosos de preservar as conquistas fundamentais do 25 de Abril.

Obviamente, as linhas de confrontação política entre as forças democráticas e os inimigos da democracia estão longe de se confinarem aos estritos limites de uma pugna eleitoral.

O combate transcende essas fronteiras e alarga-se a outras frentes que se complementam e interligam:

Na frente laboral **é a luta pelo aumento de salários, pensões e reformas; contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho; pelo melhoramento geral das condições de vida dos trabalhadores; contra o cerceamento dos seus direitos, liberdades e garantias;**

Na Frente Reforma Agrária, **é a luta contra as ilegalidades, roubos e violências do MAP e dos agrários, contra a destruição das UCPs/Cooperativas e da própria Reforma Agrária, contra a reconstituição dos latifúndios;**

Na frente da informação **é a luta contra o restabelecimento da censura à Imprensa falada e escrita, contra a descarada manipulação e partidarização dos órgãos de comunicação social estatizados a favor da «AD», contra os saneamentos políticos de profissionais da informação não afectos à «AD» e o assalto generalizado aos órgãos de comunicação social pelos homens de mão da direita e da extrema-direita ao serviço da «AD».**

Os pequenos e médios agricultores, os reformados, as mulheres, os jovens, os modestos empresários do comércio e da indústria, as populações locais, guarnecem outros tantos sectores de luta contra a política da «AD».

Neste combate em várias frentes cada posição deve ser defendida e mantida com determinação, firmeza e audácia política até à demissão do Governo Sá Carneiro e à correcção dos seus atropelos e ilegalidades. São importantes frentes de luta que se impõem a todos os trabalhadores, a todos os portugueses democratas e patriotas.

É, contudo, a batalha eleitoral que preleva todas as outras, é ela que reclama o empenhamento imediato e prioritário das forças democráticas na conjuntura actual, é aí que vai decidir-se — no quadro das instituições democráticas actuais — da importante questão do Poder para os anos mais próximos.

Compreender isto no plano político e agir em concordância no plano prático é uma condição necessária para derrotar a reacção e garantir a vitória das forças democráticas nas próximas eleições.

PÔR de novo em minoria na Assembleia da República as forças reaccionárias coligadas na «AD» é, pois, uma tarefa essencial do Povo português e do Portugal de Abril nas eleições de 5 de Outubro.

Este objectivo pode ser e deverá ser alcançado, a vitória é necessária e possível, dessa necessidade e possibilidade importa capacitar o Povo português.

Alcançar esta necessária vitória não é fácil. Os inimigos da democracia portuguesa dominam a máquina do Estado, a sua falta de escrúpulos e de respeito pelas instituições democráticas é total.

As forças reaccionárias detentoras do Poder, cada vez mais isoladas do Povo, preparam activamente uma grande farsa eleitoral e ao mesmo tempo organizam na sombra dos gabinetes do Governo «AD» uma criminosa conspiração contra a democracia.

Toda a máquina do Estado e os dinheiros do Povo estão mobilizados ao serviço dos objectivos eleitoralistas e golpistas da «AD».

Uma grande operação demagógica e subversiva a partir das posições do Poder está já em curso e vai intensificar-se neste mês que medeia até às eleições de Outubro e para além delas.

Sá Carneiro cuja degradada imagem moral o Povo começa a ver em toda a sua nudez e com a qual se irmana toda a equipa governante da «AD» com Freitas do Amaral à cabeça, tripudia com a máquina e os dinheiros do Estado como tripudiou com as suas contas bancárias contra a Banca nacionalizada.

A imagem de escândalo do Primeiro-Ministro começa a inquietar muitos dos que o ajudaram a guindar-se à chefia do Governo e nele confiaram.

É significativo que o próprio Arcebispo de Braga, D. Eurico Nogueira, tenha proferido diante de milhares de peregrinos, numa referência inequívoca a Sá Carneiro e à sua equipa governante, que «os profissionais da política começam a perder o crédito junto do eleitorado que neles confiou».

Certos círculos da alta hierarquia católica, diante do descrédito total de governantes da «AD», levantam hoje sérias reservas quanto à prática política de Sá Carneiro que não correspondeu às esperanças e promessas que muitos portugueses alimentavam com o seu acesso ao Governo.

ALIÁS, a imoralidade e a falta de escrúpulos está no centro da vasta operação demagógica desencadeada pelo Governo «AD» com vistas às eleições de Outubro.

O Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral aumentou agora «generosamente» — e para começar em Outubro! — o salário mínimo nacional e as pensões e reformas. Prepara certamente novas «dádivas» ao Povo português cujas condições de vida agravou numa escala jamais atingida.

O salário mínimo de 9000 escudos fora reivindicado em Março pelo III Congresso da CGTP-Intersindical e já então os congressistas o consideravam ainda abaixo das exigências do custo de vida.

De Abril até Outubro o fosso alargou-se ainda mais, os 9000 escudos de então representariam hoje mais de 10 300 escudos tendo em conta a desvalorização da moeda e os agravamentos da carestia da vida.

As «generosas» pensões e reformas atribuídas aos pensionistas e reformados a partir de Outubro situam-se abaixo não só das que foram reivindicadas pela CGTP-IN como pelo próprio MURPI.

A «generosidade» dos governantes da «AD» assume todo o seu cinismo e imoralidade quando se lembra que desde Julho, Sá Carneiro como Primeiro-Ministro passou a ganhar 64 700 escudos, Freitas do Amaral 61 200, os ministros 57 600 e os secretários de Estado 50 300 escudos mensais, além, claro está, de chorudas «ajudas de custo».

A utilização dos dinheiros públicos para os objectivos eleitoralistas da «AD» começa a adquirir expressão escandalosa nos domínios mais variados da administração estatal.

A revalorização das reservas de ouro do Banco de Portugal pelo Governo «AD» em Fevereiro deste ano, que deveria ter efeitos meramente contabilísticos e conjunturais, uma vez que ligada a manobras especulativas no mercado monetário internacional, foi, contudo, o meio de subtrair ao tesouro público 15 milhões de contos da hipotética mais-valia de 20 milhões, obtida com a «revalorização» e nitidamente para custear gastos faustosos dos governantes, para utilização eleitoralista da «AD».

O mesmo no que respeita ao roubo de 25 milhões de contos às autarquias, verba que o Governo escamoteou na recusa a cumprir as exigências da Lei das Finanças Locais, aprovada antes na AR e promulgada pelo PR, escudando-se no falacioso argumento de que não estavam definidas as competências dos órgãos autárquicos.

O Governo subtraiu 25 milhões de contos, mas recentemente veio «oferecer» às autarquias... 5 milhões!

Torna-se evidente que tais vultosas verbas e outras obtidas através da distorção do Orçamento Geral do Estado vão ser postas com perdularidade ao serviço dos objectivos eleitoralistas da «AD» para burlar e tentar ganhar as boas graças e os votos dos portugueses nas eleições de Outubro.

SÁ CARNEIRO sobre quem impendem as conhecidas e documentadas acusações de fraude não hesita em manejar as alavancas do Governo para se tentar branquear das suas trapacices como se verificou agora com a apressada publicação do decreto-lei que permite utilizar as acções congeladas para pagamentos de dívidas aos bancos e outras empresas nacionalizadas.

A demagogia encobre a mais desenfreada exploração do povo trabalhador e destina-se a dourar a pílula da escandalosa e antipopular política do Governo «AD».

As escandaleiras na Comunicação Social tocam as raias do inconcebível. À manipulação da Rádio, da Televisão e da Imprensa estatizada pela «AD» vem agora juntar-se a preciosa ajuda financeira à Imprensa privada, ou seja, à imprensa reaccionária e fascista em quebra que consome largo papel, com a criação da Sociedade Paraempresa, parabancária, destinada à «recuperação dos órgãos de Comunicação Social privados» que beneficiará fundamentalmente a imprensa afecta à «AD» com os dinheiros do Povo.

Nas proximidades da abertura da campanha eleitoral esta «generosa ajuda» tem um evidente significado político. Contudo, o cúmulo do cinismo e do manejo eleitoralista da máquina do Estado a favor da «AD» é a operação de grande estilo de «distribuição de terras a pequenos agricultores, rendeiros e seareiros e a jovens agricultores e trabalhadores rurais» ontem levada a efeito pelo Primeiro-Ministro e outros figurões do Governo no concelho de Grândola «Vila Morena» e de Ferreira do Alentejo.

O Governo «AD» já roubou às UCPs mais de metade dos 430 000 hectares subtraídos às terras da Reforma Agrária, dezenas de latifúndios foram reconstituídos, a corrupção e o compadrio determina as expedições do MAP, capitaneado por Cardoso e Cunha e Goulão que tem levado às terras do Alentejo e do Ribatejo as maiores violências, atropelos e ilegalidades. Milhões de contos foram roubados, sob a custódia da GNR e muitas vezes sob inauditas violências contra as populações, em máquinas, gados, frutos pendentes; muitos milhares de trabalhadores, homens e mulheres, foram atirados para o desemprego. Altos funcionários do MAP, como Prates Canelas, brindado pelo amigo Goulão com a décima quinta reserva, estão no centro de altas operações de corrupção dos governantes da «AD».

A operação «Rio Maior» de domingo último além de constituir um insulto à população laboriosa daquele concelho ribatejano, vale como um símbolo da política, do carácter e dos projectos golpistas da «AD» e pessoalmente do Primeiro-Ministro, Sá Carneiro.

PREPARAR activamente a derrota eleitoral da «AD» é a tarefa central que deve nortear e mobilizar todos os patriotas que querem dignificar a sua terra e opor uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual. Uma tal alternativa só a APU a dá ao Povo português, pelo seu programa e pela sua prática.

Por todo o País, a Aliança Povo Unido (APU) que integra o PCP, o MDP/CDE e numerosos democratas independentes, recolhe significativas adesões.

A necessária vitória das forças democráticas assentará fundamentalmente na votação maciça no PCP e na APU, em candidatos que já provaram na prática ser os estrénuos defensores do Povo português, da Democracia portuguesa, do 25 de Abril.

Cada vez mais uma convicção se radica no seio das massas populares:

Com o PCP, com a APU, Abril vencerá!

Algumas notas sobre a nossa campanha

Dentro de pouco mais de uma semana abrirá oficialmente a campanha eleitoral para as eleições legislativas.

Mercê de circunstâncias de ordem vária, o trabalho e o clima de pré-campanha são já uma realidade, mas naturalmente que serão as próximas semanas que conhecerão o maior esforço no sentido de ganhar o eleitorado e assegurar a derrota dos partidos da direita.

O PCP, as suas organizações e os seus militantes têm já uma experiência grande de trabalho eleitoral, mas interessa fazer um breve balanço de algumas experiências que se têm vindo a revelar mais produtivas e sublinhar alguns aspectos que desde já surgem como fundamentais.

Um primeiro facto é indispensável sublinhar: a campanha da APU — como todo o trabalho das forças democráticas que a constituem — baseia-se essencialmente na militância, no esforço e no trabalho dos militantes e simpatizantes, na sua capacidade de organização e de mobilização do que nos grandes meios financeiros postos ao seu dispor.

Naturalmente que este aspecto começa por ser uma inelutável necessidade. A APU e o PCP não dispõem (como aliás se refere no artigo deste número sobre a questão dos fundos para a campanha eleitoral) das chorudas quantias que suspeitamente se derramam sobre as outras forças concorrentes — desde os marcos, dólares e florins que com todo o descaro afluem aos cofres dos partidos da direita e do próprio PS até aos nebulosos recursos de partidos e partidinhos esquerdistas de cujos proventos ninguém descortina a origem...

Os dinheiros do PCP provêm exclusivamente do que os seus militantes e amigos mobilizam para a sua actividade e têm de ser judiciosa e criteriosamente administrados, **não apenas para nos mantermos dentros dos limites das nossas reais possibilidades, como também para lhes darmos a melhor e mais eficaz utilização.**

Há aqui critérios de economia a ter em conta e que a experiência ensina não terem fatalmente um reflexo paralizante ou sequer negativo na nossa campanha. Aponte-se aqui como exemplo um trabalho já realizado e que fala só por si.

A última campanha eleitoral — de Dezembro do ano passado — revelou com particular acutilância a importância das aparelhagens sonoras. A «AD» contou com recursos enormes neste campo que lhe foram postos à disposição nomeadamente pela UCD espanhola de Adolfo Suarez que ofereceu aos partidos da Aliança Reaccionária vários milhares de contos de amplificadores, cornetas, altifalantes, microfones, etc., com os quais as hostes da direita fizeram bastante barulho por esse país fora.

Não é novidade para ninguém os preços astronómicos deste tipo de material: um prosaico amplificador de média potência para alimentar a aparelhagem de um carro sonoro atinge preços no mercado superiores a uma vintena de contos e com cornetas, etc., etc., com a maior das facilidades vai aos trinta e tal — e apenas para um carro.

Pois a verdade é que se criaram condições para que hoje em dia quase todas as organizações regionais do nosso Partido se encontrem equipadas com vários sistemas de sonorização para viaturas (e também para outras realizações ao ar livre, em palcos, recintos fechados, etc.) em moldes económicos que foram suportáveis.

Como foi isto possível?

Foi possível porque uma pequena equipe de camaradas do Partido **fabricaram** umas dezenas de amplificadores e colunas, adquirindo-se o material e oferecendo os camaradas o seu trabalho! Tratou-se evidentemente de um trabalho altamente especializado que chegou mesmo a um apuro assinalável: os amplificadores para aparelhagens de automóvel têm características inovadoras (concretamente, podem, sem necessidade de transformadores ou outras peças exteriores ser ligados às baterias de automóvel ou directamente à corrente normal de 220) e a inovação foi inclusivamente patenteada!

Os preços atingidos por estes equipamentos foi cinco, seis e às vezes mesmo menos inferior aos que teríamos que suportar numa aquisição normal!

Muitos outros casos de cuidada gestão dos nossos dinheiros poderiam ser apontados, interessando em suma ficarmos com a ideia de que com esforço, imaginação e respeito pelos bens do Partido temos condições suficientes para dispor de meios suficientes e eficazes.

Esta faceta de ser fundamentalmente na qualidade humana do nosso trabalho que a nossa campanha se tem de basear enlaça-se contudo harmoniosamente com as características que politicamente se tem de lhe atribuir.

Não é — nem pode ser — caraterística da nossa acção política em todas as circunstâncias o grande *charivari*, a grande «lavagem ao cérebro», recorrendo a meios inusitados, agressivos e contundentes.

É no convencimento, é no contacto directo com as pessoas, nas razões e nos factos das nossas críticas e das nossas propostas que se pode seriamente concretizar o alargamento de influência que é já um facto.

Não significa isto — bem pelo contrário — que abandonemos as grandes iniciativas, as grandes afirmações de massas e as grandes afirmações da capacidade de organização e de realização dos comunistas e dos democratas.

O grande cortejo de abertura da campanha previsto pela organização de Lisboa, os comícios e caravanas são com toda a evidência acções importantes, mas no decorrer de toda a campanha temos de ter uma preocupação bem clara e sempre presente: **não podemos estar à espera de que as pessoas venham ter connosco, temos de ser nós a ir ter com elas.** Não podemos na realidade acantonarmo-nos em sessões, metidos dentro de uma sala ou de um qualquer outro recinto, divulgarmos umas tarjetas e aguardarmos tranquilamente do lado de trás de uma mesa e de um microfone que as pessoas se desloquem até nós para escutar as nossas razões e ouvir as nossas propostas. As sessões de esclarecimento continuam a ser armas importantes da nossa acção, mas temos de as desmultiplicar em milhares de pequenas sessões em que sejamos nós próprios a ir ter com as populações, com os eleitores, debatendo caso a caso, pessoa a pessoa os problemas reais das populações, os seus anseios, esclarecendo as suas dúvidas, auscultando os seus problemas e aspirações.

A experiência das duas últimas campanhas eleitorais tornaram claríssimo as grandes potencialidades abertas pelos porta-a-porta e pelas bancas de rua — tipos de trabalho já postos largamente em prática nos últimos tempos em moldes a confirmar vigorosamente as conclusões anteriores.

Na reportagem que publicamos neste número sobre a preparação do trabalho eleitoral na Região Autónoma da Madeira citamos uma camarada que sublinha o facto de, nas condições de limitações reais das liberdades como as ali impostas pelo Governo PPD, o «simples facto de dar a cara é já em si um factor de propaganda eleitoral». Sendo que apesar de tudo a situação no continente é diferente da existente na Madeira (como aliás também nos Açores) a verdade é que o «dar a cara», o contacto directo e humano desempenha um papel essencial no combate a preconceitos anticomunistas, ao esclarecimento das calúnias e dos equívocos e dá à nossa acção de esclarecimento uma concisão, uma precisão que nenhum documento por bem elaborado que seja pode conseguir.

E ainda um aspecto extremamente importante: **este contacto directo não tem apenas um sentido, mas dois!** Não se trata apenas de **levarmos** a nossa palavra, as nossas posições e as nossas propostas, mas também de **trazermos** o palpitar da vida concreta, dos problemas reais e do estado de espírito das pessoas, das massas — o que constituir um precioso manancial de acerto, concretização e elaboração da nossa acção e do nosso trabalho.

No final da campanha de Dezembro do ano passado, ouvimos um camarada dizer que a questão se punha afinal quase em termos de se perguntar a cada militante do Partido: «quantos votos é que **pessoalmente** já garantiste para a APU?!» E a afirmação tem alguma razão de ser! Um grande esforço organizado que se baseie no empenhamento de todos e de cada um dos militantes e simpatizantes do Partido a todos os níveis, em todas as circunstâncias.

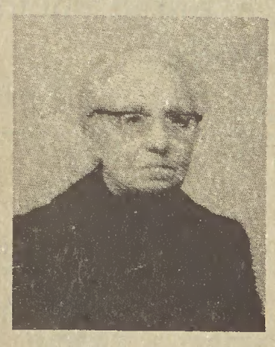
E, finalmente, um aspecto a que no próximo número voltaremos mais desenvolvidamente mas que desde já é necessário sublinhar com um vigoroso traço vermelho: **a quem se dirige a nossa campanha.**

E a resposta é simples: **a toda a gente!**

O que, naturalmente, significa que não haja limites para a nossa acção de esclarecimento, para as nossas abordagens, para o nosso trabalho de propaganda eleitoral.

Não é apenas nos bastiões da classe operária, nos bastiões das forças democráticas que interessa trabalhar e alargar a votação: é também lá onde a influência da direita ainda se faz sentir, onde afinal mais necessário se torna esclarecer e mobilizar.

Camaradas falecidos



Flora Carlota Alves Magro foi a sepultar no Cemitério do Lumiar na passada terça-feira, dia 2 de Setembro.

Era mãe do camarada José Magro, membro do Comité Central do PCP, falecido há meses, o que representou para a sua avançada idade e saúde abalada, um golpe decisivo. Era uma mulher conhecida por muitos dos que sofreram a repressão fascista e passaram longos anos no cativeiro. Anos que ela levou caminhando para as prisões fascistas, para as «visitas» aos seus familiares lutadores, democratas, nomeadamente a seu filho, José Magro, um dos camaradas que mais anos de cativeiro político somou.

Havia quem chamasse a esta mulher «a prisioneira externa» das cadeias fascistas: por isto mesmo, por esta vida a caminho de Caxias e de Peniche para ver por alguns minutos, através de um vidro, aqueles que amava.

De estatura pequena, vestida de negro, passo lento, ela era uma mulher que todos os familiares dos presos e os próprios presos iam conhecendo, admirando pela sua coragem, estimando pela sua simpatia.

Flora Carlota Alves Magro foi a sepultar no dia 2 de Agosto.

É um pedaço da memória dos lutadores antifascistas que permanecerá.

A Família, e a todos quantos com ela conviveram, o «Avante!» expressa as suas profundas condolências.

ANTÓNIO DA ENCARNAÇÃO CABECINHA — Faleceu no passado dia 10 de Agosto o camarada António da Encarnação Cabecinha, militante da Célula da Garagem Vitória, 3.ª Zona do Comité Local de Lisboa, colaborador activo do CLL. O camarada tinha 63 anos.

Faleceu Bernardo Santareno

Era cerca da meia-noite de sexta-feira passada quando nos deixou um dos mais importantes dramaturgos portugueses que a morte levava no desfecho de uma doença que exigira um internamento numa clínica dos arredores de Lisboa e várias intervenções cirúrgicas. Ao mesmo tempo que falecia Bernardo Santareno, o autor que se estreou com a peça «A Promessa» em 1957, desaparecia o militante da democracia, membro da Comissão Nacional do Movimento Democrático Português, o membro eleito pela APU da Assembleia Municipal de Lisboa.

O democrata, o intelectual fundador do Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais – MUTI –, o dirigente da Sociedade Portuguesa de Autores, autor dramático que viu durante o fascismo várias peças suas proíbidas pela censura, o membro da Direcção da Associação Portuguesa de Escritores na altura em que esta foi encerrada pela PIDE, em 1965, o antifascista que após o 25 de Abril apenas viu uma das suas peças transmitidas pela Televisão – «Português, Escritor, 45 anos de idade» – deixa entre o público que o leu, o público que viu a representação das suas peças, os seus amigos e os seus companheiros de luta por uma sociedade livre da exploração, as saudades de um amigo. E também a determinação de continuar a sua luta, como a homenagem que durante o funeral lhe foi prestada por inúmeros democratas demonstrou.

Muitas centenas de pessoas se incorporaram na cerimónia fúnebre na qual participaram, para além de outros democratas e intelectuais, membros dirigentes do MDP/CDE – Helena Cidade Moura usou da palavra recordando a vida e obra do falecido –, do PCP, como o camarada Aboim Inglês, e do PS, como Igrejas Caeiro.

Cravos vermelhos e palavras como «Abril Vencerá!» foram ao cemitério dos Prazeres dizer que, apesar da morte, a memória de Bernardo Santareno continua a nosso lado.

Avante! Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e Impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Julho: 66.387

Adrião Cunha:

Aceitei ser candidato da APU porque a filosofia cristã que perfilho está defendida nos princípios programáticos da APU

Amigos, quais as razões da minha candidatura à Assembleia da República, como independente, pelas listas da APU?

– Porque os deputados eleitos do PCP e do MDP/CDE, sempre se mostraram consequentes com o programa que apresentaram ao Povo português nas eleições intercalares de 2 de Dezembro de 1979. Na Assembleia da Repepública, foram homens sérios e íntegros.

Os interesses do Povo trabalhador e do País estiveram sempre presentes em todas as suas intervenções.

– Porque tendo sido militante do Partido Socialista, me senti traído na aplicação do seu programa político. Não existe um País real e um País político. Existe somente um País, que se quer independente, sem retornos a um passado fascista. Um País que seja pertença exclusiva do seu Povo trabalhador.

– Porque sendo convictamente Democrata, não deixei, nem deixo, de ser socialista, e consequentemente não posso alinhar com Partidos ou Frentes, que sendo indispensáveis à vida Democrática e à consolidação da Democracia em Portugal, utilizam, quando convém, uma linguagem de esquerda, desde já virados para a direita.

– Sou candidato à Assembleia da República pelas listas da APU, porque a minha condição de católico patricante me obriga a provar a todos os católicos, deste País, que não são pertença exclusiva de qualquer partido, independentemente da sigla ou designação nominal que utilizem.

«Não basta que a mulher de César seja séria, é necessário que o demonstre».

Não aceito que com o catolicismo se faça política, nem admito que a política se aproveite, falsamente, do catolicismo.

Estado e Igreja são independentes e como tal devem e têm de utilizar linguagens diferentes, com objectivos, eventualmente, comuns, que devem ser o bem do homem e da sociedade em que está inserido.

– Aceitei ser candidato pela APU, porque a filosofia cristã, que perfilho, está defendida nos princípios programáticos da APU. Ou seja: o respeito total e absoluto do homem, da família e das liberdades democráticas que lhes estão inerentes.

– Sou candidato pela APU porque o meu *status* de independente foi rigorosamente aceite.

– Aceitei ser candidato da APU, porque nada me foi prometido em benesses pessoais. Não existiram querelas quanto ao lugar que cada candidato devia ocupar nas listas.

Nas listas da APU, todos os homens e mulheres são candidatos de corpo inteiro, com os mesmos direitos e obrigações.

Muito para além do objectivo de ser eleito, o que interessa é intervir, no sentido de se obterem os melhores resultados para a APU, o que quer dizer, conseguir o número de deputados necessários para que os interesses do Povo Trabalhador sejam devida e necessariamente salvaguardados.

– Aceitei ser candidato pelas listas da APU, porque é necessário defender Abril. E defender Abril, pressupõe uma esquerda séria, consequente, e sem demagogias eleitoralistas.

– Aceitei ser candidato pela APU, porque é a forma de puder lutar pela Democracia, pelo Socialismo, pelo Povo trabalhador, pela total e absoluta independência de Portugal.

– Aceitei ser candidato pelas listas da APU, porque com a APU, Abril Vencerá.

Viva a APU!

Viva Portugal!

Intervenção lida no comício da APU no Palácio de Cristal, em 30/Ag./80

Artur Sentieiro:

Para que serviria o meu apoio ou o meu voto na FRS? Sem dúvida, para ajudar a construir a sociedade socialista é que não

Sou candidato da APU por duas ordens de razões.

A primeira de natureza estratégica, tem que ver com os princípios que sempre defendi e continuarei a defender.

Pensei, num dado momento, que era o Partido Socialista aquela força política que melhor poderia contribuir para o derrube do fascismo, primeiro, e depois e finalmente se empenhasse na edificação de uma sociedade socialista em Portugal.

Constatei que o Partido Socialista tem que ver com muitas coisas, menos obviamente com o socialismo.

Ajudei a fundar o UEDS com outros dissidentes do PS que também como eu próprio, tinham chegado à mesma conclusão sobre o que era a prática política do Partido Socialista.

Só que estes meus ex-camarádas, talvez por erro de cálculo ou por força de «outros cálculos» negociaram com o PS, a integração da UEDS na Frente Republicana e Socialista, onde o PS mantém uma hegemonia e liderança, de resto, perfeitamente naturais.

Na primeira quem quer cai. Na segunda... não quis cair.

No panorama da vida política portuguesa a única força que se me apresentava consequente a prosseguir a meta do socialismo era a Aliança Povo Unido.

No plano táctico, a segunda ordem de razões, a situação apresentava-se-me extremamente clara.

O meu inimigo principal é a «AD», é esse que tenho que ajudar a derrotar. Mas atenção! Não devo perder de vista os meus objectivos estratégicos. Votar ou participar na campanha da FRS poderia, de facto, ir ajudar a derrotar nas urnas a «AD». E depois o que vai fazer a FRS? De namoro com o PPD já andam...

E quem já viveu em «concubinato» com o CDS é capaz de mais rapidamente vir a fazer o casamento com aqueles a quem chamam de sociais-democratas!

E então para que serviria o meu apoio ou o meu voto na FRS? Sem dúvida, para ajudar a construir a sociedade socialista em Portugal é que não.

E como já não tenho paciência para andar a perder tempo e gastar energias em agrupamentos mais ou menos eleitoralistas que só servem, de facto, para inutilizar votos que poderiam ser preciosos para as forças democráticas, então, só poderia aparecer aliado à única força, repito, que oferece garantias de prosseguir aqueles objectivos que para mim são tão caros. Essa força é a Aliança Povo Unido, a APU.

Os fundos são necessários para derrotar a «AD»

Neste período que antecede as eleições de 5 de Outubro, a presença da Aliança Povo Unido, a presença do PCP é bem visível por todo o país: as iniciativas (festas, comícios, sessões de esclarecimento, espectáculos) multiplicam-se, as paredes enchem-se de cartazes, numerosos panos transformam a fisionomia de muitas ruas de inúmeras cidades e vilas do nosso país. Às mãos do povo português são entregues documentos que esclarecem a posição da APU, a política do PCP.

Trata-se de um grande esforço de trabalho em que o nosso Partido se encontra completamente empenhado, com um objectivo patriótico: derrotar a "AD", garantir a vitória democrática. Mas é porém um esforço que, dia-a-dia, reclama um grande investimento financeiro.

Os partidos reaccionários não têm esse problema – assaltaram a comunicação social estatizada para a transformarem em seu porta-voz exclusivo e nas suas contas bancárias avolumam-se as contribuições da reacção nacional e internacional.

Os democratas e antifascistas, ao mesmo tempo que denunciam esta cortina de mentira e de silêncio que a "AD" pretende lançar sobre o nosso país acentuadamente neste período, devem contribuir para que, através da acção concreta, as forças patrióticas possam romper essa cortina.

Os fundos da APU, os fundos do PCP são os fundos do povo trabalhador; a sua origem é conhecida, o seu destino é claro. Para a campanha do PCP, para a campanha da APU não importamos divisas estrangeiras – nos nossos cofres não entram nem os dólares, nem os marcos, nem os francos, nem as libras, nem tão pouco as pesetas. Apenas os escudos ganhos a trabalhar na nossa terra por todos aqueles que querem para Portugal um regime democrático.

É por isso que todo o Partido, todos os democratas devem ser ganhos para uma grande campanha de fundos que permita à Aliança Povo Unido, que permita ao PCP levar a sua voz, levar a verdade a cada vez mais gente deste país, cada vez mais longe, multiplicando as iniciativas de esclarecimento.

O êxito de uma poderosa campanha de fundos pode decidir, também, do êxito dos nossos objectivos neste tempo de eleições.

Na DORL: sorteio e apelo

Um exemplo de como se pode integrar a campanha de fundos nesta grande campanha para a derrota da "AD" e a vitória democrática está já a ser dado pela DORL do PCP, que decidiu lançar duas iniciativas concretas.

Uma delas é um grande sorteio, com a distribuição por todas as organizações do distrito de cupões que habilitam a valiosos brindes, entre os quais um automóvel "Renault 4" (no valor de 311 449 escudos), um televisor a cores "Philips" (no valor de 49 000 escudos), uma motorizada (no valor de 38 000 escudos), uma máquina de lavar roupa (no valor de 26 000 escudos) e uma bicicleta para jovens (no valor de 5000 escudos).

A outra iniciativa é o lançamento de um Apelo em que se pede uma contribuição especial dos militantes comunistas, dos amigos democratas e antifascistas para corresponder às necessárias despesas de materiais de propaganda.

Diz a juventude

A «AD» não presta!

Um documento intitulado **A «AD» não presta! A «AD» vai perder!** foi divulgado na passada segunda-feira pela Juventude Comunista Portuguesa, no decorrer de uma conferência de imprensa realizada em Lisboa e destinada a divulgar as conclusões de uma reunião da Comissão Central da JCP realizada no dia anterior, bem como à apresentação dos candidatos da JCP que integram as listas da Aliança Povo Unido.

O referido documento, aprovado na reunião da CC da JCP, começa por sublinhar as razões que mostram à evidência que **a «AD» não presta.** Salientando que a «AD» tudo prometeu e nada cumpriu, diz o documento:

Prometeu trabalho. Deu mais desemprego e insegurança no trabalho. Prometeu tirar o ensino da crise. Enterrou-o ainda mais, diminui-lhe o acesso. Organizou exames-burla. Prometeu acabar com o Propedêutico. Mudou-lhe apenas o nome. Prometeu uma casa para todos. Tornou as rendas mais caras e diminuiu a construção de habitações. Prometeu uma vida melhor. Aumentou os preços, tornou a vida mais cara. Limitou o desporto. Censurou a cultura. Frustrou esperanças e aspirações do povo e da juventude.

A JCP diz ainda que a «AD» não presta porque **é antidemocrática e quer a ditadura,** porque **é um antro de corrupção.**

O documento da JCP salienta seguidamente que existe uma alternativa para derrotar a «AD» e que essa alternativa só é possível com o PCP, com a APU. E a JCP afirma, nomeadamente: **Não basta derrotar a «AD»! É preciso que a seguir às eleições, a maioria democrática se entenda. Para formar um governo democrático. Para realizar uma política democrática. Para correr com a reacção do Poder.**

Do mesmo passo, a JCP denuncia como **mentira colossal** o facto de a FRS, o PS pretenderem fazer crer que constituem, por si só, alternativa à «AD».

E o documento da JCP termina, reafirmando os grandes princípios de orientação que norteiam os jovens comunistas:

O nosso combate é pela liberdade, pela democracia, pelas conquistas de Abril, pelo socialismo. O nosso combate é pelo pão, pelo trabalho e pela realização profissional de cada jovem. O nosso combate é por um ensino no caminho da democracia e do progresso social, ao serviço de Portugal e dos portugueses. O nosso combate é por uma vida melhor para a juventude. Com mais habitação. Com saúde e assistência social garantida. Com a possibilidade de ocupar e gozar os tempos livres de forma sã e criadora.

Por tudo isto, em 5 de Outubro, a juventude vai votar na APU. A JCP trabalha nesse sentido.

Quem são os candidatos da JCP?

14 militantes da Juventude Comunista Portuguesa integram as listas da Aliança Povo Unido às próximas eleições de 5 de Outubro.

Os candidatos da JCP são 10 rapazes e quatro raparigas, variando a sua idade entre os 18 e 29 anos. Entre eles há seis estudantes, três operários, três empregados e dois professores de Educação Física.

São os seguintes os seus nomes e círculos por onde se apresentam: **Alexandre Frade** (por Beja); **António Romão** (por Coimbra); **António Lopes** (por C. Branco); **Belmiro Pereira** e **Carlos Rabaçal** (pelo Porto); **Cristina Aniceto** (por Leiria); **Henrique Arraiolos** (por Santarém); **José Núncio, Madelena Santos** e **Rosa Brandão** (por Lisboa); **Jorge Patrício** (por Setúbal); **Manuel Loureiro** (por Aveiro); **Manuel Correia** (por Viseu); **Maria José Aguiar** (por Braga).

12.º ano de escolaridade: mais uma manobra-burla!

Uma nota da SIP Central da JCP denuncia como **manobra desesperada** em vésperas de eleições a criação pelo Governo da «AD» do 12.º ano de escolaridade.

Considerando esta iniciativa como **manobra puramente eleitoralista que tenta calar o descontentamento gerado pelo famigerado Ano Propedêutico,** a JCP adianta as razões porque se opõe a esta medida **fraudulenta, discriminatória e inacabada,** bem à imagem da política de deseducação do pares de Carneiro/Amaral.

E a terminar a nota, diz a SIP Central da JCP:

Senhores ministros reaccionários da Aliança Reaccionária: os estudantes do ensino secundário estão fartos de burlas. A única medida coerente que podem tomar é o pedido da vossa própria demissão! Se não o fizerem desde já, estamos certos que as próximas eleições serão a prova acabada do descrédito e do repúdio que a juventude vos confere.

Jovens do Porto também querem derrotar a «AD»

Reunida no decorrer da passada semana, a Direcção da Organização Regional do Porto da JCP discutiu as linhas gerais da participação dos jovens comunistas e da juventude do distrito na batalha eleitoral que já decorre.

De entre as linhas gerais consideradas saliente-se aquela que considera a integração na campanha do PCP e da APU das actividades eleitorais da juventude e dos jovens comunistas como a que possibilita maior eficácia do trabalho da JCP.

Assim, no distrito do Porto, a JCP tudo vai fazer para esclarecer e ganhar um forte contigente de votos na APU entre os 250 mil jovens votantes do distrito, particularmente entre os 35 mil jovens que votam pela primeira vez.

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

ÚNICA EDIÇÃO INTEGRAL em língua portuguesa, incluindo todos os documentos compilados por John Reed para a edição original. Tradução rigorosa da edição americana, que reproduz em fac-símile a primeira edição.

PREÇO 150$00
DISTRIBUIÇÃO CDL

Nome .....
Morada .....
Localidade .....
Desejo receber o volume .....
Para o respectivo pagamento envio esc. —$00 em cheque, vale de correio n.º —— para a CDL, Departamento de Venda Directa – Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1.

edições Avante!

JOHN REED

edições Avante!

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

SÉRIE ESPECIAL

Quadros Técnicos

problemas e perspectivas

Ql

à venda

Os textos que agora se publicam deste Encontro são fruto de um levantamento sem paralelo sobre os problemas dos quadros técnicos e constituem uma importante contribuição de conjunto para a apreciação dos problemas e aspirações dos quadros técnicos. No fundamental, é de desejar que possam constituir uma base para uma discussão ainda mais alargada e para um esforço continuado, no qual o PCP se propõe continuar presente mas para cujo sucesso é indispensável a participação sempre mais ampla de todos os quadros técnicos que acreditam na democracia, estão empenhados na solução dos problemas nacionais e trabalham pelo progresso do País.

Novo Centro do PCP em Vialonga

De uma velha e pequena casa esburacada os comunistas de Vialonga fizeram um aprazível e funcional Centro de Trabalho. Agora, frente ao adro da Igreja, uma atraente esquadria azul-claro oferece aos comunistas e trabalhadores em geral um centro de actividades e de convívio que dignifica a organização local do PCP.

No domingo as novas instalações foram inauguradas. Uma pequena festa que reuniu no Centro de Trabalho dezenas de camaradas e muito visitantes, animado por uma sessão de Canto Livre, com Samuel e Conceição Simões, e um comício no adro da igreja.

João Lourenço, da Comissão de Freguesia do PCP, falou do trabalho realizado, da dedicação e espírito militante de todos os que participaram na reconstrução do Centro de Trabalho. Leonor Alves, da Comissão Concelhia de Vila Franca, falou da necessidade de pôr o novo Centro de Trabalho no âmago da actividade de massas dos comunistas de Vialonga, da discussão dos problemas da população local. Vladimiro, do Secretariado da Comissão Concelhia, fez em nome desta uma saudação aos comunistas e trabalhadores de Vialonga.

Por último falou Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, que aludiu ao significado do acto e fez uma intervenção sobre a situação política actual e as tarefas dos comunistas.

Inauguração em Idanha-a-Nova do novo CT do PCP

Mais uma vez o esforço dos trabalhadores conseguiu transpor todas as barreiras e erguer outro um Centro de Trabalho do PCP.

Eram 15 horas quando um pioneiro de Idanha-a-Nova descerrou simbolicamente a placa que assinala a inauguração do novo Centro de Trabalho da organização local.

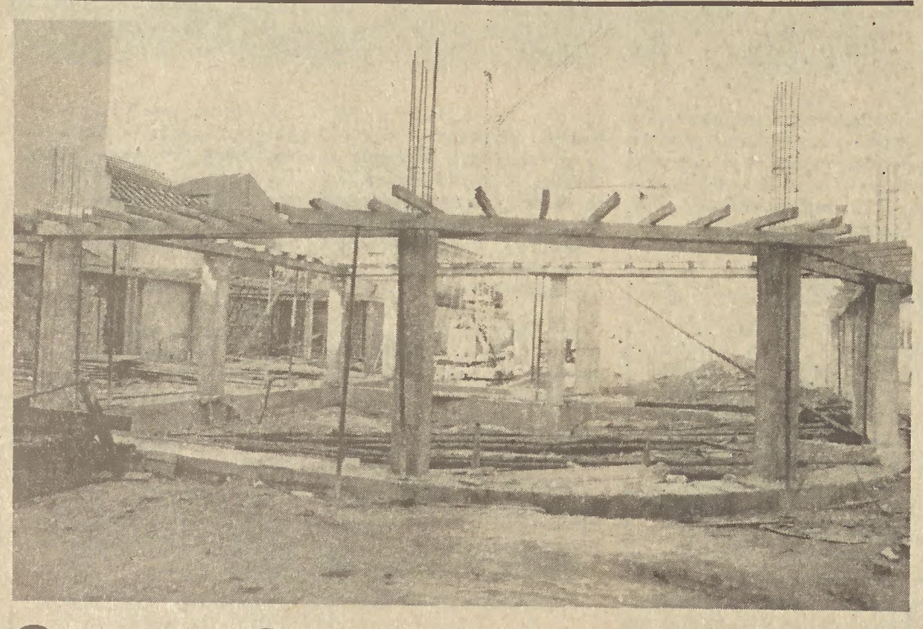
Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco, é um concelho onde os comunistas triplicaram a sua votação. **«A vossa votação na APU subiu de 300 para 900 votos. Se tivesse chegado a mil teríamos eleito um deputado por Castelo Branco e impedido a eleição de um deputado da «AD»**, como diria o camarada Dias Lourenço na sua intervenção sobre a situação política actual e a necessidade e possibilidade de derrotar a Aliança Reaccionária nas eleições de 5 de Outubro.

O camarada João Amaral, cabeça de lista às próximas eleições para a AR, falou sobre os problemas actuais do distrito, sobre a acção dos deputados comunistas na AR que, em mais de 80 intervenções, chamaram a atenção do Governo para a incúria a que os governantes condenaram as populações do distrito.

Durante o comício usou ainda da palavra o camarada João Fazenda, em nome da Comissão Concelhia da Idanha-a-Nova.

Castelo Branco terá, no próxima Assembleia, um deputado de APU e com ele uma voz ao serviço do povo do distrito. Um deputado da APU por Castelo Branco é uma possibilidade que se afirma aos olhos de todos os democratas, salientou o camarada Dias Lourenço. Derrotar a 'AD', trabalhar cada vez mais, reforçando no concelho o PCP e a APU foram algumas das certezas com que todos dali saíram.

Durante a jornada da Idanha houve programa musical, tendo actuado a artista Conceição Soares.



O novo Centro de Trabalho da Marinha Grande

O novo Centro de Trabalho da Marinha Grande do PCP já começou a ser construído. Por enquanto, tem este aspecto e à primeira vista pode parecer que pouco ainda foi feito, que tudo está atrasado. Contudo, muito trabalho já foi dispendido naquele terreno onde anteriormente se erguia o antigo Centro de Trabalho. A enorme cave que foi aberta obrigou a esforços suplementares em virtude da água que apareceu e se tornou necessário esgotar. As vigas mestras de cimento armado já estão erguidas. Seguir-se-ão as paredes e os acabamentos. Quando estiver concluído — e os camaradas fazem todos os esforços para que seja o mais rápido possível — o movimento e o bulício que animavam outrora o antigo Centro de Trabalho voltarão a fazer-se sentir, desta vez com maior intensidade, já que as instalações são maiores e melhores as condições de trabalho. A Marinha Grande vai ter um Centro de Trabalho do Partido à altura da classe operária que ali habita e que ali luta pela construção de um Portugal novo.

Comissão de Mulheres de Apoio à APU no distrito de Lisboa divulga Manifesto!

Na conferência de Imprensa da Comissão de Mulherés foi divulgado um manifesto dirigido às mulheres do distrito de Lisboa

«Mobilizar as mulheres do distrito de Lisboa para o apoio à APU, certas de que só com a APU levaremos à prática as aspirações das mulheres portuguesas a uma vida melhor e mais feliz» é o objectivo central da Comissão de Mulheres de Apoio à APU do distrito de Lisboa, já constituída por 68 mulheres de diferentes sectores profissionais, 40% dos quais são independentes e que continua a registar novas adesões.

Numa Conferência de Imprensa realizada no passado dia 1, a Comissão de Mulheres, representada por Manuel Nobre, locutora, Leonor Santa Rita, bibliotecária, Bernardete Fernandes, operária e por Alda Nogueira, professora, divulgou a sua constituição, deu notícias das suas iniciativas, nas quais se incluem uma sessão-festa e o lançamento de um abaixo-assinado e tornou publico o Manifesto às Mulheres do Distrito de Lisboa.

APU, única força política na defesa das mulheres

«Para as mulheres portuguesas que na Constituição da República, em vária legislação democrática e na prática social e política, viram reconhecidos no todo ou em parte direitos que jamais haviam conquistado sob o regime fascista, a importância destas eleições é por demais evidente», diz-se no Manifesto às Mulheres, no qual se analisam, em termos gerais, os 8 meses de Governo «AD»:

E a qualidade de vida? E a vida dos nossos filhos?

«Os preços subiram e os salários ficaram na mesma ou subiram menos do que os preços.

Nem metade das casas que prometera começar a construir ou **acabar de construir foram começadas ou acabadas.**

O desemprego aumentou e aumentou também a proporção das mulheres desempregadas **Hoje em cada 3 desempregados 2 são mulheres,** quando antes deste governo em cada 4 desempregados 2 eram mulheres.

A Família, os problemas da mulher e da criança não passam de simples cartaz:

A secretaria de Estado passeia-se aqui e lá fora para nada fazer. As **creches,** os **jardins de infância,** os **parques infantis,** a assistência **materno infantil valem nada** para os membros do Governo da AD. O que **vale tudo** são os interesses dos grandes patrões, dos grandes capitalistas, dos monopolistas e agrários desapossados com o 25 de Abril e afastados do poder. Por isso a AD, seu Governo e seus deputados tudo fazem para que eles possam voltar a aumentar a exploração dos trabalhadores.

As **camadas mais desprotegidas** — jovens, mulheres, terceira idade, deficientes têm sentido bem o que significa o desprezo da AD pelos seus problemas, que se têm agravado nos últimos meses.

As medidas à última hora decretadas pelo Governo da AD (aumento do salário mínimo, de pensões de reforma) têm evidentes fins eleitoralistas de caça do voto em especial do voto das mulheres».

Conscientes de que a «AD» vai fazer tudo para conquistar o apoio das mulheres de Lisboa que representam mais de metade do principal e decisivo distrito (em termos eleitorais), as mulheres reafirmam, e provam-no com a experiência concreta destes anos, que a APU tem sido «a única força política que dentro e fora da Assembleia da República tem defendido constante e consequentemente os direitos das mulheres como mães, cidadãs e trabalhadoras».

A terminar o Manifesto, a Comissão de Mulheres de Apoio à APU do distrito de Lisboa apela às mulheres dos diferentes concelhos, seja qual for a sua profissão ou ocupação, para apoiarem os candidatos da APU às próximas eleições para a Assembleia, assinando e divulgando o abaixo-assinado e integrando as diversas comissões de apoio aos candidatos da APU. Assim contribuindo para a eleição de um número maior de deputados pela APU, estarão defendendo «os seus interesses e direitos e de todos os que lhes são queridos».

Mulheres de Beja

Apoio à APU pela vitória de Abril!

O reforço da organização das Comissões Unitárias de Mulheres de Apoio à APU já existentes e a criação de novas comissões nas freguesias e nos locais onde ainda não existem com vista a uma melhor coordenação do trabalho e da luta das mulheres e o lançamento de uma grande campanha de mobilização junto da população feminina, dinamizando o porta à porta, os contactos directos e individuais, os encotnros e as festas etc, com vista à sua participação activa por forma a deixar bem claro que as Mulheres do Distrito de Beja estão dispostas a lutar intransigentemente contra todos aqueles que defendendo o capitalismo procuram eternizar a exploração do nosso povo, em particular das mulheres, são direcções de trabalho que figuram nas conclusões do Encontro de Mulheres, realizado em Beja, no passado domingo, sob a iniciativa da Comissão Coordenadora Distrital de Mulheres de Apoio à APU.

Cerca de duas centenas de delegados das diversas comissões já existentes no distrito, numa grande diversidade de sectores profissionais — desde trabalhadoras da Reforma Agrária e pequenas e médias agricultoras a comerciantes, operárias, enfermeiras, médicas, empregadas de escritório, da função pública e donas de casa — vindas de todos os concelhos, reuniram durante o dia, analisando a desastrosa política do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e os seus reflexos nas condições de trabalho e de vida das mulheres portuguesas. Testemunhos vivos que culminaram frequentemente com as mulheres presentes afirmando a sua profunda convicção na «vitória da APU pela vitória de Abril!».

No final do Encontro, precedendo a leitura das conclusões, interveio Helena Neves do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres que analisou a política de emprego, de saúde e assistência social do Governo «AD», nomeadamente no que se relaciona com a situação da mulher e da criança, desmistificando a manobra eleitoralista dos novos aumentos do Governo Sá Carneiro, há muito reivindicados e só possíveis graças à luta dos trabalhadores e do movimento sindical unitário. A encerrar o Encontro falou o candidato da APU, Dinis Miranda, membro da Comissão Política do ComitéCentral do PCP que, desmontando as manobras demagógicas pré-eleitorais da AD e analisando a escandalosa ofensiva contra a Reforma Agrária (só no distrito de Beja já foram retirados às UCPs/Coop. 120 mil hectares das melhores terras, dos quais 65 000 com o Governo «AD»), falou longamente da situação das mulheres no distrito e da importância de uma votação massiva na APU como única via para garantir a defesa das liberdades, das conquistas revolucionárias e da vitória de Abril. Entretanto, e na sequência do Encontro, prosseguem no distrito a mobilização e a dinamização da população feminina para uma esmagadora vitória da APU, única forma de as mulheres, o povo trabalhador, conquistarem uma vida melhor, sem discriminações, em plena igualdade e liberdade.

No próximo domingo na Covilhã

I Encontro de Mulheres da Beira Interior

No próximo dia 7, domingo, no Liceu Nacional da Covilhã, realizar-se-á o I Encontro Unitário de Mulheres da Beira Interior, cuja iniciativa pertence a uma Comissão Organizadora constituída por mulheres de variadas profissões e oriundas de diversos pontos dos distritos de Castelo Branco e da Guarda.

A denúncia das condições concretas da vida da mulher, a exploração a que continua submetida a operária têxtil — exploração intensificada com a prática agora generalizada dos contratos a prazo —, a insegurança da situação da agricultora, nomeadamente da rendeira à merce dos senhorios ricos, a falta de apoio à mulher doméstica são alguns dos temas a serem debatidos no Encontro de domingo.

Numa Conferência de Imprensa, realizada do passado dia 30 de Agosto, a Comissão Promotora divulgou alguns aspectos do programa do Encontro, no qual naturalmente, através de diversos testemunhos, será manifesto o facto da mulher ser a principal vítima das assimetrias regionais que fazem da Beira Interior uma região ainda profundamente subdesenvolvida.

A Comissão Organizadora apelou à participação de todas as mulheres democratas neste I Encontro da Beira Interior, independentemente das suas profissões ou convicções políticas.

Na Barragem dos Magos

Mil e quinhentas pessoas num convívio da APU

Na Barragem dos Magos, no concelho de Salvaterra, realizou-se no passado domingo um grande convívio da Aliança Povo Unido que contou com a participação de mais de mil e quinhentos pessoas, entre as quais muitos jovens e mulheres.

O convívio contou com a participação do rancho infantil dos trabalhadores dos Foros de Salvaterra de Magos e do cantor Joaquim Ramalho.

O camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, proferiu uma intervenção política, centrada na necessidade de derrotar a «AD» nas próximas eleições.

Convívio da APU no Monte dos Condes

Mais de 200 pessoas participaram, no passado domingo, num piquenique APU realizado no Monte dos Condes – Santo Estevão, no concelho de Benavente.

No decorrer deste convívio, actuou o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Benavente, tendo-se realizado no final um animado baile popular.

Os camaradas António José Ganhão, candidato da APU pelo círculo de Santarém e presidente da CM de Benavente, e Eugénio Pisco, membro suplente do CC do PCP, proferiram intervenções políticas no decorrer desta jornada.

Festa amiga em Pinhal Novo

Integrada na pré-campanha eleitoral e por iniciativa da Comissão de Freguesia do Partido Comunista Português e da Comissão Eleitoral da APU, realizou-se na sexta-feira, sábado e domingo, no Pinhal Novo, a Festa Amiga que, como foi noticiado no último "Avante!" englobava diversas iniciativas culturais e espectáculos.

Na sua intervenção no comício realizado na tarde de domingo, o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, salientou que **nunca como agora, um acto eleitoral assumiu tanta importância para a vida do povo português. Os resultados eleitorais do próximo acto eleitoral influenciarão durante muitos anos, no bom ou no mau sentido, os destinos de Portugal.**

A afluência à Festa ultrapassou as expectativas, tendo mesmo sido necessário improvisar, à última da hora, mais bilhetes, facto que reflecte também a sólida implantação e o crescimento do nosso Partido em Pinhal Novo.

II Festa da Unidade em Cascais

No último fim-de-semana, realizou-se em Cascais, integrando-se na campanha pré-eleitoral da APU, a II Festa da Unidade.

O comício, que contou com a presença do camarada Octavio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, teve numerosa participação, contando com a presença de cerca de mil e quinhentas pessoas.

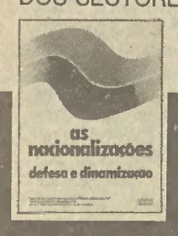
Inserindo-se também na pré-campanha eleitoral da APU, prosseguem no próximo fim-de-semana as acções de esclarecimento e propaganda nas praias, através da instalação de bancas.

Festa animada nos Olhos de Água

Foi muito animada e vivamente participada a festa que a APU organizou no passado sábado, na localidade de Olhos de Água, em Alcanena.

A festa constou de uma *matinée* dançante, tendo havido uma intervenção política a cargo do camarada Vítor Fernandes, membro da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP.

Participaram nesta iniciativa, que se prolongou pela tarde fora, cerca de três centenas de pessoas.

AS NACIONALIZAÇÕES
defesa e dinamização
SECTOR NACIONALIZADO
O QUE É? COMO DINAMIZAR?
A MAIS COMPLETA ANÁLISE DOS SECTORES CHAVE DA NOSSA ECONOMIA


• DADOS – NÚMEROS – FACTOS
• RENTABILIDADE • GESTÃO
• DIREITOS DOS TRABALHADORES
um livro INDISPENSÁVEL
190 páginas 60$00
edições Avante!

Tudo sobre o IX congresso
À venda

É a APU que tem mais probabilidades de retirar no Porto um deputado à «AD»

O facto de à Aliança Povo Unido faltarem apenas 25 696 votos para alcançar o sétimo deputado pelo círculo do Porto, enquanto que à FRS um novo deputado custará mais 42 976 votos, foi sublinhado pelo camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, no comício realizado no sábado passado, no Palácio de Cristal.

Carlos Costa, que é o cabeça de lista apresentado pela APU no círculo do Porto às próximas eleições legislativas, falou aos milhares de pessoas que encheram completamente o Palácio de Cristal onde se desenrolou também o espectáculo «Toma lá Show», analisando a situação política actual marcada pela aproximação da chamada às urnas em 5 de Outubro, data em que os portugueses vão eleger nova Assembleia da República.

No seu discurso, do qual publicamos excertos, o camarada debruçou-se sobre as questões que se colocam ao eleitor democrata na escolha de uma alternativa que varra do Poder a «Aliança Reaccionária», cuja política antipopular e antidemocrática criticou, desmontando as manobras demagógicas e de última hora com que o Governo de Sá Carneiro e Freitas do Amaral pretendem esconder o fracasso da governação.

Ainda durante o mesmo comício usou da palavra Raul de Castro, Vice-Presidente da Comissão Nacional do MDP/CDE e também candidato da APU pelo círculo do Porto, que se referiu à importância e à necessidade do voto na Aliança Povo Unido:

«Nas eleições de 2 de Dezembro» — recordou — «no distrito do Porto, a APU teve um aumento de 47 600 votos, o PS perdeu 56 000 e a «AD» ganhou apenas 2 800».

«Porque foi a APU a força política que obteve, de longe, o maior aumento de votos, passando para o dobro o número dos seus deputados? Porque o voto na APU é o único voto que garante aos eleitores que estão a votar na defesa diária, permanente e sem hesitações dos interesses populares e do 25 de Abril».

«E porque perdeu o PS tantos votos? Porque muitos dos seus eleitores perderam a confiança na política de direita e de aliança com a direita que os dirigentes do PS puseram em prática».

«Quanto ao pequeno aumento de votos que teve a «AD», sabem por dolorosa experiência os eleitores da «AD» que ele resultou da promessa de mudança em que a «AD» centrou a sua campanha eleitoral, enganando no distrito do Porto e em todo o País a maior parte do seu eleitorado».

«Com oito meses de Governo, a «AD» em todos os sectores mostrou que a mudança que prometeu era a mudança a favor dos ricos e dos poderosos, dos grandes capitalistas, dos grandes agrários, dos grandes intermediários».

Na verdade, em termos meramente numerais, qualquer pessoa que faça as contas, verifica que é a APU que, através da eleição de um segundo deputado, mais perto está de reforçar o número de deputados das forças democráticas no distrito.

Com efeito, tendo em conta os resultados das eleições para a AR/79, à APU faltam apenas 25 696 votos para meter o seu 7.º deputado tirando-o à «AD», ao passo que a FRS, para tirar um deputado à «AD», teria de subir 42 976 votos. Portanto é clara e indiscutivelmente a APU a grande força democrática que no Porto está mais perto de tirar um deputado à «AD».

E bastaria que a «AD» baixasse apenas 5% (e vai de certeza baixar mais) para que à APU então apenas faltassem 17 815 votos para tirar um deputado à «AD».

Ora, só nas últimas eleições, a UDP, PSR e UEDS tiveram 25 926 votos totalmente perdidos. O voto imediatamente útil aqui no Porto para tirar um deputado à «AD» não é mais na FRS, mas sim na APU, como inludivelmente os números mostram.

Acresce ainda que, como foi a APU quem meteu o último deputado pelo Porto (o 38.º), se a FRS subisse no Porto sem subida da APU, seria à APU e não à «AD» (pois é-lhe impossível subir 42 976 votos) que a FRS tiraria um deputado sem que aumentasse assim o número total de deputados das forças democráticas.

Se acrescentarmos ainda que nas sucessivas eleições para a AR, o PCP e a APU têm subido sempre e o PS tem descido sempre (só nas últimas eleições a APU subiu 62 569 votos, isto é, 90,3% — e agora apenas precisa de subir 20% —, ao passo que o PS perdeu 20 048 votos), vemos assim que a tendência natural é a subida da APU e que, portanto, é a APU quem mais probabilidades tem de aqui no Porto (como, aliás, em muitos outros distritos), de tirar um deputado à «AD», contribuindo desta forma para a vitória das forças democráticas na batalha decisiva que são as próximas eleições

— Carlos Costa no seu discurso do Palácio de Cristal — 30/8/80.

Carlos Costa:

«Duas importantes batalhas nas próximas eleições»

Nas eleições para a AR no próximo dia 5 de Outubro, travam-se duas importantes batalhas.

Uma, é mesmo a batalha mais decisiva que se trava depois do 25 de Abril, mas é uma batalha perfeitamente clara: é a batalha entre o conjunto das forças democráticas, cuja vitória garantirá o regime democrático, e as forças reaccionárias da AD que querem impor uma nova ditadura fascista.

Mas nas próximas eleições trava-se uma segunda batalha: a batalha pelo tipo, pelo projecto de regime democrático que queremos. Na verdade, se a vitória das forças democráticas fosse alcançada através de uma subida de votação na FRS com uma baixa na votação da APU, podemos ter absoluta certeza que teríamos de novo a aliança do PS do dr. Mário Soares com as forças reaccionárias do PPD ou do CDS, como já o fez no passado e como o dr. Mário Soares já o disse que o faria de uma forma manhosa, mas perfeitamente clara na entrevista que deu em 14 do corrente a «O Jornal».

Se assim acontecesse, teríamos de certeza novamente traídas as esperanças que o 25 de Abril abriu, seria de novo o Abril adiado, seria de novo a apagada e triste democracia sem futuro que o «PS sozinho», aliado de facto à direita, nos deu nos últimos anos, seria de novo os enormes perigos para a democracia que hoje vivemos.

Ao contrário, se a vitória das forças democráticas for obtida fundamentalmente por subida da votação da APU e do número de deputados do PCP, do MDP e dos independentes que concorrem pela APU, então o PS, com ou sem Mário Soares, não pode deixar de fazer a única aliança democrática possível, capaz de servir de base a um governo democrático. A aliança do PS com o PCP, da FRS com a APU, tal como o PCP e a APU preconizam, é a única alternativa democrática possível e realista. Então, sim, então teremos renovadas as esperanças do 25 de Abril, Portugal retomará o rumo certo do Socialismo para que aponta a Constituição da República.

Mas, pergunta-se: será possível levar o PS a uma aliança com o PCP?

Respondemos:

1.º — essa aliança é historicamente inevitável, pois não há outra alternativa democrática possível nas condições concretas do nosso país:

2.º — cada partido, e muito menos cada líder de cada partido não faz apenas o que quer, mas, também, e acima de tudo o que pode e as circunstâncias históricas lhe impõem.

Mil exemplos poderíamos dar para demonstrar que assim é. Mas um bem recente é elucidativo. Não é segredo para ninguém que o dr. Mário Soares desejava ser o candidato do PS às eleições presidenciais. Mas também não é segredo para ninguém que só alguns Gonelhas o apoiaram nesta ambição. Isolado, viu-se forçado a fazer o que não queria, mas as circunstâncias históricas lhe impuseram: arvorar-se em líder da candidatura do general Eanes, depois de todos os conflitos que anteriormente provocou com o actual Presidente da República. Aliás, a anterior candidatura do actual PR é outro exemplo elucidativo de como as coisas não acontecem como as desejam os líderes dos partidos se eles não têm em conta as circunstâncias históricas. Lembremo-nos que foi Sá Carneiro quem, pela primeira vez, lançou publicamente a candidatura do general Eanes à Presidência da República e hoje é pública e claramente um dos seus maiores inimigos.

Mário Soares diz que não faz alianças com o PCP, mas há muitas formas e graus de alianças. Por exemplo: o Governo de Lurdes Pintasilgo passou na AR, porque não teve a hostilidade dos grupos parlamentares do PS e do PCP. E poderia o PS ter votado com o PPD e o CDS uma moção de rejeição a tal Governo, mesmo que o dr. Mário Soares o tivesse querido fazer? É evidente que não, sob pena de completo suicídio político para o PS e para o dr. Mário Soares.

A caça ao voto

(...) É claro que já era de prever que agora aparecessem com algumas melhorias. Nós até já tínhamos prevenido e denunciado o que ia suceder. Concretamente, na Festa da Alegria em Braga, referi-me às medidas demagógicas que agora o Governo decretou.

Agora decretam o aumento do salário mínimo e de algumas pensões!

Então porque é que quando nós, há cerca de 6 meses, fizemos na Assembleia da República a proposta atrás referida, o PPD, o CDS e o PPM votaram contra?

Então só agora é que cedem a algumas (só algumas) das justas reivindicações exigidas pelo Congresso da CGTP?

É muito possível que ainda decretem outras coisas semelhantes.

O Governo já não governa: faz campanha eleitoral! O Governo já não é Governo: é uma comissão eleitoral da «AD». Distribui os ministros pelos distritos e só pensa na maneira de comprar votos. É a caça ao voto!

A 36 dias das eleições é que lançam o chamado **pacote social.**

Tem que se dizer que não é uma técnica nova. Em Dezembro, nalgumas aldeias, os caciques da «AD» compravam votos dando vales de mercearia no valor de 300$00.

O Governo generaliza o processo. Julga poder comprar votos com estas medidas de última hora.

Esta demagogia tem que ser firmemente desmascarada. Tem que se dizer desde já duas coisas:

Uma, é que os aumentos já estão desactualizados, ou são curtos. Nove contos de salário mínimo já não chega. Os agricultores não se contentam com 2400 escudos de pensão mínima: há muito que exigem 3750$00. E que ainda falta aumentar o abono e o salário mínimo para a agricultura e as domésticas, o subsídio de aleitação e casamento, etc, etc, etc.

Outra é que é preciso não ter ilusões. Os aumentos virão em 1 de Outubro: já nem é preciso votar na «AD» para obter o que eles já foram obrigados a dar... Mas o fundamental é que se o Governo «AD» continuasse, em Novembro ou Dezembro aumentava novamente os preços e iria buscar muito mais do que o que agora teve de dar para ver se caça votos.

«Mudanças» e máscaras

(...) Exemplo típico da «mudança» que a «AD» deseja é a escolha que fez do seu candidato à Presidência da República, Soares Carneiro. Trata-se de um general que se orgulha de ser contra o 25 de Abril, um general fascista e colonialista que mandou e serviu a PIDE em Angola e assinou pelo seu próprio punho a ordem de prisão, no campo de concentração e extermínio nazi, de S. Nicolau, de patriotas angolanos que tinham sido absolvidos em julgamento pelos tribunais. Este, pelo menos, ainda não começou a esconder o que quer e pensa.

Outro exemplo acabado da «mudança» que a «AD» deseja é o candidato que escolheu para Bragança, Adriano Moreira, ministro predilecto de Salazar, teorizador do fascismo, homem na altura frequentemente referido como o mais provável substituto do ditador de St.ª Comba.

A máscara da palhaçada democrática da «Aliança Democrática» cai por terra. É a face hedionda do fascismo que assim surge com toda a nitidez. Kaulza, que conhece como ninguém os meandros do fascismo, diz que este homem virá a ser o presidente do CDS. Não me parece que tenham grande vantagem em substituir o salazarista hipócrita, Freitas do Amaral, pelo salazarista sem máscara, Adriano Moreira. Mas eles lá sabem.

Confundir as eleições

(...) Duas palavras ainda sobre as eleições presidenciais.

Seguindo na peugada mistificadora da «AD», isto é, mentindo descaradamente, vem o dr. Mário Soares dizer no «Portugal Hoje» já citado, que «as eleições legislativas, as eleições regionais e as eleições presidenciais (...) formam um todo, uma globalidade».

Toda a gente sabe que as eleições regionais dos Açores e da Madeira têm um carácter regional e específico e só têm de comum com as eleições para a AR o facto de se realizarem no mesmo dia.

Mas maior mistificação ainda é pretender confundir as eleições para a AR com as eleições para a PR.

As eleições para a AR realizam-se mais de 2 meses antes das eleições presidenciais e a única coisa que agora está em disputa são as eleições para a AR e não para a PR. E, só depois das eleições para a AR, se abrirá o período legal para a apresentação de candidaturas efectivas à PR.

Quem disser agora que se candidata à PR não é senão um candidato a candidato e nunca um candidato já efectivado. Politicamente serão os resultados para a AR que irão dar indicações seguras para os candidatos que finalmente e realmente se apresentarão ao eleitorado.

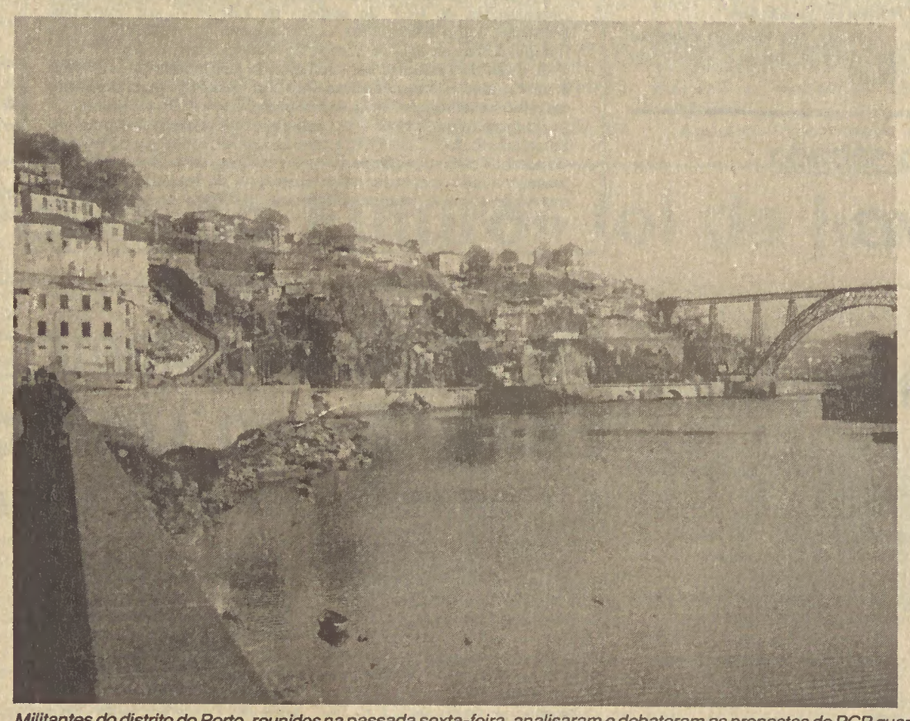
Soares Carneiro, Pires Veloso, Menezes Alves, Kaulza, todos por agora se candidatam a candidatos, mas é altamente provável que vários caiam antes de serem candidatos efectivos. Soares Carneiro que está já a gerar grande polémica dentro da AD, esse cairá quase na certa com a derrota da «AD» nas eleições legislativas.

Mário Soares, depois de ver inviabilizada a sua própria candidatura à PR, apressou-se agora a dizer que apoiará Ramalho Eanes, para assim tentar pescar mais uns tantos votos à direita e martelar na mistificação de que as duas diferentíssimas eleições são uma coisa só.

Como partido sério e responsável, o PCP (falo de PCP, porque a APU nunca se pronunciou a tal respeito) fará aquilo que sempre disse que faria. Só na altura própria, que é depois das eleições legislativas, designará o seu candidato ou definirá o candidato que apoia entre os que então tiveram surgido e forem de facto os efectivos candidatos à PR.

O Comité Central do PCP está seguro de que então encontrará o candidato certo para a batalha que então, e só então, será necessário travar para garantir o regime democrático e defender a Constituição da República.

Mas agora o que exclusivamente importa é ganhar a batalha decisiva de Outubro, derrotando a «AD» e fazendo subir o número de votos e deputados da APU, única forma de concretizar a verdadeira alternativa democrática existente: a alternativa connosco, a alternativa com a APU.



Militantes do distrito do Porto, reunidos na passada sexta-feira, analisaram e debateram as propostas do PCP quanto aos problemas da região e fizeram o balanço dos preparativos e das perspectivas eleitorais

II Encontro das organizações do PCP do distrito do Porto

Representantes de todas as organizações do nosso Partido do distrito do Porto participaram, na passada sexta-feira, no Palácio de Cristal, no II Encontro da Organização Regional do Porto do PCP em que, naturalmente, a análise da situação política e as próximas eleições foram os temas mais debatidos.

Este Encontro da ORP do PCP constituiu uma ampla reunião de quadros do nosso Partido em que se aprofundaram a análise e as propostas do PCP quanto aos problemas regionais, ao mesmo tempo que se procedeu ao balanço dos preparativos e das perspectivas eleitorais por parte de todas as organizações do PCP do distrito do Porto.

Usando, entretanto, da palavra no decorrer do Encontro, o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, denunciaria o facto de, nos últimos tempos, se terem acentuado as atitudes e declarações da FRS e do PS que apontam no sentido de futuras alianças com o PPD, ao mesmo tempo que se rejeita em absoluto qualquer aliança ou entendimento com a APU e o PCP.

Ângelo Veloso colocara, antes, o problema de saber com quem se vai aliar o PS, uma vez derrotada a "AD". E, em apoio de sua afirmação, citou declarações de Vítor Constâncio, Mário Soares e Lopes Cardoso a diversos orgãos de comunicação em que tal orientação é bem visível.

Na sua intervenção, o camarada Ângelo Veloso afirmaria: **Desenha-se assim, claramente, no horizonte uma táctica do PS que aponta para a aliança pós-eleitoral com o PPD, talvez associada ou encoberta pelo inevitável e imparável afastamento de um Sá Carneiro desprestigiado, queimado, desmascarado, incómodo.**

E mais adiante, o dirigente do PCP precisaria: **É necessário, camaradas, compreender com precisão o significado político profundo duma tal táctica. Derrotada a "AD", derrotados os partidos reaccionários, criadas as condições essenciais para correr a reacção do poder, seria o PS que, mais uma vez, iria lançar uma bóia de salvação à direita, minorar-lhe a derrota estrondosa e, de novo, mantê-la no poder.**

Uma tal táctica – concluiria a este respeito Ângelo Veloso – **significaria que seria o PS a trair na prática a alternativa democrática gerada pela maioria de deputados conquistada pelas forças democráticas.**

A alternativa

Noutro passo da sua intervenção, Ângelo Veloso referir-se-ia à alternativa clara apresentada pelo PCP: **O que nós insistimos não é que a alternativa é um governo do PCP ou mesmo, neste momento, com a obrigatória participação do PCP. O que nós insistimos e a experiência histórica dos últimos anos demonstra, é que não há alternativa democrática sem o apoio do PCP. Muito menos contra o PCP.**

Depois de ter largamente referido os obstáculos que se erguem à luta dos comunistas pela unidade das forças democráticas, Ângelo Veloso precisou:

Como é possível dar passos na aproximação entre comunistas e socialistas sem combater intransigentemente as possíveis alianças da FRS/PS com o PPD? Como é possível avançar no entendimento entre as forças democráticas sem combater firmemente as disposições do PS/FRS de cooperação com homens como António Barreto e Medeiros Ferreira? Como é possível progredir na unidade dos democratas com os dirigentes socialistas a louvarem-se ainda hoje de terem feito a lei Barreto, a lei do sector público e privado, a lei dos senhorios ricos, etc., que foram impostas ao país pelos votos conjuntos do PS e do PPD?

Mas, conforme salientou mais adiante Ângelo Veloso, **os comunistas combatem as posições anti-unitárias do PS e os seus projectos de novos compromissos e novas alianças com a reacção na perspectiva confiante de que a unidade das forças democráticas é não só necessária como possível. Na perspectiva confiante de que a unidade democrática que é imprescindível como fundamento de uma alternativa democrática acabará por ser conquistada.**

Ao trabalho contra a burla

Entre as numerosas intervenções proferidas no decurso do II Encontro da ORP, saliente-se a do camarada Edgar Correia, candidato da APU pelo círculo do Porto, membro do Comité Central e da DORP do PCP que, a dado passo, disse:

Acentuam-se as manobras desestabilizadoras, os golpes e as golpaças, as provocações, a par da demagogia mais eleiçoeira. A legalidade democrática é completamente desrespeitada. É um "vale tudo", sem lei, sem princípios, sem nada. Caído o verniz, a "AD" trangifura-se rapidamente na velha União Nacional dos tempos do fascismo.

Referindo factos concretos, Edgar Correia sublinhou: **O governador civil do Porto, na falta de ministros e secretários disponíveis, corre na bolina os concelhos, em autênticas operações de utilização dos dinheiros públicos na compra de votos para a "AD". Ao mesmo tempo, impede a utilização de edifícios do Estado, nomeadamente escolas, para as iniciativas da APU, e aparece a cedê-los para as iniciativas da "AD" – como é o caso das realizadas para a promoção (que mais parecem, pelo ambiente, para a despromoção...) da candidatura do general Carneiro.**

Depois de denunciar ainda o assalto da "AD" ao jornal estatizado "Jornal de Notícias" – o de maior tiragem em todo o país – o camarada Edgar Correia acentuou:

Está nas mãos dos trabalhadores, dos democratas, de todos os antifascistas, de todos os homens sérios, desmascarar com prontidão, dar combate com sucesso a tais planos da "AD" e garantir o respeito das leis e o carácter inteiramente democrático das eleições.

Entusiasmo e optimismo caracterizam o trabalho no distrito

Um comício com o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, a realizar na baixa da cidade do Porto na tarde do próximo dia 20 de Setembro, será um dos pontos altos do vasto conjunto de iniciativas que têm decorrido – e vão continuar a realizar-se – em todo o distrito do Porto, integrados na pré-campanha e na campanha do PCP e da APU.

A pré-campanha tem estado a desenvolver-se num ambiente de franco entusiasmo e optimismo.

Conscientes das dificuldades que se lhes colocam pela frente, as organizações e militantes do partido, com todos os outros democratas que com o Partido trabalham no quadro da APU, arrancaram para a pré-campanha desenvolvendo as mais diversas iniciativas com objectivo de ir ao encontro das populações, contactando mesmo com aqueles que não participam nas iniciativas do PCP e da APU.

Isto porque no distrito do Porto, para derrotar a «AD» e para assegurar a vitória de Abril, impõe-se esclarecer milhares de eleitores – camponeses, pequenos e médios empresários, trabalhadores, mulheres, jovens e reformados – que, enganados, votaram «AD» nas últimas eleições e que hoje se sentem desiludidos e enganados.

A realização na passada sexta-feira do II Encontro da ORP do PCP com a participação de mais de 3500 quadros das organizações distritais do partido e, no dia seguinte, do grande comício de apresentação dos candidatos da APU – iniciativas a que nos referimos noutro local – constituiram grandes realizações centrais para o arranque da pré-campanha. Mas muitas outras iniciativas, tendo como objectivo tocar mais directamente o eleitorado, tiveram lugar no Porto na passado fim-de-semana.

Comício no dia 20 com Álvaro Cunhal

As outras iniciativas

No domingo, cinco caravanas da APU percorreram o distrito batendo quase todos os concelhos. Uma percorreu os concelhos de Gaia e Gondomar; outra seguiu por Matosinhos, Maia e Valongo; uma terceira andou por Santo Tirso, Paços de Ferreira e Porto; a quarta percorreu Paredes, Penafiel e Marco de Canavezes; e a última esteve em Penafiel, Lousada, Amarante e Felgueiras. Constituidas no conjunto por cerca de 80 viaturas e envolvendo centenas de militantes dopartido e activistas da APU, as caravanas distribuiram largos milhares de materiais de propaganda, realizaram mini-comícios e festas, contactaram intimamente com as populações, sendo de salientar o bom acolhimento que, por todo o lado, lhes foi dispensado.

Realizaram-se já também numerosas festas, sendo de destacar a Grande Noite do Fado (no Terreiro da Sé-Porto) e as festas de Candal (Gaia), Fânzeres (Gondomar) e Águas Santas (Maia), nas quais participaram largos milhares de pessoas. Diversas outras estão já marcadas para os próximos dias, contando algumas delas com a participação do agrupamento «Toma Lá Show», que integra artistas como Fernando Tordo, Helena Isabel e Henrique Viana, entre outros.

Iniciaram-se também as acções de esclarecimento nas empresas, sendo de destacar o *meeting* no Grupo Mondego no passado dia 28.

Igualmente nas feiras se têm realizado acções deste tipo, nomeadamente em Vila do Conde, na Lixa e em Paredes. Uma iniciativa de grande interesse foi o porta-a-porta realizado em Aldoar (no Porto) que permitiu o contacto directo com milhares de habitantes daquela freguesia.

Encontros e plenários de comissões eleitorais da APU – que no distrito do porto são já mais de 200 com larga participação unitária – têm-se igualmente realizado nos últimos tempos, quer a nível concelhio, quer a nível de sector.

Neste fim-de-semana

Dezenas de iniciativas no distrito de Lisboa

Sessões de esclarecimento, bancas de distribuição de documentos com a presença de candidatos, caravanas seguidas de mini-comícios, convívios e actividades desportivas, espectáculos e outras iniciativas de massas — são as formas de intervenção do PCP e da Aliança Povo Unido no distrito de Lisboa, a realizar neste fim-de-semana em numerosas localidades do distrito.

No sábado, **José Luís Judas,** membro do secretariado da CGTP e candidato pela APU, participa numa sessão de esclarecimento, às 21.30, no Salão Polivalente da **Musgueira-Sul.** Nesse mesmo dia, a partir das 9 horas, haverá bancas em várias praias da linha do **Estoril.** em **Carcavelos** estará presente o candidato **Adalberto Ribeiro,** no **Estoril** o independente **Manuel Lopes** (do secretariado da CGTP), e na **Parede** e em **S. Pedro** estarão, respectivamente, **Hélder Pinheiro** e **António Sutil.**

Ainda nesse dia, **Zita Seabra** orientará, a partir das 21 horas, uma sessão de esclarecimento nos Bombeiros Voluntários de **Azambuja.**

Efectua-se também, às 21 e 30, uma sessão para balanço da actividade da APU na Câmara Municipal de Loures e na Junta de freguesia de **Odivelas,** sessão esta marcada para a JF daquela última localidade. Igualmente à mesma hora, na **Póvoa de Santa Iria,** no Pavilhão da Abelheira, está programada uma sessão de esclarecimento com **Aboim Inglês.**

Uma caravana velocipédica percorre ainda nesse dia o concelho de Vila Franca de Xira, efectuando-se em **Alverca** e em **Vila Franca de Xira** dois mini-comícios seguidos de festa.

Além disso, têm lugar, às 14 horas, um convívio e um encontro concelhio na Casa do Povo de **Vila Franca de Xira.** Em **S. João da Talha,** de manhã e à tarde, decorre um torneio de chinquilho. Às 16 horas, no Ringue de Patinagem de **Loures,** efectua-se um espectáculo de «Rock» com o conjunto **UHF.** Às 21 horas, em **S. João da Talha,** baile organizado pela JCP.

Outras iniciativas previstas igualmente para sábado: pelas 10 horas, na **Póvoa de Santo Adrião,** actuam os **Palhaços Emilianos,** seguindo-se às 12 horas um almoço de convívio; às 15 horas, no **Bairro da Boavista,** comício com **Manuel Gusmão,** seguindo de espectáculo com os **Palhaços Emilianos** e **Teresa Paula Brito;** às 16 horas, no **Jardim de Queluz, Ermelinda Duarte, António Montês, Manuel Maia** e **António Martins** participam numa sessão de canto livre; às 21 horas, na Sociedade de **Montelavar** está prevista uma Noite de Fado; à mesma hora, em **Vila Franca de Xira,** baile com o conjunto «Rock» **UHF.** Também sábado de manhã, haverá uma banca no Mercado de **Tires,** com **Artur Rodrigues** e **Vítor Silva.**

Finalmente, domingo, está previsto um piquenique no **Estádio Nacional,** a partir das 10 horas, com a presença dos **Palhaços Emilianos.**

À noite, no **Vale do Fundão,** em Marvila, haverá «Fado de Abril».

Festa da Unidade na Amadora

Três dias de festa no município de Abril

• Comício com Octávio Pato

Começa já amanhã e prolonga-se por todo o fim-de-semana a «Festa da Unidade», na Amadora, iniciativa da organização local do Partido que já criou raízes no concelho. Desta vez o recinto da festa é no Pavilhão da Académica e terrenos anexos, na Reboleira. Dois palcos e um auditório vão acolher um vasto programa de espectáculos.

Participam nos espectáculos o conjunto «UHF», o grupo «Trovante», os palhaços «Emilianos», Joaquim Pessoa, Carlos Paredes e Fernando Alvim, Luísa Basto, João Fernando, Alzira Sá e o acordeonista Bartolomeu, Fernando Farinha, Samuel, Manuel Maia, José Manuel Osório, Carlos Paulo, Rancho Folclórico «Os Avieiros», grupos corais alentejanos da Brandoa, Amadora e Carnaxide e Rancho Folclórico Infantil da Brandoa.

O baile será animado pelo conjunto «Mortis Causa». Teatro, Poesia e Cinema são ainda alguns dos atractivos da Festa. E ainda o Fado de Abril, com a participação de João de Alter, José Castanheira, Quim Valente, Tonizete, Ana Pinto, Sebastião de Jesus, Olímpio Lopes, Luísa Vieira, Natália Maria, Raul de Oliveira, Artur Loureiro, Augusto Martins, António Coimbra, César Pinto e Joaquim de Oliveira.

Vai também haver um Festival Desportivo, com Torneio de Chinquilho, Ténis de Mesa, Ciclismo. E, num pavilhão dedicado ao desporto, vão desenrolar-se partidas de Xadrez e de Damas.

Vários outros pavilhões funcionarão na Festa. Um deles constituirá o Ponto de Encontro com os Países Socialistas, organizado com a ajuda de Associações de Amizade. O Centro da Juventude é promovido pela JCP. Os Pioneiros participam com iniciativas suas. E o Centro do Livro e do Disco não vai faltar.

Colóquios e debates, exposições e diaporamas, «stands» de comes e bebes, quermesses e divertimentos são outras tantas razões que hão-de levar muita gente à Festa da Unidade. A 'EF', entrada no recinto que pode ser utilizada durante os três dias e dá direito a assistir a todos os espectáculos seu preço de 50 escudos.

A Festa da Unidade culminará com um comício durante o qual intervirão os camaradas Orlando de Almeida, candidato à Assembleia da República e Presidente da Câmara Municipal da Amadora e Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Domingo na Amadora

Encontro de militantes da ORL do PCP

No próximo domingo, entre as 9 e 30 e as 14 horas, realiza-se no Pavilhão da Académica da Amadora o Encontro de Militantes da Organização Regional de Lisboa do PCP, que se destina ao debate e aprofundamento de vários aspectos do trabalho eleitoral no distrito, culminando um amplo trabalho já realizado no decurso do mês de Agosto.

Participam neste Encontro cerca de 4 mil militantes de todas as organizações do PCP do distrito de Lisboa e, aos trabalhos, assistirão como convidados os candidatos do MDP/CDE e os independentes da lista de Lisboa da Aliança Povo Unido.

A mesa do Encontro será constituída por membros da DORL e da Comissão Coordenadora Distrital Eleitoral, presidindo aos trabalhos a camarada Rosa Rabiais, do CC do PCP.

Os camaradas Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e José Casanova, membro suplente da Comissão Política, participarão nos trabalhos, cabendo ao primeiro proferir a intervenção de encerramento e, ao segundo, fazer uma exposição sobre a campanha eleitoral no distrito de Lisboa e seus objectivos.

Na Alameda D. Afonso Henriques, no sábado

Festival Desportivo e Cultural «Aliança Povo Unido»

Na Alameda D. Afonso Henriques, no próximo sábado, com início às 16 horas, a Aliança Povo Unido leva a efeito um conjunto de iniciativas desportivas e culturais, designado por «Festival Desportivo e Cultural Aliança Povo Unido».

O Festival, para todas as idades e para ambos os sexos, é aberto a colectividades, escolas, grupos, comissões de moradores, etc. Aceitam-se também inscrições individuais.

A actividade desportiva compreende as modalidades de Futebol de 5, Basquetebol e Andebol, extensivas aos seguintes escalões etários: até aos 11 anos, dos 11 aos 15 anos, e dos 16 em diante. Nas provas de Atletismo (velocidade, 60 metros; fundo, 1500 metros; salto em comprimento; e lançamento de peso) os escalões etários a considerar são os seguintes: Escalão 'A' até aos 11 anos; 'B' dos 12 aos 14; 'C' dos 15 aos 17; e 'D' dos 18 em diante.

Luta, ginástica, xadrez e damas fazem também parte do Festival.

Por sua vez o aspecto cultural compreende exposição de desenhos, fotografias, livros, etc.

Serão distribuidos diplomas a todos os participantes.

As inscrições para o Festival podem ser entregues pessoalmente ou enviadas pelo correio para o Centro de Trabalho do PCP, Rua Joaquim Bonifácio, 8, 4.º-F, 1100 LISBOA, até ás 22 horas do dia 4 de Setembro.

De amanhã a domingo

Festa Povo Unido no Montijo

• Comício com José Vitoriano

No Montijo, de amanhã a domingo, vai realizar-se a Festa Povo Unido, junto às instalações da Rodoviária Nacional, com um aliciante e variado programa, de que se destacam iniciativas políticas, culturais, recreativas e desportivas.

Amanhã à noite, às 21 e 30, haverá uma sessão de canto livre com a participação de Nuno Gomes dos Santos, Helena Isabel, Samuel e Jorge Patrício. A partir das 22 e 45, realiza-se um concerto de música "rock", seguido de baile.

No sábado, durante a manhã, iniciativas especialmente dedicadas às crianças, das quais se destacam: canções com José Barata Moura, Pioneiros de Portugal e Grupo Geta do Lavradio – que também levará palhaços. Ás 15 horas, Mário Castrim orientará um colóquio sobre comunicação social. Às 17 horas realiza-se uma sessão de variedades. À 19 horas, o camarada Veiga de Oliveira participará num colóquio. Na noite de sábado, haverá teatro (às 21 horas) e uma sessão de fado (às 22 e 30) com Fernando Farinha, José Manuel Osório, Maria Manuela Vaz de Carvalho e outros.

Na manhã de domingo, a candidata da APU pelo círculo de Setúbal Odete Santos orientará um colóquio sobre mulheres. Às 15 horas, o escritor e dramaturgo José Saramago orientará um colóquio sobre Camões. Às 18 horas, e depois de uma sessão de variedades, realiza-se um comício com a participação do camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP, vice-presidente da Assembleia da República e candidato pelo círculo de Setúbal. Na noite do último dia, terão lugar um colóquio sobre Reforma Agrária e uma sessão de variedades com Joaquim Pessoa, José Viana, Dora Leal, o grupo "Trovante" e diversos grupos corais.

No decorrer da festa haverá várias realizações desportivas, provas de chinquilho, torneios de damas e xadrez, exposições, pavilhões de artesanato e de comes e bebes.

Amanhã à noite

Reunião de desportistas em Lisboa

Os atletas, monitores desportivos, dirigentes de colectividades de cultura e recreio, grupos desportivos de empresa, professores de educação física, animadores desportivos, enfim, todos os camaradas ligados às actividades desportivas são convidados a participar numa reunião que se realiza amanhã à noite no CT Vitória, na Avenida da Liberdade.

A ordem de trabalhos desta reunião tem como único ponto a abertura da campanha – iniciativas desportivas.

Esta reunião, convocada pela Comissão de Desporto da DORL do PCP reveste-se de grande importância, tendo em conta as grandes potencialidades das actividades desportivas no êxito da campanha eleitoral da APU.

Com caravanas de todo o distrito

Festa em Santarém de apresentação dos candidatos

• Comício com Dias Lourenço

A cidade de Santarém vai estar em Festa no próximo domingo, com a realização de uma grande iniciativa da APU para apresentação dos candidatos pelo círculo eleitoral de Santarém às eleições de 5 de Outubro.

A festa realiza-se no Pavilhão da Feira da Agricultura, e para além de um comício em que usarão da palavra candidatos – nomeadamente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e cabeça-de-lista da APU – terá lugar uma sessão de canto livre e folclore. Além de Dias Lourenço, estarão em Santarém no próximo domingo os candidatos Ana Cristina e Henrique Arraiolos (ambos do PCP), Madeira Lopes (do Secretariado Nacional do MDP/CDE) e José Vasco (independente).

Caravanas de todo o distrito

Entretanto, a animação que vai invadir a cidade de Santarém, desfilará primeiro pelas principais estradas do distrito, uma vez que numerosas caravanas automóveis partirão de diversas localidades, estando a sua chegada prevista à capital do distrito entre as 15 e 30 e as 16 horas.

A caravana n.º 1 parte da vila de **Mação** às 12 e 30 e passará sucessivamente pelas seguintes localidades: Sardoal, Abrantes, Constância, Barquinha, Entroncamento, Golegã, Chamusca, Alpiarça e Tapada.

A caravana n.º 2 tem dois pontos de partida: **Coruche,** às 14 horas, e **Benavente,** às 14 e 30. O ponto de encontro está marcado para Salvaterra às 14 e 45, após o que percorrerá Almeirim e Tapada.

A caravana n.º 3 tem também dois pontos de partida: **Rio Maior** (às 14 e 30) e **Almoster** (à mesma hora). De Rio Maior, passará pelo Cartaxo e pelo Vale de Santarém, onde se dará a concentração com a que parte de Almoster, que entretanto passou a Póvoa de Isenta.

A caravana n.º 4 tem três pontos de partida: **Ferreira do Zêzere** (às 13 horas), **Vila Nova de Ourém** (às 13 e 15) e **Pombalinho** (às 14 horas). A de Ferreira do Zêzere encontra-se com a de Vila Nova de Ourém nas Terras Pretas, depois de ter passado na cidade de Tomar, passando depois por Torres Novas, Alcanena, Pernes e Portela. Aqui encontra-se com a que vem do Pombalinho e que entretanto passou por Reguengo, S. Vicente, Vale da Figueira e Alcanhões, seguindo juntas para Santarém.

Grande Prémio de Ciclismo «Abril Vencerá»

A Comissão Coordenadora da APU do Distrito de Lisboa leva a efeito no próximo dia 27 de Setembro uma prova de ciclismo denominada 'Abril Vencerá', na categoria de 'grande prémio'.

A competição inicia-se às 9 horas na Amadora-Reboleira, junto ao campo do Estrela da Amadora.

A prova destina-se às categorias de juniores 'B' e juniores na distância de 120 km, com o seguinte percurso:

Reboleira-Amadora, Jardim da Amadora, Bairro Janeiro, Queluz, Ponte de Carenque, Pendão, Belas, Idanha, Venda Seca, Meleças, Recabeiro, Algueirão, Mem Martins, Ranholas, Alcabideche, Amoreira, Estoril, Bicesse Tires, S. Domingos de Rana, Carcavelos, Oeiras, Paço d'Arcos, Porto Salvo, Barcarena, Carnaxide, Linda-a-Velha, Algés, Estrada da Circunvalação, Pina Manique, Damaia, Portas de Benfica, Pontinha, Paiã, Odivelas, Santo António dos Cavaleiros, Frielas, Loures, Santo Antão do Tojal, Vialonga, Santa Iria da Azóia, São João da Talha, Sacavém, Moscavide, Olivais, e Campo Grande (chegada, sentido norte-sul).

POVO UNIDO

Grande actividade no distrito de Setúbal

• Comícios e sessões com Domingos Abrantes

Sexta, sábado e domingo são três dias de grande actividade da Aliança Povo Unido e do PCP no distrito de Setúbal.

Amanhã, no Pavilhão da Festa das Vindimas, em Palmela, o camarada Sérgio Pinto, candidato da APU, participa numa sessão de esclarecimento do PCP. O camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e cabeça-de-lista da APU pelo círculo de Setúbal, participa num comício-festa que terá lugar na cidade do Sado, no Largo das Machadas.

No sábado, na localidade de Rio de Moinhos, no concelho de Alcácer do Sal, realiza-se às 12 horas um comício-festa do PCP que terá a presença do camarada Domingos Abrantes. O camarada Carlos Espadinha, deputado da AR e candidato, participa numa sessão de esclarecimento que se realiza às 20 e 30 na Carrasqueira-Possanco, no concelho de Alcácer. Uma hora mais tarde e desta vez no Pragal, concelho de Almada, o camarada Domingos Abrantes estará presente numa sessão de esclarecimento.

No domingo, e novamente no Pavilhão da Festa das Vindimas em Palmela, haverá uma sessão de esclarecimento do PCP com a participação do camarada Domingos Abrantes.

Mas se o fim-de-semana é o período com maior número de iniciativas, isso não significa que nos outros dias, as mesmas não se realizem. Assim, na noite da próxima segunda-feira, o deputado e candidato Sousa Marques participará numa sessão de esclarecimento do PCP que terá lugar no Externato Santa Joana, em Sesimbra.

Com a APU em maré cheia

Do Tejo ao Sado

Realiza-se novamente no próximo domingo o passeio de barco fluvial e marítimo do Tejo ao Sado que, no passado dia 31, constituiu um grande êxito.

A partida verifica-se às 8 horas da manhã no Barreiro, em barco que vai navegar na maré cheia da APU, deter-se-á no Seixal e em Almada, antes de aportar em Tróia.

No decorrer da viagem, haverá filmes, canções e divertimentos. As inscrições estão abertas nos CTs do nosso Partido.

Reunião de quadros do concelho de Abrantes

Realiza-se amanhã, às 21 e 30, nas instalações do Convento de Abrantes, uma reunião de quadros da organização do PCP neste concelho do distrito de Santarém.

Esta reunião, em que participarão membros da Direcção da Organização Regional de Santarém e o camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, terá como ordem de trabalhos a análise da situação política, problemas de organização e eleições.

Reuniões de militantes em Almeirim e Fazendas

Realiza-se hoje à noite, no Centro de Trabalho do nosso Partido em Fazendas de Almeirim uma reunião geral de militantes comunistas desta freguesia. A reunião destina-se a debater a questão das eleições e a actual situação política.

Com o mesmo objectivo, realiza-se amanhã, no Centro de Trabalho de Almeirim, idêntica reunião destinada aos militantes da freguesia de Almeirim.

Entretanto, a Comissão Concelhia de Almeirim decidiu promover um almoço de confraternização no respectivo Centro de Trabalho, destinado a assinalar a "inauguração" das novas condições de trabalho criadas pelas obras realizadas naquele CT do nosso Partido. A data limite para a inscrição no almoço de confraternização é o dia 14 de Setembro.

Baile em Marianos

Em Marianos, no concelho de Almeirim em casa de Luís Gaudêncio, haverá no próximo sábado, a partir das 21 horas, uma animada sessão de baile, promovida pela APU.

A música estará a cargo do acordeonista Manuel Monteiro Júnior e, no decorrer do baile, haverá uma intervenção política.

APU na Pontinha

Realiza-se no próximo sábado, dia 6, pelas 15 horas, no Jardim Infantil Popular da Pontinha, uma sessão promovida pela APU na qual intervirão o presidente interino da Câmara Municipal de Loures, Marques Ribeiro, o presidente da Junta da Freguesia de Odivelas, Sebastião Freire e diversos representantes da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia.

Iniciativas em Portalegre...

A Aliança Povo Unido promove, a partir de hoje, uma série de iniciativas no distrito de Portalegre, com sessões de esclarecimento, exibição de filmes e canto livre em diversas localidades.

Assim, hoje à noite, no Bairro da Vila Nova, em Portalegre, haverá uma sessão de esclarecimento seguida de projecção de um filme.

Amanhã à noite em Vaiamonte, Monforte, às 21 horas, uma sessão de esclarecimento com a participação do camarada Joaquim Miranda, deputado eleito pelo distrito de Portalegre e cabeça-de-lista da APU nas próximas eleições pelo mesmo círculo.

No sábado, em Monforte, o camarada António Murteira, membro do Comité Central do nosso Partido, participará numa sessão de esclarecimento. No mesmo dia, e à mesma hora, em Avis, realiza-se uma sessão de canto livre com a participação do cantor Samuel.

...e em Évora

Também no distrito de Évora, a Aliança Povo Unido tem vindo a promover um vasto conjunto de iniciativas, de que se destaca a realização, amanhã à noite, em Portel, no mercado municipal da vila, uma sessão de esclarecimento com candidatos do círculo eleitoral de Évora.

No passado fim-de-semana, realizaram-se festas e sessões de esclarecimento em Vera Cruz (Portel), Torre dos Coelheiros (Évora), Foros de Vale de Figueira (Montemor), Ciborro, Silveiras, Foros da Misericórdia e Montemor – esta última especificamente destinada a pequenos agricultores.

No mesmo período realizaram-se sessões de porta-a-porta em Estremoz, Mora, Cabrela, Cortiçadas, S. Cristóvão, Lavre e nas freguesias rurais do concelho de Évora.

Sessões, comícios, reuniões e festas

Distrito de Braga movimenta-se para derrotar a «AD»

No distrito de Braga, o PCP e a APU organizam, nos próximos dias, um vasto conjunto de iniciativas.

Assim, no sábado, realizam-se plenários em **Celorico de Basto, Esposende** e **Cabeceiras de Basto,** com início às 21 e 30 horas. No mesmo dia e à mesma hora, realiza-se em **Riba d'Ave** uma reunião de quadros da APU.

Também no sábado, mas às 15 horas, haverá no CT do nosso Partido em **Barcelos** uma reunião de mulheres promovida pelo PCP. Ás 18 horas, terá lugar na escola primária do **Sanguinhal** (Vieira do Minho) uma sessão de esclarecimento do PCP. Às 21 e 30, em **Adaúfe** (Braga) realiza-se um comício-festa.

No domingo, um Grande Prémio APU em atletismo animará as ruas de **Travassós,** em Fafe, a partir das 9 horas da manhã. Uma hora mais tarde, mas desta vez na cidade de **Braga** (na Escola Preparatória André Soares) terá lugar um encontro de quadros da APU. Ás 15 horas, nas instalações da Casa do Povo de **Ronfe** (Guimarães) inicia-se uma festa-comício promovida pelo PCP.

Na localidade de **Morreira** do concelho de Braga e nas instalações da respectiva escola primária realiza-se na noite da próxima terça-feira uma sessão de cinema seguida de intervenção política.

Cinema na Caparica

Promovida pela Comissão de Freguesia da Costa da Caparica do PCP realiza-se, amanhã, à noite, no Largo do Parque Infantil de Santo António da Caparica, uma sessão de cinema em que será projectado o filme «Primavera em Portugal».

A realidade do trabalho da APU destacada no comício de Almada

A indignação popular e o repúdio pela actuação do Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral, a confiança de que nas próximas eleições, se não for antes, a «AD» será posta fora do Governo, de que a democracia vai conquistar uma maioria parlamentar e de que a Aliança Povo Unido vai sair reforçada, foram as dominantes do comício realizado na noite de sábado em Almada, durante o qual tomou a palavra o secretário-geral do PCP camarada Álvaro Cunhal.

O comício da Aliança Povo Unido trouxe milhares de pessoas ao largo Gabriel Pedro, em Almada, e culminou uma jornada que começara às 10 horas da manhã com actividades desportivas – futebol de 5 que reuniu trinta equipas, futebol infantil e andebol, prova de atletismo às 19 horas – e que continuou com um espectáculo musical, ranchos folclóricos, a actuação do Grupo de Campolide (teatro), as canções do grupo «Água Dura».

O camarada José Vieira, membro suplente do Comité Central, presidente da Câmara de Almada subiu depois à tribuna, anunciando a presença do secretário-geral do PCP, do camarada Carlos Ramildes, suplente do CC e responsável pela Organização de Almada e ainda do responsável local do MDP/CDE. Entraram depois todos os candidatos a deputados pela APU às próximas eleições legislativas, registando-se apenas a ausência por impedimento dos camaradas José Vitoriano, da Comissão Política do CC e de Rogério de Brito.

A apresentação pública dos candidatos – membros do Partido Comunista, membros do MDP/CDE e independentes, figuras prestigiadas da vida do País e do distrito de Setúbal, trabalhadores muitos deles eleitos para órgãos autárquicos, membros de Comissões de Trabalhadores e dirigentes sindicais, operários, empregados técnicos, intelectuais, homens, mulheres e jovens – suscitaram uma grande manifestaçã de simpatia nos milhares de pessoas presentes, cada nome a recebet uma ovação.

A camarada Maria Emília, presidente da Junta de Freguesia de Almada foi a primeira oradora do comício tendo na sua intervenção destacado a ampla participação das populações do distrito nas decisões do poder local e na resolução dos seus problemas locais.

Esta realidade, afirmou, **não interessa à "AD". Por isso no Governo e na Assembleia da República a sua política centralista e burocrática, de clara oposição ao poder local democrático que a Constituição consagra.**

A oradora sublinhou a política de sabotagem empreendida pela direita no Governo, nomeadamente na questão da Lei das Finanças Locais.

Contrapondo a essa política a actividade dos eleitos pela APU, a camarada falou do trabalho levado a cabo pela autarquia no concelho de Almada, apesar das dificuldades impostas pela ausência de verbas:

Foram até hoje executados mais de 17 quilómetros de novos pavimentos mais de 200 quilómetros de conduta de água, foram lançadas obras de saneamento cujo valor ultrapassa o meio milhão de contos. No entanto, para se resolver completamente o problema do abastecimento de água falta ainda aplicar mais de 300 mil contos. E o Governo – recordou – **roubou este concelho em 223 mil contos apenas para este ano.**

O ordenamento do território é outra realidade já existente: mais de 90 por cento do concelho está coberto por estudos urbanísticos e, não fora o corte às Finanças Locais, já estariam lançadas obras de infra-estrutura em diversos planos parciais».

Na longa enumeração do trabalho efectuado, a camarada falaria ainda, entre outros problemas, da questão da limpreza das praias que, apesar de não ser da responsabilidade autárquica, contou com uma verba de 6 mil contos decidida pela APU, e também do esforço na resolução do problema do trânsito, em que as autarquias de Almada, Seixal e Sesimbra têm colaborado.

Após a intervenção da camarada Maria Emília e antes do discurso do camarada Álvaro Cunhal que publicamos noutro local, falou Marques Antunes, membro do Secretariado e da Comissão Nacional do MDP/CDE e candidato da APU, que traçou o panorama social e político do distrito destacando a grande influência dos democratas nas estruturas do poder local e a posição largamente maioritária das listas unitárias nos órgãos eleitos pelos trabalhadores.

Após o discurso do camarada Álvaro Cunhal ficaram ainda milhares de pessoas em festa. Actuaram José Viana e Dora Leal. E seguiu-se um baile, animado pelo conjunto «O Eléctrico».

Discurso do camarada Álvaro Cunhal na pág. 8

Na Marinha Grande: A «Festa do Futuro» foi da juventude

Marinha Grande, «Festa do Futuro», iniciativa que durante o último fim-de-semana — sexta, sábado e domingo — atraiu alguns milhares de pessoas daquela vila, das cercanias e também muitos dos veraneantes que nesta altura do ano aproveitam as praias próximas para passarem férias.

Iniciativa da Organização Local do Partido Comunista Português e que se destinou, em grande parte, a angariar fundos para a construção do novo Centro de Trabalho do PCP naquela vila, a «Festa do Futuro» não podia ter melhor denominação.

Dizemos isto porque a assistência que ali afluiu, nomeadamente no domingo à tarde, para assistir ao comício em que falaram os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, era maioritariamente jovem.

Rapazes e raparigas, dos 16 aos 19 anos, eram a tónica dominante das pessoas que estavam presentes. E nem sequer se podia argumentar que ali tinham ido para assistirem exclusivamnte ao espectáculo musical, que nesse dia contava com a actuação de Júlia Babo, conjuntos Nazaré e Jorge Nascimento, José Viana e Dora Leal e a encerrar, Carlos do Carmo.

Não, a presença da massa jovem prendia-se directamente com o comício, amplamente noticiado para as 17 horas de domingo. E poucos momentos antes, eles, os jovens, lá estavam, defronte ao palco onde decorreu a intervenção política. Intervenientes, interessados, os jovens daquela região (como começa a suceder um pouco por todo o país) mostraram preocupar-se pela resolução dos problemas que lhes pode assegurar um futuro melhor.

A «Festa do Futuro» começou pois da melhor maneira — com a juventude a participar, a colaborar, assegurando a continuidade da luta no amanhã.

Uma volta pela Festa

No recinto onde decorreu a Festa estava patente todo o distrito. As diferentes Organizações Concelhias do PCP fizeram-se representar. Desde as camisas da Nazaré, às cerâmicas das Caldas da Rainha, passando pelos vidros da Marinha Grande, tudo se podia encontrar.

E, nos «stands», as pessoas observavam os artigos expostos — aqui uma celha em madeira, mais adiante uma jarra ou um cesto de verga, ou ainda a hesitação em provar um doce regional. Perguntavam-se preços, consultavam-se os familiares ou amigos (**Aquele candeeiro era capaz de ficar bem na nossa sala?** — dizia uma jovem para o companheiro, na esperança de uma concordancia que justificasse a decisão já tomada).

Era o ambiente de feira que tanto quadra ao nosso povo. E não faltavam as farturas, a chiarem no óleo a ferver, ou o algodão doce em que as crianças gostam de se lambuzarem, na maior parte das vezes para arrelia dos pais, já esquecidos do fascínio que lhes provocava, em pequenos, aquela bola de neve a crescer, a crescer, e que depois se desfazia na boca, doce como mel.

E havia também as cavacas das Caldas, doce regional cuja aparência não corresponde ao sabor, os tremoços, amarelos e gordos, e que ainda hoje se vendem nos canudinhos de papel, ou então as pevides, bem torradas, e salpicadas de sal, que os miúdos — e os graúdos também, mas com vergonha de confessar — gostam de chupar.

E os balões. O ruído das garrafas de gás a encher aquelas bolas de borracha. E o homem que os vende, sempre com tantos balões, de todas as cores — verdes, amarelos, azuis, encarnados, brancos. E as crianças que, impacientes, esperam que o homem os atenda e desate do molhe que paira lá em cima o balão que desejam: **Não é esse, é aquele. Aquele verde. O que está mais acima. Não, não, ao lado do vermelho.**

E o homem impaciente porque tem mais crianças à espera e tem ainda que encher mais balões. E depois as crianças a afastarem-se felizes e já esquecidas que têm um balão — pelo qual choraram e pediram insistentemente – a vogar no ar, amarrado no braço ou seguro na mão, para por vezes, estoirar ou desaparecer no céu num momento de distração.

Era o ambiente de feira. Até a aparelhagem sonora o fazia recordar. Uma voz feminina, fresca, bem timbrada, aconselhava as sardinhas assadas do pavilhão de Peniche, ou os produtos da Reforma Agrária que também estavam à venda no recinto da Festa — e se o melão, a 13$00 o quilo, era o produto dominante pela quantidade, as preferências iam, no entanto, para as latas de azeite, artigo que se vendeu bem.

Também aqui, na Festa do Futuro da Marinha Grande um enorme painél reproduzindo a caricatura que o «Avante!» publicou sobre Sá Carneiro, de pistola em punho, frente ao guichet do Banco, a exclamar: **«Quieto, isto é um empréstimo!».**

A quermesse, bem recheada de objectos de utilidade doméstica ou decorativos, não tinha mãos a medir na venda de rifas. Presentes «stands» de Porto de Mós, Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Pombal, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Batalha, Marinha Grande, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos e Bombarral. Enfim presente todo o distrito.

O comício

Já muito antes a instalação sonora avisava que o comício com o camarada Álvaro Cunhal seria pelas 17 horas. Pelas 16 e 30 o secretário-geral do PCP entrou no recinto da Festa, visitou os «stands», contactou com os presentes, conviveu. Um abraço forte aqui, uma cara conhecida acolá, mais adiante uma pessoa que queria conhecer pessoalmente o camarada Álvaro, e que só agora tinha oportunidade. O mesmo por toda a Festa.

O camarada Joaquim Gomes discursando na Marinha Grande

Entretanto, as pessoas foram-se aglomerando frente ao palco. A Filarmónica da Amieirinha executou primeiro alguns números musicais. Seguidamente, o camarada Sérgio Moiteiro deu início ao comício, apresentando os candidatos da APU pelo distrito e convidando para o palco o presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande e os membros da Comissão Directiva da Festa.

Falou em primeiro lugar o camarada Vítor Hugo, membro da DORLEI que salientou a importância da Festa, entre outras coisas, na contribuição para a recolha de fundos destinados à construção do novo Centro de Trabalho.

O camarada Joaquim Gomes, cuja intervenção se seguiu, começou por abordar o próximo acto eleitoral, salientando que **em Leiria, como em qualquer outro círculo eleitoral, derrotar a «AD» tem que traduzir-se na diminuição dos seus deputados na Assembleia da República e, consequentemente, na eleição de mais deputados democratas, mais concretamente deputados do PCP-APU.**

O 2.º deputado da APU, em Leiria

Referindo-se depois, concretamente, ao distrito por onde é cabeça de lista, o camarada Joaquim Gomes destacou que **tirar à AD um deputado no círculo de Leiria é tarefa muitíssimo menos difícil para a APU que para a FRS.**

Com menos de metade dos votos que seriam necessários à FRS para recuperar o 4.º deputado, que perdeu no ano passado, pode a APU eleger o seu 2.º deputado nas próximas eleições.

Caiem assim por terra as confusões, bem ou mal intencionadas, que tentam demonstrar que a derrota da AD no nosso distrito passa pelo aumento dos votos e dos deputados da FRS.

Caiem igualmente por terra todas as teorias de voto útil na FRS.

Bem ao contrário. É na APU, dado que precisa de muitíssimos menos votos para eleger o 2.º deputado, que a utilidade do voto tem autêntico significado.

A alternativa é reforçar a APU

Caiem ainda por terra — acrescentou o camarada Joaquim Gomes — todas as tentativas de impingir ao eleitorado a ideia que a FRS é só por si uma alternativa de governo. Nem a FRS, nem qualquer outra formação política terá a maioria nas próximas eleições.

A FRS, ao orientar-se pela política do PS de tradicionais e calculadas ambiguidades políticas e de alianças com a direita, arrisca-se mesmo a não recuperar os votos que o PS perdeu nas eleições intercalares.

A única alternativa é um governo democrático com uma política democrática. E um tal governo só pode sair duma aliança de esquerda, com a natural e necessária participação da APU.

O fortalecimento da APU é a única forma de contrariar as projectadas alianças do PS com a direita.

Os votos perdidos

Mais adiante e depois de se referir à composição das listas da FRS e da Aliança Reaccionária, o camarada Joaquim Gomes focou o papel divisionista dos grupelhos esquerdistas, salientando que em Leiria aparecem cinco a concorrer às próximas eleições. E acrescentou:

O papel destes grupelhos, sem excepção, é dividir, é concretizar os objectivos da direita. Basta recordar que os votos esquerdistas perdidos nas eleições de Dezembro – 8075 – se pudessem ser recuperados para a APU este ano, poderiam bastar para eleger o seu 2.º deputado. Porém não é isso que querem os aventureiros esquerdistas nem aqueles que os sustentam.

A terminar, o camarada Joaquim Gomes frisou a importância da necessidade de se organizar e preparar desde já todos os mecanismos de fiscalização de voto para que as fraudes eleitorais não passem impunemente, proporcionando por isso mesmo, nalguns casos, a eleição de deputados das forças reaccionárias que num acto eleitoral honesto não o seriam.

Encerrou o comício o camarada Álvaro Cunhal que, na sua intervenção, abordou a actual situação política em relação às próximas eleições do dia 5 de Outubro. Entusiasticamente aplaudido por todos os que o escutavam, apontou as tarefas que urge cumprir para que o reforço da APU — já que a Aliança Reaccionária caminha para a derrota — seja motivo suficiente e forte para a concretização de um governo democrático como o deseja o Povo português.

Sessão de esclarecimento em Coimbra

As candidaturas APU em Viseu e Viana do Castelo são para vencer, como foi Aveiro

No Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos decorreu, no domingo à noite, perante grande assistência, uma sessão de esclarecimento em que participou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Acompanhado na mesa pelos camaradas Jaime Serra, membro da Comissão Política do PCP, José Carlos Almeida, membro do Comité Central, Cabral Pinto, professor, Romão, estudante, Alexandra Lopes, doméstica, Lousã Henriques, médico, Freitas Simões, funcionário, Mário Prata, membro da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP e António Costa, metalúrgico e dirigente sindical, o secretário-geral do PCP começou por dar uma breve visão da actual situação política nacional.

Nesta parte da sua intervenção e antes das perguntas lhe serem feitas, Álvaro Cunhal abordou alguns assuntos, nomeadamente a importância das próximas eleições do dia 5 de Outubro, ressaltando a necessidade da intervenção de todos no esclarecimento, na actividade propagandística, no elucidar dos menos esclarecidos para que nas eleições a Aliança Reaccionária fique em minoria, seja derrotada.

Referindo-se a esta derrota frisou que colocar de novo a Aliança Reaccionária em minoria na Assembleia da República, só por si, mesmo antes de considerarmos o que é que isto representa do lado da democracia, da maioria democrática, só por si a derrota da «AD» terá consequências positivas e consequências profundas na situação nacional.

Novo escândalo

O plano de destruição das conquistas da Revolução que a «AD» traçou quando ocupou o Governo foi outro assunto abordado pelo camarada Álvaro Cunhal que, no entanto, salientou não terem as forças reaccionárias conseguido os seus intentos apesar da forte ofensiva que lançaram.

No que respeita às nacionalizações — **prosseguiu** — conseguiram em alguns casos pontuais modificar a situação e criar situações que abrem caminho à reprivatização. Mas não conseguiram levar a cabo o que se propunham, que era abrir os sectores nacionalizados, desde já, antes das eleições, à iniciativa do capital privado...

Mesmo esta criação das instituições financeiras — **acrescentou** — que é natural que se concretizem ainda, pelo menos formalmente, antes do dia 5 de Outubro, não significa que tenham levado a cabo nova Lei de Delimitação do Sector Público e Privado, que chegaram a fazer aprovar na Assembleia da República, mas que depois não passou dada a intervenção de outros órgãos de soberania, concretamente o Conselho da Revolução e o Presidente da República.

Referindo-se depois ao problema da constituição de uma maioria política democrática que desse expressão a uma derrota da «AD» nas próximas eleições, o camarada Álvaro Cunhal referiu-se às hesitações e manobras do PS e afirmou nomeadamente:

Se ainda há pessoas, democratas, que não vêem que a grande divisão que há na sociedade portuguesa, no plano político, é, por um lado, as forças reaccionárias e do outro lado as forças democráticas e entre estas fundamentalmente os comunistas e socialistas, se não compreendem que esta é a arrumação e pensam que pode haver uma outra arrumação das forças políticas que possa defender a democracia — isso é um erro profundo. Como é que se pode admitir que vamos encontrar no PPD e em Sá Carneiro aliados para uma política democrática? Será crível para algum democrata, eu não digo já para algum comunista, digo para algum comunista, para algum socialista, para algum democrata, que conheça a realidade nacional, a possibilidade de uma aliança com o PPD e com Sá Carneiro para uma política democrática? Pode-se supor que após todo este conflito, tudo isto que estamos a viver desde as eleições de 1979, que é possível formar um governo na base de um partido democrático, um partido, supunhamos, da FRS, o Partido Socialista e o PPD?

Ora aqui o motivo de inquietação e o motivo que nos leva a afirmar que o voto no PS, na FRS, não é um voto seguro e certo numa solução democrática.

E porquê? Ainda há poucos dias numa entrevista dada pelo secretário-geral do PS, Mário Soares afirmou duas coisas complementares: a primeira é que uma aliança com o Partido Comunista, com a APU não, porque eles são totalitários. É ele que o diz, não sou eu, é evidente. Mas admitiu que pudesse haver uma aliança com o PPD desde que depois das eleições o PPD se separasse do CDS.

Recordemo-nos que em 1977, como o PPD não aceitou, o PS colou-se ao CDS e formou governo com o CDS, que era a extrema-direita parlamentar. Mas agora começa já a fazer o namoro ao PPD para depois das eleições. E mais ainda: também recentemente o secretário-geral do PS declarou que nós somos totalitários, mas Sá Carneiro é um homem de sentimentos democráticos. É Mário Soares que o diz num período pré-eleitoral em que estamos perante a ameaça das forças reaccionárias, quando temos toda a acção do Governo Sá Carneiro. E é neste momento que o secretário-geral do PS pensa adequado dar um alibi a Sá Carneiro e ao PPD dizendo que é um grande partido democrático, que o primeiro é o líder de um grande partido democrático, com sentimentos democráticos, enquanto a nós, comunistas, somos uns totalitários.

Uns totalitários que se bateram durante cinquenta anos para que o nosso povo pudesse alcançar a sua liberdade.

Daí dizermos que o voto na FRS não é um voto seguro e certo na democracia, não é um voto que por si só dá a abertura a uma alternativa democrática. E que o voto na APU é o único que pelo reforço da representação parlamentar do PCP, do MDP dos democratas independentes que estão na APU pode levar finalmente o PS a olhar uma aliança à esquerda e não a uma aliança à direita.

Várias perguntas foram feitas depois ao camarada Álvaro Cunhal, tanto oralmente como por escrito. E se as questões nacionais dominaram, nem por isso deixaram de surgir algumas perguntas relacionadas com a política internacional, nomeadamente os recentes acontecimentos da Polónia.

No domínio da política nacional as questões levantadas incidiram sobre o que se poderia esperar se, eventualmente, a Aliança Reaccionária ganhasse outra vez; como é que se pode admitir a derrota da «AD», se ela detém a favor da sua propaganda todo o aparelho de Estado; as conversações entre o PCP e a UDP para as eleições e por que não se concretizaram; as eleições presidenciais e a posição do PCP; qual a posição do Partido em relação ao Conselho da Revolução e ainda acerca das candidaturas da APU nos distritos de Viana do Castelo e Viseu, em que são respectivamente cabeças de lista os camaradas Vítor Louro e Carlos Carvalhas.

O secretário-geral do PCP abordou, na sessão de esclarecimento em Coimbra, a situação política actual, sublinhando a importância das próximas eleições

Candidaturas para vencer

Sobre esta última questão respondeu Álvaro Cunhal:

No ano passado foi apresentado Vital Moreira no distrito de Aveiro. Este ano, o Partido apresenta Vítor Louro, em Viana do Castelo, e o camarada Carlos Carvalhas, em Viseu. Isso significa que nós temos a vitória como certa. Certamente, alguns dos amigos presentes se lembram de que quando foi proposto Vital Moreira como cabeça de lista do distrito de Aveiro, acusaram o PCP de se querer desfazer de Vital Moreira. Para dizerem: «isto é para queimar o Vital Moreira», «o PCP atira-o para Aveiro para ser derrotado e vê-se livre dele», «ele é incómodo». Ora nós temos muita satisfação e até muito orgulho de termos entre o nosso grupo parlamentar um deputado do valor que tem Vital Moreira. É um homem que deu uma contribuição importante na elaboração da Constituição da República e é um deputado que no Grupo Parlamentar Comunista tem tido um destacado papel, além de todo o seu valor intelectual e o seu valor como professor universitário nesta Universidade com as tradições da de Coimbra e em que um homem como Vital Moreira consegue impor-se pelo seu valor como professor, como intelectual.

O ser apresentado à cabeça da lista de Aveiro quiz dizer outra coisa: é que os valores no PCP não são para estarem em conserva mas para serem rentáveis politicamente. Vital Moreira foi para Aveiro e ganharam-se as eleições.

Agora já a direita não inventa historietas de que seria para queimarmos o Carlos Carvalhas, em Viseu e para queimarmos o Vítor Louro em Viana do Castelo. E se as coisas correrem bem, se se obtiver o resultado por que lutamos, ou seja a eleição de deputados em Viana do Castelo e em Viseu então teremos o prémio dessa luta para romper a influência da reacção nestes distritos e levar à eleição de deputados do PCP, de deputados da APU.

A apresentação dessas candidaturas não é para perder — é para vencer.

O Cardeal Patriarca

Uma outra questão procurou aflorar a veracidade quanto à eventual destituição do Cardeal Patriarca de Lisboa, noticiada por alguns órgãos de informação.

Afirmando conhecer apenas o que os jornais publicaram, o camarada Álvaro Cunhal acrescentou:

Conhecemos que houve jornais que atribuiram pessoalmente a Sá Carneiro, à AD e aos partidos reaccionários diligências no sentido da destituição do Cardeal Patriarca. Verificou-se depois um desmentido do Patriarcado acusando o jornal, em que tinham vindo essas notícias, de especulação e dizendo que não têm qualquer fundamento as tentativas de afastamento.

É evidente que não conhecemos por dentro as coisas e não sabemos o que aqui se possa ter passado. De qualquer forma, acreditamos plenamente porque conhecemos o carácter golpista, em todos os terrenos, dos partidos reaccionários e uma vez que o Cardeal Patriarca não fez ainda declarações explícitas de apoio à Aliança Reaccionária pode pensar-se em todas as manobras de partidos que não têm quaisquer escrúpulos, mas conhecemos no concreto se assim é ou não. Podemos de facto pensar que o cardeal que satisfaria a Aliança Reaccionária seria um cardeal do tipo do cardeal Cerejeira, mas talvez seja hoje difícil, no quadro do Vaticano II, e da democracia portuguesa, ter uma pessoa do tipo do cardeal Cerejeira à frente da Igreja portuguesa.

Álvaro Cunhal no comício da APU em Almada

«Sintomático também do sentimento de derrota que ganha as hostes reaccionárias é a multiplicação de encontros de conspiradores onde alguns afirmam que a «AD» e o seu Governo têm a derrota certa e que portanto há que preparar um golpe de força dizendo uns que **antes**, dizendo outros que **depois** das eleições.»

(...) Este Governo no Poder, pela sua política e pela sua actuação fascizante, em período eleitoral é uma peste, é uma praga, que dia a dia está causando danos irreparáveis ao povo português e a Portugal e compromete condições verdadeiramente democráticas para a realização das próximas eleições.

O nosso Partido continuará a lutar infatigavelmente pela demissão do Governo, para que Sá Carneiro vá para a rua e ele acabará por ir para a rua.

Conforme temos afirmado, abalada pela luta popular, pela solidez das instituições e pelos seus próprios fracassos e escândalos, **a «AD» está a perder terreno, vê reduzir-se o seu campo de manobra, tem cada vez mais estreito apoio político e social. A «AD» escorrega em velocidade pelo plano inclinado que a levará à derrota nas eleições.**

E porque se vai apercebendo que a derrota eleitoral é a sorte que a espera, a Aliança Reaccionária e o seu Governo lançam mãos de todos os meios tentando inverter as tendências irresistíveis que os conduzirão à derrota.

Intensificam a campanha venenosa nos meios de comunicação social estatizados monopolizados pelo Governo «AD» e entregues a fascistóides do tipo Proença de Carvalho que dão o triste espectáculo da intolerância, censura, mentira e métodos inquisitoriais a que milhões de portugueses puderam assistir ao verem o programa «Prata da Casa».

Cozinham, lançam e preparam provocações contra as forças democráticas sendo de esperar tudo nesta matéria.

Anunciam e preparam novas medidas demagógicas como essas da distribuição do bacalhau e do aumento do salário mínimo antes das eleições, e outras que é de esperar com a calculada intenção de, se ganhassem as eleições e continuassem no Governo, retirarem tudo demagogicamente concedido e ainda mais alguma coisa.

Ontem mesmo, o Governo anunciou o aumento do salário mínimo para 9000$00. Anunciou também o aumento das pensões.

Estas medidas, embora tomadas com fins demagógicos, representam uma grande derrota da reacção e uma vitória dos trabalhadores e das suas organizações sindicais, que há muito exigiam tais aumentos.

Mas que não se iludam os trabalhadores. Que não se iludam os democratas.

A aplicação destas medidas, pela qual há que lutar firmemente, terá numerosas excepções.

E podem estar todos certos. Se a «AD» ganhasse as eleições e continuasse no Governo, em breve os 9000$00 (com aumentos galopantes dos preços) valeriam muito menos do que hoje valem os 7500$00.

A demagogia é sintoma de inquietação e de medo da derrota.

Sintomático também do sentimento de derrota que ganha as hostes reaccionárias é a multiplicação de encontros de conspiradores onde alguns afirmam que a «AD» e o seu Governo têm a derrota certa nas eleições e que portanto há que preparar um golpe de força dizendo uns que **antes**, dizendo outros que **depois** das eleições.

Nós confiamos na força do nosso povo, na força dos democratas, na força das instituições, na força do regime consagrado na Constituição.

Se os partidos do Governo se meterem em conspirações e procurarem efectivá-las, a sua derrota será ainda maior.

E se a demissão do Governo Sá Carneiro não tiver lugar até às eleições, então o povo português forçará de facto a sua demissão no dia 5 de Outubro através do voto, colocando de novo a «AD» em minoria na Assembleia da República, derrotando a «AD» e votando nas forças democráticas, votando no PCP, votando na APU.

O resultado das legislativas pesará nas presidenciais

Receosos da derrota nas eleições para a Assembleia da República, os partidos reaccionários imaginarm que o lançamento de um candidato «AD» para as eleições presidenciais lhes daria mais hipóteses de se furtarem à derrota nas legislativas.

A «AD» avançou o seu candidato.

E quem foi o candidato escolhido?

Um democrata conhecido? Um homem do 25 de Abril? Não, o escolhido para candidato da «AD», general Soares Carneiro, é um homem da ditadura fascista derrubada, um homem que dava andamento aos despachos da PIDE para enviar antifascistas para os campos de concentração de S. Nicolau, um homem que jamais teve uma palavra ou um gesto de apoio ao 25 de Abril. Soares Carneiro é o antigamente contra o 25 de Abril.

A candidatura Soares Carneiro aparece como um carimbo político do programa antidemocrático e fascizante da Aliança Reaccionária.

A pré-campanha para as presidenciais começou com estardalhaço. Os jornais da direita põem-na em primeiro plano.

Num gesto insólito, escandaloso e ofensivo para as instituições, o Governo Sá Carneiro reuniu com o candidato «AD» à presidência para lhe dar contas do andamento da acção governativa.

E qual é o resultado?

O resultado da candidatura Soares Carneiro é, para a «AD», um novo tiro a sair pela culatra.

O candidato «AD» para as presidenciais provoca fortes contestações noutros sectores reaccionários e na própria «AD».

O próprio Galvão de Melo que de democrata não tem nada, diz que Soares Carneiro «é o candidato da social-democracia (sic) rumo à extrema-direita».

E no seio do PPD e do CDS há quem diga com razão que a «AD», **ligando a campanha para as legislativas com a campanha para as prisidenciais, está aumentando ainda mais a probalidade quase certa da sua própria derrota.**

Nós já temos dito: as candidaturas e **as campanhas para a Presidência da República dependerão decisivamente do resultado das eleições para a Assembleia da República no dia 5 de Outubro.**

A Aliança Reaccionária considerou que, ligando a campanha das eleições legislativas à pré-campanha para as eleições presidenciais, aumentava a possibilidade de vitória numas e noutras.

Sucederá precisamente o contrário. No dia 5 de Outubro, **a derrota da «AD» nas eleições legislativas será também simultaneamente o dobre de finados e a certeza da derrota da «AD» nas eleições presidenciais.**

Logo que os resultados confirmem (como confiamos) a previsível derrota da «AD», logo os estados-maiores do PPD e do CDS começarão a examinar a melhor forma de «deixar cair» Soares Carneiro e de o substituir por outro candidato com mais possibilidades.

O actual candidato da «AD» às presidenciais, Soares Carneiro, será posto fora de combate nas eleições para a Assembleia da República. A falta de confiança da «AD» na vitória do seu candidato traduz-se já em afirmações dos dirigentes admitindo como quase certa a vitória do general Eanes e procurando fazer chantagem.

Sá Carneiro proclama que «não aceitaria ser Primeiro-Ministro» caso Ramalho Eanes ganhe as eleições presidenciais. **Freitas do Amaral** declara que, em tal caso, «não exercerá qualquer função governativa enquanto o general Eanes for Presidente». **Ribeiro de Almeida** declara que a «AD» não governará o País se Eanes for reeleito».

Vê-se bem por estas declarações que o sentimento de derrota é já muito profundo nos chefes reaccionários.

E o seu nervosismo é tal que, sem darem por elas, caem no ridículo.

Porque a verdade é que Sá Carneiro não será Primeiro-Ministro, nem Freitas do Amaral exercerá qualquer função governativa, nem a «AD» governará o País, não é porque se recusarão a sê-lo e a fazê-lo caso Eanes seja eleito, mas porque, muito antes da eleição presidencial a **«AD» será derrotada e bem derrotada nas eleições para a Assembleia da República.**

Com a derrota da «AD» nas eleições, Sá Carneiro irá para a rua e irá para a rua para não voltar mais, porque os eleitores não repetirão o erro de 1979, votarão contra a «AD» e **porão Sá Carneiro na rua através do voto.**

Ainda quanto às eleições presidenciais, o lançamento da candidatura do general Ramalho Eanes, apoiada pelo PS, pelos chamados reformadores e por personalidades de sectores políticos diversos não altera decisões anteriores do nosso Partido.

Não tomamos posição acerca da candidatura e da campanha para as presidenciais antes das legislativas.

Agora trata-se de vencer as eleições para a Assembleia da República, derrotando a «AD», colocando a «AD» em minoria, alcançando uma maioria democrática, reforçando a posição do PCP, da APU, na Assembleia da República.

Depois, consoante os resultados, se verá a posição a tomar para as presidenciais.

Mas de um coisa devem todos os camaradas, todos os amigos, todos os portugueses ter a certeza:

O PCP empregará todos os seus esforços, energias, influência e experiência **para garantir que nas eleições presidenciais seja derrotado o candidato da «AD» e seja eleito um homem integrado no regime democrático e capaz de respeitar e asseguar o respeito pela Constituição da República.**

A derrota da «AD» nas eleições para a Assembleia da República e um reforço da APU constituirão um passo decisivo para a eleição de um presidente que corresponda a estas características.

PS e FRS sozinhos não são alternativa

Numa situação em que pesam tão graves ameaças sobre o regime democrático, a primeira obrigação de qualquer força política responsável é dizer a verdade ao povo português, explicar a situação, indicar tarefas práticas exequíveis e apresentar soluções.

Em vésperas de eleições há dois dados fundamentais da situação de que os eleitores devem ter plena consciência.

O primeiro é que, **para salvação e prosseguimento do regime democrático é indispensável reduzir novamente a Aliança Reaccionária, a «AD», a uma minoria na Assembleia da República** correspondente à minoria efectiva que são no País.

O segundo é que **nenhum partido (ou coligação democrática eleitoral de que faz parte) sozinho, está em condições de alcançar maioria absoluta e assim de ser, sozinho, uma alternativa.**

Iludir o povo português, iludir o eleitorado acerca destes dois aspectos da situação é estabelecer uma falsa base de juízo e de decisão, é criar falsas perspectivas, é dificultar a derrota da reacção e uma verdadeira alternativa democrática.

Os dirigentes do PS para darem confiança aos eleitores e conseguirem ganhar votos afirmam que **o PS, a FRS, irá alcançar maioria absoluta e que assim o PS, a FRS, oferece a única alternativa democrática para o Governo actual.**

Ora isto são **mentiras colossais de que estão perfeitamente cientes aqueles que as proferem.**

Toda a gente sabe que, desde 1975 até hoje, o PS tem vindo a descer verticalmente o número de votos como resultado da sua política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e das suas alianças com a direita.

De 1975 para 1979, o PS perdeu 520 000 votos. Em 1975 teve 37,8% dos votos, em 1976 34,5%, em 1979 27,4%.

Desejamos naturalmente que o PS recupere votos à direita. Mas mesmo que recupere muitos votos, seria extraordinariamente difícil atingir as percentagens de 1975 ou 1976, quando o voto no PS era o «voto útil» da reacção. **O PS (a FRS em que se integra) ficará muitíssimo longe da maioria absoluta.**

E não tendo maioria absoluta, **o PS e a FRS não poderão governar sozinhos, não constituem sozinhos uma alternativa.** Repete-se a situação de 1976 para constituir uma maioria, o PS ou se alia à esquerda (ao PCP, no concreto) ou se alia à direita, à reacção (concretamente ao PPD ou ao CDS).

Ora a este respeito, a atitude dos dirigentes do PS, designadamente do seu secretário-geral deixa antever a intenção, tanto de continuar o anticomunismo que conduziu o PS a tão grandes derrotas, como de ir **tentar de novo alianças com a direita.**

Por isso **o voto no PS não é um voto seguro e certo na democracia.**

Poderá considerar-se um voto seguro e certo na democracia o voto no PS, quando o seu secretário-geral (em recente entrevista a «O Jornal»), ao mesmo tempo que diz que o PS não pode aliar-se ao PCP, admite vir a estabelecer depois das eleições aliança com o PPD?

Poderá considerar-se um voto seguro e certo na democracia o voto do PS quando o seu secretário-geral diz por um lado que um entendimento com o PCP e com o MDP não é possível porque o PCP e o MDP são no seu entender partidos «totalitários», e por outro lado dá a Sá Carneiro um atestado de «homem adepto da vida democrática» e vai dizer à TV, a milhões de portugueses, que Sá Carneiro é líder de «um grande partido democrático»?

Como pode o secretário-geral do PS insultar o PCP (assim como o MDP) chamando-lhe «totalitário» quando o PCP deu ao longo dos anos (antes e depois do 25 de Abril) provas únicas de dedicação e de combatividade na luta pela liberdade e é hoje o mais sólido e coerente baluarte do regime democrático português?

E como pode o secretário-geral do PS considerar Sá Carneiro «um homem adepto da vida democrática» no preciso momento em que Sá Carneiro e o PPD ligados ao CDS, tendo-se apossado do Governo violam a Constituição e a legalidade democrática, desenvolvem uma ofensiva brutal e violenta contra as grandes conquistas democráticas do povo português (designadamente os direitos dos trabalhadores, a Reforma Agrária, as nacionalizações) e procuram realizar um plano subversivo de liquidação do regime democrático?

Como explicam os trabalhadores socialistas e os eleitores do PS que, precisamente nas vésperas de uma nova grande batalha contra a reacção que ameaça o próprio regime democrático, Mário Soares, em vez de se aliar aqueles que combatem a reacção, se volte amigavelmente para a reacção e lhe sugira novas alianças ao mesmo tempo que insiste em ataques e calúnicas contra o PCP?

No dia 5 de Outubro o povo português está em condições de infligir uma derrota esmagadora à Aliança Reaccionária, a «AD», e afastar os perigos gravíssimos que a «AD» tem feito e ainda faz pesar sobre o País.

Dir-se-ia que, uma vez mais na História, no momento em que se avizinha nova derrota histórica da reacção, **o secretário-geral do PS tem medo da derrota da reacção e lhe estende de novo a tábua salvadora.**

Não. O PS sozinho não terá maioria nem será alternativa. **Uma maioria e uma alternativa democrática terá de contar, nas condições presentes, com o PS. Mas terá igualmente de contar com o PCP.**

O PS, só por si, não dá quaisquer garantias acerca da sua política futura. O voto no PS não é um voto seguro e certo na democracia.

Pelas razões que adiante referiremos **o único voto seguro e certo na democracia, o único que poderá criar condições para uma verdadeira maioria democrática e uma verdadeira alternativa democrática, é o voto no PCP, é o voto na APU.**

Candidaturas esquerdistas – um serviço à direita

Numa batalha eleitoral em que as tarefas decisivas do povo português são reduzir de novo a Aliança Reaccionária a uma minoria na Assembleia da República, conseguir uma maioria democrática, reforçar a representação do PCP e da APU na Assembleia, que vêm fazer às eleições os grupos esquerdistas e os grupos provocatórios que se apresentam com fachada esquerdista?

Quais os seus objectivos?

Quais as consequências das suas candidaturas?

Há que dizer que tais partidos e grupos não têm praticamente nenhuma possibilidade de verem os seus candidatos eleitos.

Que aconteceu em 1979?

Em 1979, os grupos esquerdistas e grupos provocatórios que se apresentam com fachada esquerdista conseguiram em todo o País alcançar em conjunto um pouco mais de 200 000 votos.

À média de 25 000 votos por deputado esses votos deveriam ter eleito 8 deputados. Mas dispersos pelo País acabaram por eleger **apenas 1** por Lisboa. Foram portanto cerca de 175 000 votos perdidos.

E no distrito de Setúbal?

No distrito de Setúbal os grupos esquerdistas e grupos provocadores de fachada esquerdista alcançaram 24 208 votos. Mas não elegeram um único deputado. Foram portanto 24 208 votos perdidos.

Os grupos esquerdistas não têm qualquer possibilidade. Pouco representam na vida política nacional. O seu fracasso eleitoral não lhes dá hipóteses de representação parlamentar.

E aqueles vários grupos provocatórios que se apresentam tendo como símbolo a foice e o martelo, glorioso símbolo do Partido Comunista Português? Por que razão os tribunais deixam que grupos provocatórios utilizem como símbolo a foice e o martelo (confundindo e enganando os eleitores mal informados que pensam votar no PCP) quando agora proibiram partidos de apresentar como símbolo um punho cerrado, por considerarem que se podem confundir com o símbolo do PS?

Os factos provam que os grupos esquerdistas e grupos provocatórios de fachada esquerdista aparecem nas eleições, apenas para confundir, para neutralizar sectores da esquerda, para roubar votos à esquerda, para **impedir ou dificultar a eleição de deputados da esquerda, para facilitar no fim de contas a eleição de candidatos da direita.**

Em resumo: as candidaturas dos grupos esquerdistas (objectivamente) e dos grupos provocatórios de fachada esquerdista (também subjectivamente) aparecem nas eleições, **não para servirem a democracia, mas para servir a reacção, não para contribuir para a vitória democrática, mas para tentar impedir essa vitória e para contribuir para uma vitória da reacção.**

Este serviço às forças reaccionárias não se verifica porém apenas em relação às candidaturas e aos votos. Verifica-se em relação à acção política dos grupos esquerdistas e dos seus «chefes».

O que acontece, por exemplo, com Otelo Saraiva de Carvalho?

Não queremos agora fazer história da Revolução portuguesa, em relação à qual muito haverá ainda que dizer. Mas, se considerarmos os acontecimentos mais recentes é surpreendente como, **em questões políticas fundamentais e em momentos cruciais, a opinião de Otelo Saraiva de Carvalho se identifica com as opiniões dos partidos reaccionários.**

Poderíamos apresentar disso numerosos exemplos. Mas alguns bastarão pra comprovar o que afirmamos.

Todos nos lembramos de que no decurso da batalha dos últimos meses entre as forças reaccionárias instaladas no Poder e as forças democráticas, a discussão acerca do **referendo** ocupou um importante lugar.

As forças reaccionárias fizeram tudo quando puderam para impor ao País um **referendo** através do qual pudessem proceder a uma falsa consulta eleitoral cujo resultado lhes daria justificação para procederem à revisão inconstitucional da Constituição e destruirem o regime democrático.

Sá Carneiro, Freitas do Amaral, mais recentemente Soares Carneiro, jornais fascistas e fascizantes, toda a matilha reaccionária defendem a adopção do **referendo.**

Qual a atitude de Otelo Saraiva de Carvalho nesta questão fundamental?

Pois a sua atitude foi considerar o referendo como «um mecanismo constitucional», conforme declarou ao «Portugal Hoje» 18/10/79.

Todos nos lembramos de que se travou uma grande batalha política em torno do Mercado Comum. As forças reaccionárias instaladas no Governo consideram a integração no Mercado Comum como a «prioridade das prioridades» da sua política externa. O movimento operário e forças progressistas pronunciaram-se contra a integração.

Qual a atitude de Otelo nesta questão fundamental?

Pois a sua atitude foi declarar que «não recusava» a integração, conforme declarou ao mesmo jornal.

Todos temos bem presente como os fascistas e reaccionários, com o objectivo de deformar tanto a imagem do PCP como a imagem do actual Presidente da República têm feito grande campanha apresentando o general Eanes como «o Presidente do PCP» e como «o candidato do PCP».

Qual a atitude de Otelo em relação a esta provocação?

Pois Otelo diz precisamente o mesmo: diz que Eanes é o candidato do PCP!

Todos estamos vigilantes em relação à conspiração reaccionária e aos perigos de qualquer **aventura golpista.** Ao mesmo tempo que o PCP, o movimento operário, as forças progressistas alertam contra tais perigos, a direita que conspira desmente tal perigo.

O candidato da «AD» à Presidência da República, por exemplo, para desmobilizar a vigilância popular, afirma que «no nosso País não é possível haver mais golpes de Estado» («O Dia», 19/8/80).

Qual a atitude de Otelo em relação a este problema?

Pois, desmobilizando a vigilância popular, diz precisamente o mesmo que o candidato da «AD» general Soares Carneiro repetindo «não haver viabilidade para qualquer pronunciamento militar» (DN, 8/8/80).

Vê-se assim como na prática, a política do pseudo-revolucionário se confunde frequentemente com a política e as posições da direita reaccionária.

E a UDP?

Como se sabe, o PCP, com o objectivo de evitar que se perdessem votos da esquerda propôs um acordo à UDP, garantindo-lhe 3 deputados nas listas da APU, sob condição naturalmente da UDP apoiar a APU à escala nacional.

A UDP não quis tal acordo, queria acordos distritais para garantir eleição de deputados seus e ficar com as mãos livres no resto do País para fazer campanha contra o PCP e contra a APU.

Recusámos naturalmente tais acordos.

A UDP concorre também às eleições. E o que vai acontecer? Vai acontecer que agora milhares de votos de pessoas enganadas, votos que, somados aos da APU, poderiam garantir a eleição de deputados democratas, serão votos perdidos, facilitando a eleição de deputados reaccionários.

Aqueles que ainda têm ilusões no voto nos esquerdistas, e designadamente no voto da UDP e no voto da FUP, devem ter plena consciência **de que, se mantiverem esse voto, podem contribuir para que não seja eleito um deputado da APU e para que seja eleito um deputado da «AD».**

Os democratas devem dizer firmemente «não!» às candidaturas dos grupos esquerdistas.

O voto necessário e indispensável, o voto seguro e certo na democracia é o voto no PCP, é o voto na APU!

O voto na APU o único voto certo para a vitória democrática

É uma realidade, que nenhumas afirmações eleitoralistas podem destruir, que **não há qualquer possibilidade de uma maioria democrática sem o PCP.**

Mas não só isso.

Se, acompanhando a derrota da «AD», acaso houvesse (não vai haver, mas se acaso houvesse) um reforço do PS e um enfraquecimento do PCP, uma tal situação facilitaria o anticomunismo de alguns dirigentes do PS e facilitaria os entendimentos do PS com a direita para uma solução de governo.

Se, ao contrário (como esperamos), o PCP e a APU saíssem reforçados das eleições, com mais forte representação parlamentar, esse facto constituirá um factor decisivo para que o PS finalmente se volte para um entendimento com o PCP.

Pode dizer-se: Para os que querem realmente uma maioria democrática real e uma alternativa democrática, só um voto é certo: o voto na APU.

Para uma alternativa democrática um entendimento entre o PCP e o PS, entre a APU e a FRS impõe-se como indispensável.

Nós fazemos severas críticas à política do PS, mas, tendo como objectivo fundamental derrotar a reacção e tornar possível uma alternativa democrática, insistimos e insistiremos na necessidade de um acordo da acção comum, de uma maioria efectiva das forças democráticas, entre as quais o PCP e o PS são as duas forças principais e determinantes.

Os dirigentes do PS continuam a dizer que não farão um acordo e uma aliança com o PCP. E nós, os comunistas, continuamos a afirmar a necessidade desse acordo e dessa aliança.

Perguntamos aos trabalhadores, perguntamos aos democratas, perguntamos à generalidade dos membros do PS e dos eleitores do PS.

Perante a ameaça real que pesa sobre o regime democrático, perante a necessidade imperiosa de derrotar a «AD» e de assegurar uma real maioria democrática e uma alternativa democrática com a formação de um governo democrático, quem está numa posição justa? Quem defende verdadeira e efectivamente os interesses do nosso povo e da democracia? Quem dá garantias de actuar e lutar para assegurar o prosseguimento do Portugal de Abril?

O PS recusando acordo e uma aliança com o PCP ou o PCP insistindo sempre e sempre, apesar das divergências, apesar das dificuldades e obstáculos, apesar das ofensas recebidas, na unidade de todos os democratas, designadamente de comunistas e socialistas?

Nós perguntamos: quem representa o voto seguro e certo na alternativa democrática?

O PS que continua inclinado a aliar-se à direita ou o PCP que antes e depois das eleições se esforça e esforçará pela unidade dos democratas e fará tudo quanto esteja ao seu alcance para conduzir à derrota da «AD» nas eleições e a uma alternativa democrática?

Estamos certos de que milhares e milhares de portuguesas e portugueses que vêem os perigos que pesam sobre a democracia, que compreendem a importância transcendente da derrota da «AD» e de que a consumação dessa derrota é a constituição, não apenas de uma maioria democrática numérica, mas de uma maioria democrática efectiva, são ganhos para a ideia de que o aumento do número de votos e de deputados do PCP e da APU é a melhor garantia para que esses objectivos sejam alcançados.

As forças reaccionárias colocam como um dos seus grandes objectivos (como se isso fosse possível) afastar o PCP da vida política nacional. Sá Carneiro e Soares Carneiro afirmam e repetem tal ideia.

E, em águas semelhantes, o secretário-geral do PS afirmou em 24/8/80 que os comunistas nas «condições nacionais e internacionais actuais não podem ser governo».

Mas quem decidirá desta questão?

Quem acabará por decidir da participação do PCP no governo, será em última instância o povo português.

E o facto é que milhares e milhares de portugueses cada vez mais numerosos tomam consciência, pensam e afirmam que **«isto só se resolve estando os comunistas no governo».**

O reforço da votação e da representação parlamentar do PCP, da APU, será um passo para que tal perspectiva se venha a concretizar.

No distrito de Setúbal o PCP e a APU têm acusado desde o 25 de Abril uma forte progressão.

Nas eleições para a AR em 1979 a APU atingiu 189 593 votos, correspondendo a 47% do eleitorado.

No concelho de Almada atingiu 39 052 votos correspondendo a 42,5% do eleitorado.

Foi uma grandiosa votação. Uma extraordinária percentagem.

Mas pergunta-se, camaradas e amigos: É ou não possível aumentar ainda mais o número de votos e a percentagem? É ou não possível ultrapassar os 50%?

Nós afirmamos: Sim, é possível! E é necessário travar a batalha com confiança em alcançar esses objectivos.

Para a derrota da «AD», para uma maioria democrática efectiva, para uma alternativa democrática com um governo democrático com uma política democrática.

Viva Portugal de Abril!

Viva a Aliança Povo Unido!

Viva o MDP-CDE!

Viva o Partido Comunista Português!

Plenário Regional da APU na Madeira

Eleger uma nova voz democrática para a Assembleia Regional

Dezenas de candidatos e activistas da APU reuniram-se no passado sábado no Funchal, no Plenário Regional da APU que teve como objectivo único discutir a preparação das eleições para a Assembleia da República e para a Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira, a realizar simultaneamente no próximo dia 5 de Outubro.

Na mesa que presidiu e orientou os trabalhos estiveram o cabeça de lista para a Assembleia da República, Leonel Nunes, candidato independente, presidente do Sindicato de Hotelaria e Turismo da Madeira, Mário de Aguiar, técnico de contas, actualmente membro da Assembleia Municipal do Funchal, eleito pela APU, e primeiro candidato para a Assembleia Regional pelo círculo eleitoral do Funchal, e os seus companheiros de lista Inês Afonseca, caseira, presidente da UCIM – União dos Caseiros da Ilha da Madeira, candidata independente, e João Abel de Freitas, economista, do PCP. Estiveram ainda João Bernardino, da DORAM do PCP, e José Cavaco, ambos membros do CC do PCP, Herberto Goulart, dirigente e deputado do MDP/CDE, e José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central do PCP, deputado e vice-presidente da Assembleia da República.

Mais de uma dezena de candidatos e activistas trouxeram de viva voz ao Plenário as razões da sua luta — os problemas dos trabalhadores da construção civil, da hotelaria, das bordadeiras, dos caseiros; o criminoso abandono, as terríveis dificuldades de sobrevivência a que as populações dos onze concelhos da Madeira são na generalidade votadas, por falta de serviços de saúde e de médicos, pela falta de água e de esgotos, pela falta de vias de comunicação e de transportes, pela falta de escolas, pelos salários de miséria que, no caso das bordadeiras, por exemplo, raramente ultrapassam, **hoje,** os dois mil escudos mensais. E sobre tudo isto – para o que a palavra «dramático» será uma pobre caracterização —, o isolamento, que terá evidentemente raízes na própria topografia da Ilha mas que, sobretudo, decorre daquele outro que é «trabalhado» pela exploração, o caciquismo, pela teia de favores/represálias comandada directamente da sede do Governo Regional e pessoalmente pelo seu presidente, o sr. Alberto João Jardim.

Uma nova voz democrática para a Assembleia Regional

Mas os candidatos e outros activistas da APU na Madeira trouxeram também os resultados da sua luta — as provas do aumento da influência e da organização da APU em todos os sectores, pelo diálogo, o trabalho de esclarecimento, as respostas concretas aos problemas concretos que empenhadamente e com crescente aceitação vão travando e desenvolvendo com os trabalhadores, tantas vezes nos porta-a-porta que na Madeira são ravina-a--ravina, monte-a-monte. Porque, aparte o Funchal, na generalidade as casas distam dezenas, centenas de metros umas das outras, ligadas por íngremes caminhos ou toscos degraus improvisados entre bananeiras.

Trouxeram, sobretudo, a profunda convicção de que o objectivo central desta campanha — **eleger uma nova voz democrática para a Assembleia Regional** — será cumprido.

A exemplo do que se tem passado na Assembleia Municipal do Funchal, com dois eleitos pela APU — diria na sua intervenção Mário de Aguiar —, **a eleição de deputados APU para a Assembleia Regional vai permitir uma denúncia clara das irregularidades e prepotências do PPD/PSD, que, apoiado numa maioria numérica, tem levado ao máximo o abuso do poder.** Tanto mais que — acrescentaria — **a oposição não tem querido ou não tem sabido denunciar a acção nefasta do PPD/PSD na Assembleia Regional: o PS que cala, está ausente, é conivente — como se não tivesse a consciência tranquila; a UDP, que não toma, na Assembleia, posição sobre os problemas em discussão, que deixa passar ali todas as ilegalidades do sr. Jardim, que escolhe para alvo dos seus ataques um partido ou coligação de esquerda que nem sequer têm estado representados naquela Assembleia,** e que, factos consumados, **guardam as suas denúncias para as conferências de imprensa.**

Mas a acção da APU não se limitará ao combate firme contra a legislação que contraria os interesses do povo madeirense. Como foi afirmado nas várias intervenções, as propostas concretas da APU sobre agricultura, a habitação, a saúde, a assistência, o ensino, serão levadas à Assembleia Regional, como diria um candidato, **com todo o nosso querer e entusiasmo, porque temos a certeza de poder interpretar as verdadeiras necessidades e aspirações da população madeirense.**

A autonomia ao serviço dos madeirenses

O estatuto de autonomia seria igualmente objecto de várias intervenções e referências. A autonomia, justamente considerada uma resultante da Revolução de 25 de Abril, consequência da luta do povo português pela democratização de todos os sectores da vida nacional e aspiração tão sentida pelo povo da Madeira, nada tem a ver com os partidos da direita. **Não permitiremos, pois,** afirmou um outro candidato, **que a autonomia que nos é tão cara seja usada, como tem sido até agora, contra os verdadeiros interesses do nosso povo. Há-de ser uma realidade para servir os madeirenses, e nunca para provocar conflitos entre órgãos de soberania, muito menos para centralizar tudo na pessoa do presidente do Governo Regional, como apontava o texto definitivo apresentado no final da legislatura à Assembleia da República.**

Quem são os candidatos?

Entre os candidatos, quer à Assembleia da República, quer à Assembleia Regional, estão homens e mulheres prestigiados, representativos dos sectores de actividade mais importantes. Há entre eles 41 operários, 23 empregados, 6 caseiros e 19 mulheres, além de quadros técnicos e intelectuais provados na luta pelos direitos do povo trabalhador.

Para a Assembleia da República, além de **Leonel Nunes** e como efectivos, apresentam-se pelo círculo da Madeira **José António Camacho,** vice-presidente do Sindicato da Construção Civil, candidato independente; **João Rogério Correia,** médico, do PCP; **Inês Afonseca,** independente, a respeitadíssima presidente da União dos Caseiros, e **António Jorge Pestana,** professor e também candidato independente.

Para a Assembleia Regional são cabeças de listas por cada um dos onze círculos, **Mário de Aguiar,** do PCP (Funchal – cidade e concelho onde se concentra cerca de um terço da população de toda a Região Autónoma), **Uriel Orlando de Freitas,** do PCP, pintor (Câmara de Lobos), **João Rogério Correia,** do PCP, médico (Santa Cruz), **Manuel Martinho Mendonça,** trabalhador da Hotelaria, independente (Machico), **João Carlos Freitas,** médico, do PCP (Ribeira Brava), **João Mariano Branco,** pedreiro, independente (Santana), **João Gomes da Silva,** trabalhador da Hotelaria, independente (Ponta do Sol), **Ricardo Fernandes Santos,** bombeiro, independente (Porto Santo), **Inácio Tadeu Caldeira,** do PCP (S. Vicente), **Manuel Evangelista Ribeiro,** operário de laticínios, do PCP (Calheta), **Luís Crispim Alves,** encarregado de rede, (Porto Moniz).

O carácter amplamente unitário das listas, que incluem 38 independentes, num total de 97 candidatos, seria sublinhado por Herberto Goulart, dirigente do MDP/CDE, quando, intervindo no Plenário, o assimilou àquilo que se passa nos restantes círculos eleitorais no que respeita à APU e que corresponde, afinal, ao traço mais específico da APU: a aliança do grande partido da classe operária com um partido de menor implantação, aliança que movimenta à sua volta milhares e milhares de democratas sem partido e imprime uma dinâmica verdadeiramente unitária a toda a actividade desenvolvida pela APU — uma dinâmica unitária que corresponde à essência do 25 de Abril. Herberto Goulart faria o paralelo com as listas das outras coligações, FRS e AD, que não têm nas suas listas mais que quatro independentes, e chamou a atenção para o facto de todo este trabalho unitário assentar na cooperação leal entre todos os activistas da APU, no diálogo fraternal de que estão arredadas quaisquer pressões dos «grandes» sobre os «pequenos» e em que são inúteis quaisquer órgãos disciplinares que, nas outras coligações, em nome dos mais fortes, acabam por decidir, pela força, as lutas pelo lugares nas listas.

Uma campanha que visa cada eleitor

O camarada José Cavaco introduziria, numa sua intervenção inicial, uma preocupação que se revelaria dominante de todo o Plenário: os métodos da campanha. Deu exemplos do que se vai fazendo já por todo o território nacional, e que revelam a vontade e a possibilidade de ir ao encontro dos eleitores sem esperar que sejam eles a acorrer às grandes iniciativas eleitorais, que também se farão. Alertou ainda para a necessidade de organizar a fiscalização do acto eleitoral, sempre que possível em cooperação com outras forças de esquerda — e se há zona do território nacional onde a direita não tem pejo (nem falta de meios) para lançar mão de todas as falcatruas, essa é a Madeira...

Na suas intervenções também os camaradas da Madeira tiveram exemplos para contar. Os porta-a--porta, os filmes e pequenas sessões ao ar livre, a distribuição de propaganda em lugares públicos que se vai fazendo, revelam um apreciável progresso nos nossos métodos de trabalho e na capacidade de contacto com as pessoas, mas ainda que estas vão rompendo com as inibições herdadas dos períodos em que existia uma feroz situação antidemocrática, ouvem, transmitem os seus anseios, muitas compreendem já que são as nossas posições que correspondem aos seus interesses.

O exemplo do que se está fazendo na construção civil é de sublinhar e vai decerto proliferar sob essas e outras formas: as sessões de esclarecimento que os próprios trabalhadores promovem à hora do almoço, de obra em obra, ou o pequeno boletim de propaganda, virado para os problemas dos trabalhadores da construção civil que, por exemplo, como os da hotelaria, vivem permanentemente «com o cutelo» dos contratos a prazo «por cima da cabeça».

Contribuir para que cada eleitor não vote enganado

Trata-se de esclarecer pessoa a pessoa — diria a camarada Deolinda Santos, do CC e da DORAM. **Porque «dar a cara» é já um factor de confiança para os que se abordam. «Eles não têm medo — porque o teremos nós?». Exige um grande esforço, mas vamos fazê-lo.**

Elaboraremos para isso um plano de trabalho pormenorizado para cada um, sobretudo para cada candidato. E já no próximo dia 14, dia da abertura da campanha, com todos os candidatos, com todos os activistas, faremos um porta-a-porta em todas as 10 freguesias do Funchal!

Contribuir para que cada trabalhador não vote enganado, é um dever de cada homem e mulher de esquerda, de cada democrata. E é um dever que vamos cumprir na medida de todas as nossas forças.

No final do Plenário, o camarada José Vitoriano interveio sobre as grandes questões nacionais, para a resolução das quais se exige o trabalho político abnegado de todos os comunistas, de todos os activistas da APU. «Derrotar a AD é o grande objectivo» — e citou como exemplo dos perigos da sua manutenção no Poder a recente afirmação de Soares Carneiro: a perder a AD a maioria, e a ser ele eleito presidente da República, decidiria segundo uma única alternativa — dissolver a Assembleia da República ou demitir-se. «É a perspectiva do mais feroz autoritarismo». Para estes e muitos outros perigos, acrescentaria o camarada José Vitoriano, o trabalho de esclarecimento é essencial, e para isso, combatendo a rotina e as grandes afirmações, sempre verdadeiras mas nem sempre claras, teremos que encontrar «as respostas simples para as pessoas simples».

Na Madeira, afirmaria por fim, **esta resposta será encontrada. Os comunistas, os seus aliados na APU trilham os caminhos do povo. Eleger uma nova voz democrática na Assembleia Regional, eleger candidatos APU, é um objectivo claramente ao nosso alcance, também na Madeira.**

A encerrar o encontro foi posto à aprovação e aprovado um documento, previamente distribuído a todos os participantes, que sintetiza os fundamentos e objectivos da campanha da APU na Madeira: contribuir para a derrota da AD, eleger deputados APU para a Assembleia Regional.

As eleições para a Assembleia da República e para a Assembleia Regional da Madeira foram o tema principal do Plenário Regional da APU realizado no Funchal

Na segunda-feira, nas instalações da APU no Funchal, os dirigentes comunistas e do MDP/CDE que aqui se deslocaram para participar no Plenário Regional, membros da DORAM e candidatos à Assembleia da República e Assembleia Regional deram uma conferência de Imprensa sobre os resultados desse Plenário e sobre as grandes linhas da campanha da APU em todo o território nacional.

Presente a RDP, a ANOP, jornais da Região Autónoma. Também a RTP-Madeira que, vale a pena sublinhar, viria a cobrir o acontecimento com o (des)rigor que é seu apanágio.

O camarada José Vitoriano seria solicitado a responder a várias questões sobre a actual situação política e as posições dos comunistas, tendo nomeadamente reafirmado que o PCP reserva a definição da sua orientação quanto às eleições presidenciais para depois das legislativas.

Açores preparam eleições

A Comissão Coordenadora Regional da Aliança Povo Unido nos Açores deu na passada semana, no Centro de Trabalho do PCP, em Ponta Delgada, uma Conferência de Imprensa na qual foram divulgadas as listas que a APU apresenta às eleições para a Assembleia Regional, ao mesmo tempo que se distribuiu à imprensa um comunicado comentando a derrota do PPD nas últimas eleições autárquicas realizadas no passado dia 24 de Agosto no concelho de Vila do Porto, Santa Maria.

Os resultados verificados — conclui a APU — **são a expressão clara do profundo repúdio da população de Santa Maria pela desastrosa política do Governo Regional, que vota as ilhas mais pequenas e mais carenciadas a um profundo desprezo.**

Após ter sublinhado que o PPD, perdendo mais de metade do seu eleitorado, pagou o justo preço da sua política antipopular, o comunicado refere-se ao elevado número de abstenções verificadas, o que, salienta, não corresponde a uma manifestação de repúdio pela democracia, mas sim à recusa dos antigos votantes no PPD em apoiar a política de Mota Amaral.

A estabilidade da votação no PS e na APU mostra que o sector democrático não conseguiu captar o voto dessa grande massa de votantes que já disse não, com total clareza, à política praticada pelos grandes senhores destas pequenas ilhas — diz o comunicado difundido.

E mais adiante:

Os órgãos regionais do Partido Socialista, com a sua orientação hesitante, contemporizadora em relação à direita e agressiva aos sectores mais firmes e consequentes das forças democráticas, muito têm contribuído para dificultar uma maior dinamização, coesão e operatividade do conjunto da oposição democrática ao actual desastroso e reaccionário Governo Regional.

Na presente situação política regional só o reforço eleitoral da APU poderá obrigar os dirigentes socialistas a reverem seriamente a sua política tão lesiva dos interesses do nosso Povo — afirma depois o comunicado da APU, que conclui:

Apesar de se terem verificado no decorrer da campanha eleitoral; alguns actos de vandalismo político, constata-se a firme serenidade e o alto sentido democrático demonstrado pelo povo de Santa Maria ao longo de todo o processo.

Está a Comissão Coordenadora Regional da APU absolutamente certa que, com toda a serenidade democrática que se pode exigir e esperar, o povo da Região Autónoma dos Açores continuará, como fez no Corvo e em Santa Maria, a dizer não à política do PPD e do Governo de Mota Amaral.

As Listas

A Comissão Coordenadora Regional da APU divulgou seguidamente as listas de que no passado número do «Avante!» anunciámos os primeiros nomes de cada círculo para as eleições regionais dos Açores.

A Aliança Povo Unido apresenta a estas eleições, que tal como as legislativas se realizam no próximo dia 5 de Outubro, 77 candidatos, divididos pelos círculos eleitorais correspondentes às nove ilhas dos Açores. Desses 77 candidatos, 27 são cidadãos independentes; 37 candidatos têm menos de 30 anos, 27 têm uma idade compreendida entre os 30 e os 50 anos e 13 têm mais de 50 anos.

São operários 20 por cento dos candidatos, 8 por cento agricultores, 4 por cento assalariados rurais, 23 por cento intelectuais e técnicos e 14 por cento correspondem a outras camadas sociais. São mulheres 15 por cento dos candidatos.

Foi ainda anunciado aos representantes dos órgãos de comunicação social presentes, entre os quais se contavam a RTP e RDP regionais, a ANOP e o «Açoriano Oriental» que vai realizar-se no próximo dia 13 do corrente, em Ponta Delgada, um Encontro Regional da APU, na qual participarão representantes das candidaturas e das Comissões de Apoio de todas as ilhas. Estarão presentes no Encontro o camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e deputado à AR e Luís Catarino, também deputado e vice-presidente do MDP/CDE.

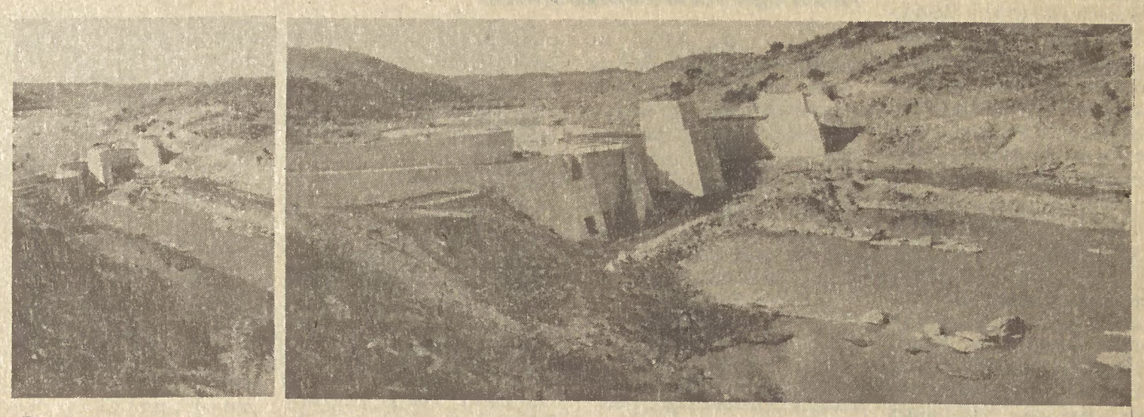
As razões da pressa da «AD»

Estamos em período pré-eleitoral e o Governo "AD", revelando uma justificada insegurança quanto aos resultados eleitorais, aposta em força na intensificação da ofensiva contra a Reforma Agrária e na demagogia entre os pequenos e médios agricultores. No primeiro caso, a corrupção, a ilegalidade, o escândalo andam de mãos dadas a um nível jamais alcançado, mesmo por outros governos ideológicamente afins da "AD"; o roubo das melhores terras, das cabeças de gado, de máquinas e de alfaias prossegue a um ritmo delirante. Vale tudo: não há notificações aos trabalhadores. Em muitos casos estes tomam conhecimento dos roubos que os atingem quando os agrários já se encontram "instalados". As extremas são marcadas sem medições, a olho e a gosto dos agrários que, protegidos pela GNR, e lado a lado com funcionários do MAP, escolhem as áreas de maior aptidão agrícola. Oferecem-se reservas duas e mais vezes a diferentes agrários ou promovidos a tal e chega-se a pressionar um ou outro relutante em aceitar as terras.

Paralelamente, a demagogia entre os pequenos agricultores ganha nova dinâmica: Sá Carneiro desloca-se pelo Alentejo, distribuindo terras aqui e ali, com muitas promessas de apoios futuros e sem sequer conceder os títulos de propriedade... Terras distribuídas apenas com mira às eleições, ao pescar do voto daqueles que com a "AD" no poder, tudo teriam a perder e em primeiro lugar as terras agora distribuídas e mais ainda as que, com o seu sacrifício e o do trabalho familiar, exploram com tantas dificuldades.

Tanto num caso como noutro, é visível a pressa da "AD". Mas a razão desta pressa, deste ritmo de ofensiva e de demagogia, é exactamente a mesma que anima os trabalhadores à luta, à resistência: as eleições do próximo dia 5 de Outubro. Eleições cujos resultados – os trabalhadores não têm dúvidas – permitirão repor a legalidade democrática na Reforma Agrária. Por isso, as organizações de classe trabalhadora na Reforma Agrária dizem já:

Com a derrota da "AD" nas eleições, devemos desde logo reclamar a legalidade democrática, também na Reforma Agrária, isto é, as terras, gados e máquinas que nos tiraram pela repressão e ilegalmente, devem voltar para as nossas mãos. As UCPs/Coop. devem ser indemnizadas pelos prejuízos causados pelos funcionários dos CRRA, pelo MAP, pelo Governo e pelos bandos de agrários parasitas e sabotadores.



Sábado em Moura

Barragem de Alqueva em discussão

Quem está e quem não está interessado no aproveitamento dos recursos naturais numa base de desenvolvimento económico do país que permita, em grande parte, o nosso auto-abastecimento, a nossa libertação da profunda dependência do estrangeiro em que uma política desastrosa dos governos de direita nos tem lançado na esteira da actuação do regime fascista?

Esta a questão que podemos pôr de imediato quando se fala no empreendimento do Alqueva. Esta a questão à qual a diminuição significativa de ritmo neste empreendimento, verificada com o Governo Mota Pinto e com o Governo Sá Carneiro, permite já uma resposta: **com governos da reacção altamente comprometidos com o imperialismo, este e outros empreendimentos de importância semelhante para a saída da crise, não atam nem desatam, embaraçados por interesses políticos alheios aos interesses nacionais.**

Mas às forças democráticas não pactuam com actuações que, em última análise, constituem sabotagem subtil ao nosso processo de desenvolvimento. É preciso pedir responsabilidades: **porquê esta quase paragem no empreendimento da Barragem do Alqueva? A quem interessa? A quem serve?**

É preciso alertar a opinião pública; é preciso que cada um de nós saiba da imensa importância desta obra para a economia regional e para a economia nacional.

É preciso relançar a obra, relançá-la com urgência: são as necessidades da economia nacional que o exigem; é o processo democrático que o reivindica.

E é por tudo isto, com estes três objectivos – **debater a questão do empreendimento do Alqueva; alertar a opinião pública; relançar o empreendimento** – que no próximo sábado, em Moura, por iniciativa das Câmaras Municipais de Portel, Moura e Serpa se reunirão representantes das autarquias, técnicos, representantes dos sindicatos e das UCP's/Coop. e associações de empresários do comércio, indústria e agricultura.

Esta iniciativa lançada pelas três câmaras corresponde também ao direito, consagrado na lei, de consulta e audição dos órgãos autárquicos cujas zonas são afectadas (no caso, em sentido altamente positivo) por empreendimentos em curso. O poder central que, sem quaisquer satisfações a quem quer que fosse, parou as obras de construção da barragem (apenas estão em curso as obras da zona reservada ao futuro pessoal da barragem), tem-se esquecido de dar cumprimento à lei, pelo que as autarquias locais não têm sido informadas nem ouvidas quanto aos problemas do empreendimento. Tal situação cria impasses em alguns planos de actividade das autarquias da zona, no desenvolvimento económico e social, pois há obras e empreendimentos que dependem do modo como – e a que ritmo – vai evoluir a construção da Barragem do Alqueva.

Por outro lado, não restam dúvidas de que em democracia, o povo tem o direito a ser informado e a intervir de forma dinâmica no que diz respeito a questões das quais resulta o progresso do país.

Com o empreendimento de Alqueva um novo impulso para o desenvolvimento

Em que consiste afinal o empreendimento do Alqueva?

Em termos muito simples consiste no aproveitamento hidráulico do curso do Guadiana, um dos três grandes rios da Meseta Ibérica, com uma bacia de 67 000 km², dos quais 17 000 km² em Portugal. Para tal aproveitamento planeou-se a construção da Barragem de Alqueva nos arredores da freguesia do mesmo nome, criando-se uma albufeira de mais de 4 mil milhões de metros cúbicos sobre uma superfície inundada de 250 km² que constituirá o maior lago artificial da Europa Ocidental.

Tal albufeira terá um perímetro da ordem dos 1 100 km², abrangendo terrenos dos distritos de Beja, Évora e Portalegre. Tratam-se de terrenos agricolamente bastante pobres e por isso a inundação causada pela albufeira não levanta grandes problemas de expropriações tanto no plano económico como no plano social. Aliás a lei, prevê o estudo de cada caso de submersão em separado, tendo em vista a expropriação, o restabelecimento ou a indemnização dos valores afectados.

Por outro lado a contrapartida não oferece margem a dúvidas na opção: uma zona árida vai transformar-se radicalmente; a economia agrária no Alentejo, cujo pilar fundamental é a Reforma Agrária, desenvolver-se-á de forma determinante, com a criação desta albufeira que alimentará quase a totalidade do Plano de Rega do Alentejo.

Mas não só.

Na realidade trata-se de um aproveitamento hidráulico de fins múltiplos que vem permitir a alimentação do complexo industrial de Sines (cujas necessidades em água se prevê atingirem os 350 milhões de metros cúbicos por ano), a produção de energia eléctrica, o abastecimento de água às populações e indústrias do Alentejo e em parte do Algarve, controlo das cheias, constituindo ainda um importante apoio à indústria turística, pesca e à navegação interna.

A realização de tal empreendimento foi orçamentada, a preços de 1975, em 13 milhões e 65 mil contos, nos quais se incluem já as obras primárias necessárias à rega de 135 000 ha de terras no Alentejo, as infra-estruturas comuns aos sectores eléctricos, agrícola e o abastecimento de água a Sines, assim como os investimentos específicos no sector eléctrico do Alqueva. Do que não restam dúvidas é de que tal investimento é rentável nos seus efeitos globais a nível da economia regional e nacional, permitindo o desenvolvimento de culturas essenciais para o país e a introdução de novas culturas, através do aumento muito sensível da área de regadio e do melhoramento do sequeiro. Do que resultará um acréscimo anual significativo de postos de trabalho, quer criados pela actividade agrícolar quer pelo impulso que se verificará no domínio da implantação de unidades industriais.

Impulso à produção redução das importações

Em 1975, quando o povo português contava com um governo verdadeiramente interessado no desenvolvimento da economia, na conquista da independência nacional, na consolidação da democracia, o empreendimento do Alqueva foi altamente impulsionado. Criou-se uma Comissão Inter-Ministerial integrando o Ministério do Equipamento Social e do Ambiente e as Secretarias de Estado da Estruturação Agrária, da Indústria e da Tecnologia e do Planeamento Económico que procedeu a diversos estudos técnico-económicos. A opção nestes estudos dirigiu-se para culturas viáveis e de interesse imediato para o abastecimento do país: beterraba açucareira, forragens para a produção de carne e leite, oleaginosas (girassol e soja) milho para grão, trigo e arroz. Independentemente destas, outras culturas serão incentivadas: o tomate para industrialização, as culturas hortícolas, a fruticultura, em especial a cultura do pêssego para conserva, as culturas de algodão e tabaco e provavelmente a cultura de soja.

Voltando às culturas de interesse imediato para o país, cálculos prudentes efectuados em 1975 permitem algumas previsões que, só por si, permitirão ao leitor ter uma ideia aproximada da enorme importância das transformações introduzidas com o aproveitamento hidráulico do Alqueva:

– a produção de beterraba (da ordem de 360 000 toneladas obtidas numa área muito concentrada de modo a embaratecer o transporte para uma fábrica convenientemente localizada) permitirá uma produção anual de açúcar de cerca de 50 300 toneladas, o que representa mais de 22% da importação do produto em 1975 e corresponde em valor, em divisa estrangeira, a uma poupança de 945 000 contos;

– a produção anual de leite prevista permitirá um excedente de mais de 300 milhões de litros sobre o consumo nacional de 1975 (que, como é evidente, cresceu entretanto);

– quanto à produção de carne de bovino, que importamos largamente, calcula-se em mais de 26 mil toneladas de carcaça, o que, a preços de 1975, corresponde a um valor superior a 1 milhão e 400 mil contos;

– a produção de milho, ainda que não muito grande, representará mais de 12% da importação verificada em 1975, podendo contribuir para uma poupança em divisas estrangeiras de mais de 600 mil contos;

– a produção em óleos de girassol e soja atingindo cerca de 24 770 toneladas e representando mais de 25% da importação em 1975, contribuirá para a atenuação do défice da balança de pagamentos em mais de 790 mil contos.

Em termos gerais, os acréscimos da produção agrícola determinados pelo regadio, corresponderão entre 5 a 6 milhões de contos, representando cerca de 20% do valor das importações actuais de produtos alimentares.

Incalculáveis benefícios

A estes dados, que permitem uma imagem da importância contida no empreendimento do Alqueva somam-se incalculáveis efeitos de benefício geral das regiões e, por reflexo da economia nacional. Como salienta um estudo sobre o Aproveitamento Hidráulico do Alqueva: «É relativamente fácil prever os resultados directo da exploração agrícola de novos regadios, mas extremamente difícil traduzir em números os muitos outros benefícios em especial o aumento de rendimento das actividades não agrícolas resultante do desenvolvimento da produção agrícola proveniente da transformação do sequeiro em regadio. Sabe-se que o aumento do rendimento agrícola duma região beneficiada pela rega fomenta o desenvolvimento das actividades comerciais, bancárias, industriais, de transportes e serviços, tanto dessas regiões como de outros consumidores de produtos agrícolas e pecuários e produtoras de variados bens de consumo que aquela passa a importar em quantidades muito maiores...»

Para o Alentejo, em parte para o Algarve e, no somatório dos efeitos a nível regional, afinal para todo o país, a Barragem do Alqueva, constituiu um passo importante para a conquista da «terra prometida», isto é, de um país desenvolvendo-se harmoniosamente, através do aproveitamento e desenvolvimento integral dos seus recursos naturais e humanos, num relançamento económico que conquistando a independência nacional, consolide o processo democrático. Esta «terra prometida» querem-na, e por ela trabalham, o povo trabalhador, as suas organizações de classe, as autarquias democráticas, as forças do progresso, da paz e da liberdade.

Esta «terra prometida» nunca alcançaríamos com o Governo «AD» no poder.

Esta «terra prometida» conquistá-la-emos a pulso. Também e de modo decisivo nas próximas eleições de 5 de Outubro. Derrotando a reacção. Votando APU.

Novo escândalo do Governo «AD»

— o caso «Prates Canelas»...

ou de como se fabrica um latifundiário!

Já aqui denunciámos a entrega de reservas a funcionários do MAP ou, o que é mais comum, o facto destes arrendarem as reservas em cuja entrega ilegal participam: foi o caso, por exemplo, da Casa de Bragança que recebeu milhares de hectares, parte dos quais arrendou a homens do MAP...

Para a ilegalidade e a corrupção raiarem o incrível só faltava o caso Prates Canelas, assessor do secretário de Estado da Estruturação Agrária, João Goulão, que, por benesse deste, vem acumulando hectares e mais hectares, através de quinze reservas, num total quase equivalente a um milhão de pontos!

Como é possível uma tão despudorada ilegalidade? Sob que pretexto, além de se restaurarem escandalosamente latifúndios banidos da vida do país por via da Revolução de Abril e da Constituição que a consagra, assistimos ainda ao estabelecimento de novos latifúndios? Sob que pretexto este senhor Prates Canelas vai somando terras que atingem quase mil hectares, na maioria de pomares e vinhas, tanto mais que, como sócio maioritário de uma série de empresas agrícolas, não teria direito a tal conjunto de reservas, mesmo à luz da famigerada lei Barreto?

A manobra iniciou-se há cerca de dois anos, quando Prates Canelas procurou alterar o pacto social das empresas agrícolas das quais é sócio, reduzindo a sua participação no capital social para 10 por cento. Mas como mesmo assim não teria acesso ao que a sua ambição desmedida aspirava, Prates Canelas arranjou ainda uma série de sociedades-fantasmas que lhe valeram, logo em 1978, a atribuição de cerca de 500 ha de pomares em Montargil equivalentes a mais de 800 mil pontos! E em 1980, sob a benção da «AD», mais e mais reservas lhe vêm parar às mãos: em nome da Sociedade Casa Branca recebe mais de 322 ha em Cabeção, Mora, correspondentes a duas herdades que os trabalhadores da UCP «Terra Livre» haviam arrendado aos proprietários; recebe 179 ha em nome da Sociedade Agrícola de Pitamariça tirados à UCP «Poder Popular», em Montemor-o-Novo. E agora, os Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária de Beja avisam os trabalhadores da UCP «Unidade de S. Manços» de uma proposta de atribuição de uma nova reserva, integrando 42 ha de vinha, à Sociedade Agrícola das Vinhas, da qual Prates Canelas é sócio dominante... e que assim receberia a sua décima quinta reserva! Acrescente-se que esta área de vinha desde Janeiro de 1977, está arrendada pela cooperativa ao seu proprietário, através de um contrato celebrado pelo prazo de dez anos, por intermédio do CRARA de Évora e pelo qual os trabalhadores pagam anualmente 200 mil escudos!

Sobre mais este escândalo dos muitos de que o Governo «AD» deixará memória, diz o Secretariado das UCPs/Coop. do distrito de Évora:

Estamos perante um caso claro de compadio, de fraude e de ilegalidade só possível devido ao conluio activo de Goulão que, através de despacho de 14 de Julho, ordenou que Prates Canelas recebesse tantas reservas quantas as sociedades, muitas delas sociedades-fantasmas, de que é dono. Caso que se junta à dívida de Sá Carneiro e a quantas acções de corrupção está mergulhado este Governo. Um Ministério destes, um Governo destes, (ir)responsáveis destes, atolados em ilegalidades e fraudes sucessivas, desprestigiam profundamente o Portugal democrático, o Portugal do 25 de Abril. É gente indigna de formar um Governo neste país de Abril. É gente que deve ser imediatamente demitida!

Perante os factos, o Secretariado das UCPs/Cooperativas de Évora, ao mesmo tempo que reivindica a suspensão do novo processo de reservas e a revisão de todas as reservas anteriores atribuídas a Prates Canelas, alerta a opinião pública e os órgãos de soberania para que impeçam o prosseguimento desta escalada de escândalos e ilegalidades.

Quem é Prates Canelas?

É actualmente adjunto do gabinete do secretário de Estado da Estruturação Agrária, João Goulão, cargo que já lhe valeu 15 reservas...

Mas é mais do que isto:

– é há muito o responsável pela Formação e Informação do Centro de Desenvolvimento Agrícola da Quimigal, onde a Secção do Fomento Agrícola estava a cargo do Eng.º Goulão.

Contudo, Prates Canelas tem débitos (pessoais e relativos a sociedades em que o mesmo tem participação de capital) à Quimigal que totalizam cerca de 8.300 contos. A responsabilidade de Prates Canelas considerada em função da sua participação no capital das ditas empresas seria de 620 contos. Os serviços Regionais do MAP têm conhecimento destas dívidas por ofício da Quimigal.

– **Prates Canelas é sócio de 17 Sociedades** de pomares de pêssego da área de Montargil, **que têm dívidas em atraso** à COPSOR (Cooperativa Agrícola de Ponte de Sôr) **no valor de 31.000 contos excluindo o pagamento de juros (mais de 1.800 contos). As operações de enxertia bem como a montagem de tubagens de rega e motores, etc. foram feitas por operários da Cooperativa** Divor **de que Prates Canelas era director.**

– Prates Canelas foi membro preponderante da Direcção da Cooperativa Hortícola do Divor (grande unidade agro-industrial de descasque de arroz e concentrado de tomate) entre 1971 e 1975, tendo em 1974 chegado a propor a nacionalização da Cooperativa do Divor, FORE (Fábrica de Óleos e Rações de Évora) e Cooperativa do Caia.

Como membro da Direcção do Divor assegurou participações pessoais nas firmas FORMA (fabrico de móveis em Aljustrel) e na MERCODIVOR (Sociedade de Comercialização de Produtos Alimentares do Alentejo, Lda.) cujos sócios eram o dr. José Brando Albino e o arqt.º Brando Albino.

– É responsável por transferências indevidas da Divor para a Forma que hoje ascendem, com juros, a 45.000 contos e pela agravamento dos déficits de exercício da Divor que em 1971 eram de 5.000 contos e em 1976 ultrapassaram os 10.000 contos, tendo ainda 800 contos de crédito mal parado.

– **É responsável pela realização de investimentos desmesurados** e em grande parte não reprodutivos na Cooperativa do Divor **que tinham em conta a solução de problemas particulares dos então directores e do próprio Prates Canelas. Exemplo: aquisição de uma linha de industrialização de pêssegos (8.000 contos em 1972) que não laborou até 1976, só para aproveitar os produtos das suas próprias sociedades de pomares e de pêssegos.** Este investimento acabou por impor, à Divor. além dos problemas económicos, sérios problemas técnicos **(em 1976 foram enterrados 2.000 contos de enlatados de pêssego provenientes de campanhas) da responsabilidade de Prates Canelas.**

Prates Canelas foi nomeado acessor do gabinete de Alcino Cardoso (CDS) secretário de Estado das Indústrias Agrícolas do Governo PS/CDS, tendo ainda sido **candidato do CDS pelo distrito de Beja nas eleições de 2/12/79.** Logo aí, conseguiu o despacho relativo à FORMA (sem estudo prévio do IGEF) da cedência da quota da Cooperativa do Divor na FORMA a uma sociedade anónima a construir pelos trabalhadores da FORMA (despacho de 24 de Julho de 1979), ficando os irmãos Albino ligados à empresa.

Prates Canelas transitou então para os governos Nobre da Costa e Mota Pinto (MAP Vaz Portugal).

– Em Abril de 1979, foi nomeado, por despacho de Vaz Portugal (conjuntamente com Feliz Rodrigues e José Duarte Brando Albino) para um grupo de trabalho constituido para dar "o destino às propriedades expropriadas, nacionalizadas ou já anteriormente pertencentes ao Estado". Nesta qualidade tem feito grandes pressões junto das Comissões de Trabalhadores para que estes assinem documentação de concordância com a entrega de empresas aos anteriores proprietários, usando para tal de intriga, dolo e processos divisionistas. Recorde-se que Prates Canelas, quendo assessor do gabinete de Alcino Cardoso, foi responsável pelas desintervenções e entrega aos ex-patrões das empresas Consel, ECA e Ecril.

– Prates Canelas era homem de confiança do ex-secretário de Estado fascista Vasco Leónidas, através do qual conseguiu, no tempo do fascismo, um financiamento ilegal para a fábrica de móveis Forma, L.da, em que é sócio com Brando Albino.

Depois de amanhã, em Montemor:

Preparar as sementeiras de Outono! Derrotar a «AD»!

«Alqueivar, derrotar a "AD" para fazermos as sementeiras!»

Este o tema central do Encontro de preparação das Sementeiras de Outono-Inverno 1980/81 que, no próximo sábado, reunirá em Montemor-o-Novo, às 10 horas, trabalhadores e técnicos da Reforma Agrária. Entre as organizações convidadas incluem-se a CGTP, as Cinturas Industriais de Lisboa e de Setúbal e as Ligas.

Sobre este encontro de particular importância no momento político actual, os Secretariados, Uniões e Sindicatos Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal pronunciaram-se nestes termos:

«Resistimos e produzimos durante 4 anos a ofensivas feitas desde o Governo PS aliado ao CDS até ao governo fascizante de Sá Carneiro. Falta um mês para as eleições. Há que cerrar fileiras e resistir um pouco mais.

«Vamos derrotar a "AD" nas eleições. O voto dos trabalhadores irá para aquelas forças que sempre têm estado com a Reforma Agrária, nas Cooperativas, nas lutas de massas, na Assembleia da República, nas diligências junto dos órgãos de soberania, contra a Lei Barreto, contra a ofensiva destruidora das forças reaccionárias.

«Derrotando a "AD", correndo com o Governo Carneiro/Amaral, abrem-se novas possibilidades de avançarmos com força para a Campanha das Sementeiras, impulsionando de novo a Reforma Agrária!»

Cortiça: Governo viola Lei da Greve e promove roubo na Reforma Agrária

Violando frontalmente a Lei da Greve, o Governo Sá Carneiro promove o roubo de cortiça às UCPs/Cooperativas, contratando trabalhadores estranhos à terras e que, frequentemente, não sabem ao que vão. É isso o que se tem passado em diversas UCPs/Coop, onde sob protecção da GNR, ranchos de homens contratados pelo Governo, muitas vezes através do Instituto de Produtos Florestais, têm vindo a retirar a cortiça.

Como é do conhecimento público, os tiradores de cortiça dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Santarém permanecem em greve, reivindicando a revogação da lei-roubo de cortiça, o DL 98/80 que abrange unicamente o sector cooperativo (deixando de fora o sector privado, como é evidente...) e constituiu um meio de estrangulamento financeiro das UCPs/Coop. Para fazer boicotar esta greve, o Governo lançou mão a outros tiradores de cortiça, convencendo-os, na maioria dos casos, de que o seu trabalho se vai exercer em áreas reservadas e não em terras das unidades. Foi o que aconteceu com 24 homens que se preparavam para extrair a cortiça da UCP «A Luta é de Todos», em Mora, mas que em contacto com os piquetes de greve, uma vez esclarecidos, se recusaram a tal trabalho. Dado este acontecimento, o Governo não esteve com meias medidas: a extracção da cortiça, a mando do MAP e por gente estranha à Reforma Agrária, é agora feita sob protecção rigorosa da GNR, que não permite quaisquer contactos com os trabalhadores das respectivas cooperativas atingidas.

Em comunicado à população, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícola de Évora acusa o Governo de violar a Lei da Greve e de «insistir no roubo de cortiça da Reforma Agrária, contratando para isso trabalhadores que enviou já para as UCPs «A Luta é de Todos», em Mora, «Flor do Alentejo», em Évora, «1.º de Maio», em Avis e «Aldeia Velha» em Portalegre.

O Sindicato denuncia ainda a irresponsabilidade dos agentes dos Serviços Florestais que acompanham tal boicote à greve e que permitem – se é que ficam por aí... – que nas árvores donde é extraída a cortiça fiquem impressas inscrições tais como «Viva o PPD, o CDS» e «Viva a "AD"».

O que, diga-se de passagem, não deixa de ser um modo coerente de assinar um roubo... Só que no caso, toda a gente, com ou sem assinatura, sabe já que a ilegalidade, o esbulho, o boicote, as tentativas de destruição, só podem partir do PPD, do CDS, do Governo "AD". Até que a resposta popular, apesar das fraudes já instaladas e de todas as manobras em curso, derrote as forças de direita, no próximo acto eleitoral.

Semana

27 Quarta-feira

1554 – O capitão-mor das galés do Algarve, D. Pedro da Cunha, aprisiona ao largo do Cabo Carvoeiro o corsário turco Xaramet.

— Pescadores: solidariedade

Os Secretariados das UCP's e Cooperativas dos distritos de Beja e Évora acusam em comunicado o Governo de lançar, com os órgãos de comunicação que controla, uma vasta campanha de desestabilização político-militar em vésperas de eleições. ■ O secretário de Estado da Comunicação Social, Sousa Brito, determina por despacho a constituição de uma comissão para o estudo de criação de uma empresa pública das redes de emissão de Rádio e Televisão. ■ O Conselho de Redacção da RDP denuncia "orgia de atropelos" praticados pela direcção de informação daquela empresa pública na alteração de estrutura que impôs aos jornalistas. ■ Os pescadores de Peniche solidarizam-se com a luta reivindicativa dos pescadores da sardinha do Norte. ■ Corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios do Porto denunciam em comunicado a tomada de posse ilegal de falsos elementos daquele sindicato no Conselho Municipal do Porto.

28 Quinta-feira

1975 – O PCP propõe um encontro de delegações da Presidência da República, do Governo Provisório, das três principais correntes do MFA, do PCP, do PS e de outros partidos de esquerda com vista a alcançar uma solução para a crise político-militar.

O Secretariado das UCP's e Cooperativas do distrito de Évora denuncia em comunicado que a UCP "Unidade dos Trabalhadores" de S. Manços foi notificada de uma proposta de atribuição de reserva a Prates Canelas, a décima quinta que aquele assessor do Secretário de Estado da Reestruturação Agrária se prepara para receber. ■ A Polícia Judiciária anuncia ter desmantelado uma rede de traficantes de heroína que actuava na zona de Lisboa. ■ O Governo e a General Motors assinam contrato para a instalação em Portugal em 1981 de uma fábrica de componentes e peças para automóveis. ■ A CGTP/Intersindical desmente as informações postas a circular pelo Governo que afirmam ter diminuído as taxas de desemprego.

29 Sexta-feira

1891 – Morre em Sintra o escritor Latino Coelho.

— Bernardo Santareno

Morre numa clínica dos arredores de Lisboa onde se encontrava internado há três semanas, o dramaturgo Bernardo Santareno, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE e da Direcção da Sociedade Portuguesa de Autores. ■ O Presidente da República recebe em audiências delegações da UEDS, do Centro de Estudos Socialistas e da Reflexão e Acção Socialista. ■ Uma estátua menir é descoberta em Chaves no decorrer das obras de reparação de uma ponte romana. ■ O Conselho de Ministros decide aumentar, a um mês das eleições para a AR, o salário mínimo nacioinal, de 7500 escudos para 9000 escudos.

30 Sábado

1975 – O general Vasco Gonçalves é exonerado do cargo de 1.º-ministro.

Um naufrágio ocorrido ao largo de Leixões, após o abalroamento do barco "Vila Mar", que regressava da pesca da sardinha, por um arrastão espanhol, provocou a morte de quatro pescadores. ■ O Governo autoriza por decreto a criação de uma zona de jogo em Troia. ■ O Presidente da República recebe mensagens do Presidente Luís Cabral, sobre o diferendo que opõe a Guiné-Bissau e a Guiné-Conakry na questão das fronteiras marítimas entre os dois países. ■ Em Viana do Castelo, o dirigente do PSOE, Filipe Gonzalez declara que o seu partido apoiará a FRS na campanha eleitoral. ■ Parte para a Líbia, em representação do PCP, uma delegação composta pelos camaradas Rogério de Carvalho, membro do Comité Central e António Ângelo, da Secção Internacional.

31 Domingo

1741 – Um alvará de D. João V acaba com a divisão de Lisboa em sectores "Ocidental e Oriental".

— Comboios não passam

A Célula do Banco Português do Atlântico do PCP denuncia que já 30 mil contos foram pagos em "surdas" a alguns trabalhadores com funções de chefia, por decisão do Conselho de Administração do BPA. ■ Entra em vigor o Estatuto do Refugiado que permitirá resolver a situação de cerca de três milhares de candidatos a refugiados em Portugal. ■ Dezanove feridos é o balanço da actuação da GNR em Mesquitela que a mando do Governo carregou sobre a população que interrompia o tráfego do caminho de ferro no seguimento de um acidente mortal na passagem de nível sem guarda.

1 Segunda-feira

1975 – São nacionalizados os estaleiros navais da Setenave e de Viana do Castelo.

Cerca de 30 arrastões espanhóis bloqueiam o acesso à fronteira de Vila Real de Santo António, após o apresamento pelas autoridades portuguesas de um barco espanhol que infringia o acordo de pescas entre os dois países. ■ O 1.º-ministro Sá Carneiro faz aprovar através de um decreto, normas que o favorecem na questão da dívida à banca nacionalizada. ■ O general Vasco Gonçalves, em entrevista ao "Jornal de Notícias", afirma que "só grandes votações na APU e na FRS garantirão uma maioria democrática na Assembleia da República". ■ A Comissão Nacional de Eleições decide solicitar os textos oficiais da comunicação do 1.º-ministro à TV para apreciar se houve infracção à lei eleitoral sobre "neutralidade ou imparcialidade das entidades públicas". ■ Em Conferência de Imprensa é anunciada a constituição de uma Comissão de Mulheres de Apoio à APU no círculo de Lisboa. ■ Duas dezenas de personalidades, à frente das quais Henrique de Barros, ex-Presidente da Assembleia Constituinte, convidam o general Ramalho Eanes a recandidatar-se ao cargo de Presidente da República.

2 Terça-feira

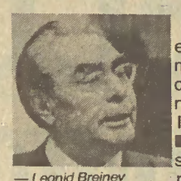
1974 – Portugal restabelece relações diplomáticas com o Senegal.

O secretário-geral do Partido Socialista, falando em conferência de Imprensa durante a qual divulgou os principais pontos do programa da FRS, acusou o Governo «AD» de criar no país uma situação antidemocrática que põe em causa a isenção das próximas eleições. ■ O bloqueio que armadores espanhois faziam em Ayamonte a Vila Real de Santo António é levantado após o Governo português ter cedido às exigências de aumento de percentagem de 20 para 60 por cento na captura do marisco. ■ Contingente da GNR cerca a aldeia de Brotas, Mora, para forçar a entrega de gado da UCP a um casal de agrários. ■ O Sindicato dos Jornalistas protesta junto do director-coordenador da Informação da RTP contra a «manipulação da Televisão».

Semana

27 Quarta-feira

1975 – Morre o ex-ditador etíope Hailé Selassié.



— Leonid Brejnev

Uma carta do Presidente Leonid Brejnev enviada aos 15 membros da NATO, reafirmando a disposição da URSS de iniciar conversações sobre a limitação dos mísseis nucleares na Europa, é favoravelmente acolhida nos Estados Unidos e na RFA. ■ O Governo sionista de Begin aprova em sessão secreta a criação de novos colonatos na Cisjordânia ocupada, segundo revela a imprensa de Jerusalém. ■ Rendem-se em Havana os três assaltantes de um jacto desviado dos EUA. ■ Morrem dezenas de pessoas na Turquia, vítimas da violenta repressão que atinge o país e na qual além da polícia, participam pistoleiros de direita. ■ O Governo francês rejeita as reivindicações dos pescadores em greve. ■ Mobutu, presidente do Zaire, nomeia para chefiar o Governo daquele país um antigo condenado à morte, Karl-I-Bond, cuja pena fora comutada pelo próprio ditador zairense.

28 Quinta-feira

430 – Morre o filósofo Santo Agostinho.

O Governo etíope desmente as acusações da Somália sobre uma pretensa incursão das tropas etíopes em território somali. ■ Milhares de pessoas exigem no Rio de Janeiro, durante o funeral de uma vítima do bombismo, o fim do fascismo e a punição dos criminosos. ■ Aviões sionistas bombardeiam o sul do Líbano numa vaga de ataques aéreos desferidos contra os campos de refugiados. ■ A polícia italiana prende doze indivíduos acusados de estarem directamente implicados no atentado fascista na estação ferroviária de Bolonha que causou 83 mortos.

29 Sexta-feira

1975 – O general Velasco Alvarado é afastado do poder e substituído por Morales Bermudez.

— Terrorismo na cadeia

São detidos em Itália mais seis suspeitos de implicação no atentado de Bolonha, entre os quais se contam alguns conhecidos "teóricos" do terrorismo fascista. ■ Mais de 50 actores americanos anunciam que vão boicotar o festival "Emmy" se a greve dos seus colegas que dura há mais de um mês não for solucionada. ■ Discursando em Alma-Ata, o Presidente Brejnev afirmou que a URSS cumprirá, para com o Afeganistão, os acordos de amizade estabelecidos. ■ Israel instala tropas em território libanês, enviando para o sul daquele país um batalhão de 800 homens. ■ O dirigente dos separatistas de Vanuatu anuncia ao governo a sua rendição, pondo fim à rebelião dos plantadores franceses que temiam perder os seus privilégios na sequência da independência do país. ■ Mais 20 mil cadáveres de vítimas do regime de Pol-Pot são descobertos nas montanhas do Norte do Kampuchea. ■ São presos em Teerão três generais do Exército iraniano que ocuparam durante o reinado do Xá postos de importância.

30 Sábado

1918 – A terrorista Fanny Kaplan, membro do Partido Socialista-Revolucionário russo dispara dois tiros contra Lénine.

O presidente da OLP, Yasser Arafat, pede ao Conselho de Defesa da Liga Árabe uma sessão de emergência para análise da situação no Líbano. ■ O conselheiro norte-americano, Muskie, pronuncia-se pela ratificação do tratado Salt II no sentido do impedimento de uma escalada na corrida aos armamentos. ■ Dirigentes oposicionistas filipinos formam nova aliança política contra o regime do presidente Ferdinand Marcos. ■ É inaugurada em Moçambique a 16.ª Feira Internacional do Maputo, FACIM-80, que conta com a participação de mais de 800 expositores nacionais e estrangeiros.

31 Domingo

1944 – As tropas soviéticas libertam Bucareste.

— Fascismo na Bolívia

Representantes do governo polaco e dos grevistas assinam um acordo após a suspensão das paralisações verificadas naquele país, contemplando o acordo a maior parte das reivindicações apresentadas. ■ O primeiro-ministro iraniano, Ali Rajai apresenta a equipa ministerial, tendo alguns dos propostos sido rejeitados pelo presidente Bani-Sadr. ■ O chefe da Junta fascista boliviana afirma a intenção de deixar o Pacto Andino, cujos membros não reconheceram o regime terrorista reinante hoje na Bolívia. ■ A Frente Polisário declara em comunicado terem sido abatidos militares marroquinos durante incursões desenvolvidas pelos guerrilheiros. ■ O Governo do Kampuchea acusa tropas tailandesas de terem atacado por onze vezes no decorrer da semana passada, patrulhas fronteiriças.

1 Segunda-feira

1919 – Fundação do Partido Comunista dos Estados Unidos da América.

Os operários dos estaleiros navais de Gdansk, na Polónia, retomam o trabalho após a assinatura do acordo entre os representantes dos grevistas e do Governo. ■ Abre nos Estados Unidos a campanha eleitoral para as presidenciais. ■ É apresentada no parlamento iraniano a primeira proposta, elaborada pela Comissão de Política Externa, para a solução da crise dos reféns americanos, solicitando aos EUA o reconhecimento do seu papel criminoso no Irão e a devolução da fortuna do falecido Xá.

2 Terça-feira

1891 – É fundado o Partido Marxista Búlgaro que, em Maio de 1919 adoptará, em Congresso, a designação de Partido Comunista Búlgaro.

Dirigente do sindicato dos correios britânico acusa o governo de Thatcher de pôr escutas nos telefones de sindicalistas e de cancelar um inquérito oficial sobre o assunto. ■ A Frente Polisário lança campanha diplomática com vista a obter reconhecimento internacional para a República que proclamou em 1976. ■ Ministro soviético da Defesa acusa os EUA de retomarem o uso da «chantagem atómica». ■ General espanhol é assassinado em Barcelona em atentado atribuído ao GRAPO. ■ O ditador da Coreia do Sul, general Chun Doo-Hwan, anuncia a formação de novo governo.

Solução negociada na Polónia reflecte os problemas a superar

Após cerca de duas semanas, cessou o movimento grevístico na Polónia.

Em linhas gerais o acordo obtido envolve medidas de ordem económica e social: aumentos salariais graduais (aliás na sequência dos aumentos que, desde 1 de Julho, beneficiaram cerca de 3 milhões de trabalhadores), um melhor aprovisionamento do mercado interno em produtos alimentares, subordinado ao crescimento da produção agro-pecuária, limitando-se, ententretanto, as exportações de produtos de pecuária e congelando os preços de carne até ao Outono de 1981, um maior número de lugares nas creches e outras medidas de ordem social.

As medidas acordadas implicam um redobrado esforço de aumento de produtividade, também para cobrir atrasos a nível de planos económicos que o movimento grevístico acarretou.

O acordo assinado entre o Governo e o Comité de Greve de Gdansk tem incidências profundas no terreno sindical e de ordem mais geral.

Foi elaborado um primeiro esboço de um novo projecto de lei para os sindicatos, da responsabilidade de um grupo de trabalho criado pelo Conselho Central dos Sindicatos, e que engloba cientistas, militantes sindicais e outros representantes dos trabalhadores das empresas. Este primeiro esboço será sujeito a uma nova redacção por um grupo de especialistas. Uma vez terminados os trabalhos, o projecto será apresentado ao Plenário do Conselho Central dos Sindicatos e, antes de passar em definitivo à aprovação no Parlamento (Dieta) será submetido a amplo debate popular nas empresas.

A solução negociada reflecte a natureza e a profundidade da crise. No acordo é reconhecido o papel dirigente do Partido Operário Unificado Polaco na direcção do Estado, mas, simultaneamente, na organização sindical da Polónia socialista são introduzidas formas novas que significam uma ruptura com uma prática que deu já as suas provas no sistema socialista.

Identicamente, as novas formas introduzidas no movimento sindical implicam aspectos novos que representam uma alteração substancial na própria orgânica do Estado Socialista Polaco.

Exultantes com a crise na Polónia, que naturalmente se esforçaram, dentro do possível, por agravar, os vários sectores da burguesia mundial não puderam deixar de aproveitar a oportunidade para discorrer sobre a «falência» do socialismo. De facto, os elementos anti-socialistas externos e internos procuraram acentuar e arrastar a crise de modo a porem em cheque o próprio sistema socialista.

A classe operária do mundo inteiro segue com expectativa a evolução dos acontecimentos na Polónia e confia que o povo polaco saberá encontrar para a crise actual, as soluções correctas.

Erros graves estão na origem dos acontecimentos e os factos foram agravados pela propaganda do imperialismo interessado em destruir as conquistas sociais da Polónia socialista.

A poucos dias da solução da crise, a agência informativa polaca PAP, afirma que, «as crises sociais que a nossa pátria atravessa agora revelaram, dramaticamente, a fraqueza do funcionamento de certos mecanismos da vida política e, especialmente, a necessidade de intensificar a democracia proletária». O primeiro-secretário do POUP em Gdansk, Fiszbach, declarou que «as greves foram consequência do deficiente funcionamento da democracia socialista, em particular no seio do movimento sindical».

Com os acontecimentos na Polónia a «guerra psicológica» conduzida pelo imperialismo subiu de tom. Aqueles que por todo o mundo capitalista, e também em Portugal, se esforçam por agravar a exploração dos trabalhadores e por limitar os seus direitos, vieram a público verter lágrimas de crocodilo pela sorte dos trabalhadores polacos. De facto a única «liberdade» que defendem é a de restaurar o capitalismo na comunidade socialista. Desejo vão que entretanto canaliza muitos esforços e «justifica» todos os expedientes. Mas que uma vez mais sairá derrotado pela capacidade do socialismo de superar as dificuldades de crescimento e os desvios num caminho que está longe de ser linear.

Os gráficos traduzem que a preocupação com o bem estar dos trabalhadores é uma preocupação central na Polónia como em todos os países socialistas.

Produção media anual de cereais, carne e leite por habitante, em kg

País	1961 1965	1971 1975	1961 1965	1971 1975	1960	1975	1960	1975
	cereais		nisso o trigo		carne		leite	
Países socialistas								
Polónia	488	630	97	168	59	90	422	481
Bulgária	591	841	273	362	39	75	95	163
Checoslováquia	394	643	128	300	59	91	281	384
RDA	341	511	79	165	59	102	332	489
Roménia	573	710	230	260	31	62	160	209
Hungria	671	1095	200	412	82	140	496	200
URSS	546	637	286	356	41	59	284	365
Países caiptalistas desenvolvidos								
França	530	760	261	328	78	100	503	567
Japão	203	151	14	2,6	3,6	21	20	44
RFA	265	335	83	119	59	76	362	351
USA	993	1092	174	228	103	116	309	244
Grã Bretanha	221	272	66	90	41	54	231	242
Itália	277	299	175	172	26	53	196	183

O índice de crescimento médio de consumo das rendas pessoais da população (preços fixos)

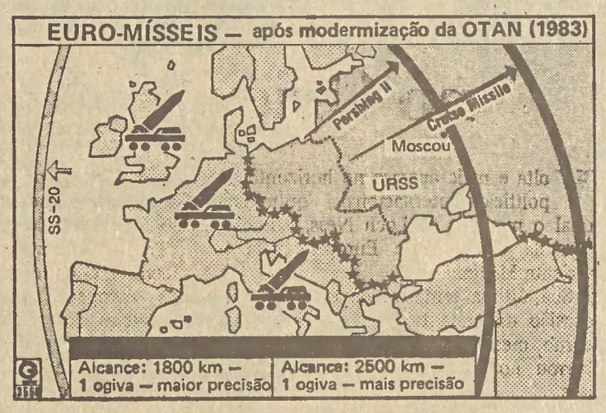
País	1961—74	1961—65	1966—70	1971—74	Por um habitante
	Em geral				
Países socialistas					
Polónia	5,7	4,6	5,0	7,8	6,8
Bulgária	6,6	6,7	6,8	6,3	5,7
Checoslováquia	4,5	3,0	5,4	5,3	4,9
RDA	3,9	2,3	4,2	5,3	5,7
Hungria	4,7	3,2	5,7	5,1	4,9
Países capitalistas desenvolvidos					
França	5,7	6,0	5,2	6,0	5,1
Japão	8,3	9,0	9,2	6,4	5,1
RFA	4,5	5,4	4,6	3,3	2,6
USA	4,0	4,7	3,7	3,3	2,6
Grã Bretanha	2,5	2,7	1,7	3,3	3,1
Itália	5,4	5,6	6,5	3,6	2,9

Da «guerra inevitável» à paz possível

Uma vez mais a União Soviética avançou com uma proposta tendente a que novos passos para a superação do impasse em que caíu o desanuviamento internacional sejam possíveis. Após a sua intervenção durante as cerimónias de celebração do 60.º aniversário da República Socialista Soviética do Cazaquistão, onde denunciou os perigos que encerra a nova estratégia nuclear dos EUA definida na directiva presidencial n.º 59, Brejnev dirigiu mensagens a chefes de governo de diversos países capitalistas, reafirmando a disposição da URSS de negociar a limitação de mísseis nucleares de médio alcance.

O actual panorama mundial no que respeita ao desanuviamento caracteriza-se, não só por um evidente atrazo do desanuviamento militar em relação ao desanuviamento político mas mesmo por uma estagnação e, em algúns casos, um retrocesso, também no domínio político. Esta situação é obra do imperialismo que se esforça assim por fazer frente a um processo irreversível de libertação e progressos globais do socialismo. Pretende-se, simultaneamente, criar dificuldades económicas ao socialismo impondo um peso apreciável de despesas com a defesa e alimentar um clima que permita "justificar" intervenções onde os interesses do capital internacional se encontrem mais ameaçados. Estão em causa, por outro lado, os lucros da indústria militar, que comanda decisões e linhas de orientação a nível de poder, no mundo capitalista.

Apesar das repercussões negativas a nível de desanuviamento internacional, esta política do imperialismo esbarra com uma realidade muito concreta: a premência do problema da conquista da paz mobiliza crescentes massas em todo o mundo, isolando os que se lhe opõem; o movimento de libertação soma vitórias, o movimento operário opõe-se sistematicamente à política do capital, o socialismo acentua uma mais que evidente superioridade em todos os domínios. E assim, apesar dos interesses gerais comuns, alargam-se as fissuras entre os grandes do capital, quer a nível internacional, quer dentro de cada país capitalista. Ao lado de decisões tão graves e perigosas como a tomada pela Nato em Dezembro passado, de distribuição de mísseis "Pershing II" e "Cruise" na RFA e noutros países da Europa capitalista, surgem contactos da RFA e de França com a União Soviética. Mesmo nos EUA, o conselheiro para os assuntos soviéticos do Secretário de Estado norte-americano Edmund Muskie, afirmou recentemente que o tratado Salt-2 deve ser ratificado para impedir uma escalada na corrida aos armamentos nucleares.



Alcance dos euromísseis, se as decisões da NATO se viessem a concretizar. O propósito de atingir profundamente o território da URSS é evidente.

O absurdo e os perigos da promoção de uma política de corrida aos armamentos nos nossos dias ressalta na posição assumida – e uma vez mais reafirmada – pela China. Deng Xiaoping, vice-primeiro-ministro chinês, afirmou há alguns dias que "a guerra é inevitável", sendo unicamente possível "adiar essa ocorrência". E como? Não com conversações sobre a paz e o desanuviamento, a que o regime chinês é frontalmente avesso. "Este novo apaziguamento só serve para enfraquecer mais e mais o Ocidente e a Europa" – garante. E "ensina" que a guerra poderá ser "adiada" se "conseguirmos amarrar a União Soviética ao Afeganistão e ao Camboja". Assim ressaltam os elos da provocação: preconiza-se a acentuação da prática dos esforços comuns entre Paquim e Washington para fomentar a provocação e reclamar depois contra a "ingerência soviética".

Apesar da perigosa e irrealista política do imperialismo, não vivemos o prelúdio de uma nova guerra mas uma época em que a construção da paz é finalmente possível. A nova iniciativa de paz soviética – não é só mais um passo nesse sentido – reflecte as novas possibilidades que, num período particularmente difícil, estão a ressurgir, reflectindo a tendência irreversível dos nossos dias.

As «soluções» do capital e os «direitos humanos»

Factos bem actuais, em diferentes países, ilustram de forma clara o agravamento da crise do capitalismo e o tipo de «respostas» a que o capital recorre face a tal crise.

O centro de estatística da CEE divulgou que o desemprego nos países da Comunidade Económica Europeia atingiu em fins de Julho os 6,7 milhões de pessoas, o número mais alto desde que esta organização foi criada. E os recordes deste tipo sucedem-se: a Grã-Bretanha ultrapassou os dois milhões de desempregados, o que não acontecia desde 1936, com a política social do governo conservador, com a liberalização dos despedimentos, prevê-se que o número de desempregados poderá atingir brevemente os três milhões; entretanto, na Itália, bate-se o recorde da inflação – no mês de Agosto o índice de inflação atingiu os 22,5 por cento, o mais alto do pós-guerra, prevendo-se para Setembro aumentos de preços em quase todos os sectores, desde as tarifas de electricidade às telefónicas e aos transportes terrestres.

A resposta do capital a estes índices, aos protestos populares contra estes e outros problemas inerentes ao sistema, é significativa. Em Filadélfia, manifestações e repressão sucederam-se durante alguns dias, após o assassinato a tiro de um jovem negro por um polícia. Na Turquia, em plena lei marcial que atinge um terço do território do país, o terrorismo fascista, na verdade tolerado e mesmo alimentado pelo governo de direita de Demirel, já provocou este ano cerca de 2 100 mortos, tendo morrido nestes últimos dias muitas dezenas de pessoas. Na «pacífica» Suíça, várias centenas de jovens que protestavam contra os elevados preços das rendas de casa foram violentamente dispersos pelas forças policiais que utilizaram carros de água e balas de borracha.

O exemplo da França é particularmente significativo. Está em causa neste momento a competitividade da frota e da indústria pesqueira francesa, perante a concorrência internacional. A «solução» do governo francês é linear. Recusa um subsídio de combustível, pois assim o determinam os acordos da CEE, que não são propriamente feitos à medida dos interesses dos povos e dos trabalhadores. Opta pelo despedimento em massa que representaria a redução das tripulações de 22 para 18 homens. Face à luta dos trabalhadoroes e contra este tipo de «soluções», manda a polícia de choque e a Marinha de Guerra.

Curiosamente não parece haver muito interesse da parte dos habituais defensores dos «direitos do homem» em atacar tão flagrante e sistemática violação de tais direitos.

Mais pormenores sobre uma pouca vergonha chamada RTP!

1. A situação actualmente existente nos órgãos de comunicação social estatizada, designadamente na RTP e na RDP, constitui justificadamente um dos pontos de mais profunda preocupação quanto à seriedade dos próximos actos eleitorais.

2. Um estudo (em anexo) sobre os tempos de imagem em programas informativos da RTP/1 acaba de revelar que, num período de cerca de 2 meses e meio, o Governo Sá Carneiro e a «AD» beneficiaram de 5h 37m 40s (78,9%) contra 49m 42s (11,6%) do PS/FRS, 14m 38s (3,4%) do PCP/MDP/APU e 26m 06s (6,1%) de outros partidos, o que constitui um indicador relevante da transformação da RTP em descarado instrumento de propaganda governamental.

3. A manipulação da informação, o comando dos órgãos estatizados pelas centrais reaccionárias de intoxicação e diversão ideológica, a marginalização e as preseguições a profissionais dignos e competentes, o assalto aos postos chave por gente profissionalmente desqualificada, verdadeiros mercenários arregimentados pela «AD», as práticas de censura, as pressões, a tentativa de impor um clima de medo e de intimidação, são hoje a negra realidade quotidiana de uma comunicação social estatizada asfixiada pela «AD».

4. Os homens de mão da «AD» na informação estatizada conduzem diariamente uma verdadeira guerra de agressão ideológica contra os cidadãos e preparam indiscutivelmente para o período da campanha eleitoral operações de manipulação de baixeza imprevisível, tal é a sua obcessão de ganharem através do controlo da informação a batalha que, em condições democráticas, indiscutivelmente perderão por força do voto popular.

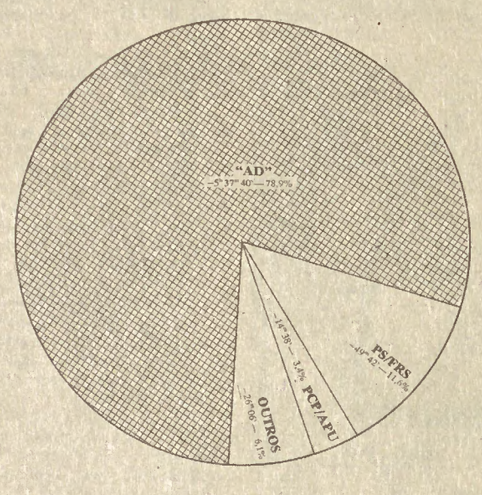
5. Face às prepotências, às ilegalidades e às práticas vergonhosas que a «AD» está impondo na comunicação social estatizada, torna-se particularmente imperioso, em defesa dos direitos dos cidadãos e da dignidade das próprias eleições, intensificar o combate democrático pela reposição da legalidade e pela garantia de isenção e pluralismo na comunicação social estatizada.

6. A situação na comunicação social estatizada atingiu tão graves proporções e converteu-se num escândalo público tão vasto que, salientando o valor e o significado da resistência e da luta de todos os profissionais da informação que não estão dispostos a vender a sua consciência cívica e dignidade profissional, se impõe desde já aos cidadãos uma atitude: encarar com desconfiança e sérias reservas a informação que diariamente recebem, designadamente através da RTP e da RDP, e encontrar as formas adequadas de exprimir directamente o seu protesto contra o assalto pela «AD» da comunicação social paga pelos dinheiros públicos.

Lisboa, 29 de Agosto de 1980

A Secção de Inforção e Propaganda do Partido Comunista Português

	H M S
Sá Carneiro	1.11.10
Freitas do Amaral	1.02.54
Junho/80	
Governo e partidos da «AD»	1.52.17
PS/FRS	31.25
PCP/MDP/APU	6.18
Outros	4.46
Julho/80	
Governo e partidos da «AD»	3.01.31
PS/FRS	14.28
PCP/MDP/APU	7.09
Outros	9.32
1 a 12 de Agosto/80	
Governo e partidos da «AD»	43.44
PS/FRS	3.49
PCP/MDP/APU	1.09
Outros	11.48



OBSERVAÇÕES

1. Os dados agora publicados referem-se a tempo de imagens (*slides, vídeo-tape,* filme) nos principais programas de informação da RTP/1 («País País», «Telejornal», «24 horas», «1.ª Página») no período compreendido entre 1 de Junho e 12 de Agosto.

2. Não foram considerados para este efeito, os programas da responsabilidade dos próprios partidos, no exercício do direito de antena. Primeiro, porque o tempo de antena não pode servir de desculpa ou compensação para a ausência de pluralismo na informação produzida pela RTP; segundo, porque a inclusão de tais tempos não modificaria a despropoção entre o governo e a «AD» e os partidos da oposição: (os partidos da «AD» – PPD, CDS e PPM utilizaram cerca de 1h 10m do seu tempo de antena anual, o PS e o PCP cerca de 30m cada, o MDP cerca de 9m, a UDP 7m e o MRPP 6m).

3. Não foram igualmente consideradas as entrevistas a dirigentes partidários ao programa «1.ª Página» dado que se integram num esquema global de entrevistas a todos os partidos com representação parlamentar, e com eles acordado pela RTP.

4. As conclusões desta análise, sendo suficientes para ilustrar a maciça propaganda governamental que é veiculada pela informação da RTP, são no entanto apenas uma pálida amostra dos múltiplos processos de manipulação da informação e de desfavorecimento dos partidos da oposição que, como se sabe, incluem desde as reportagens sobre problemas nacionais orientadas para a difusão das concepções e posições do governo, até à falta de som directo em reportagens sobre actividades dos partidos da oposição.

5. No quadro da escândalosa desproporção existente entre o governo e «AD» e partidos da oposição, ressalta ainda dos números que o PCP é a força política mais ignorada e discriminada pela informação da RTP. Assim, o PCP que é reconhecidamente o partido nacional mais activo e que promove o maior número de iniciativas, teve, por exemplo, no período analisado sensivelmente o mesmo tempo, (cerca de 11m de imagens) que, juntos o MRPP e a FUP/Otelo.

6. Para se poder avaliar dos critérios em vigor na informação da RTP bastará ainda referir que, por exemplo, uma grande manifestação de trabalhadores em Lisboa teve o mesmo tempo de imagens que uma visita do Ministro da Agricultura e Pescas a uma Exposição Canina e muito menos tempo que muitas outras das frequentes passeatas ministeriais.

... e a "AD" ao assalto do "Jornal de Notícias"

1. Nas vésperas da abertura da campanha eleitoral o Governo «AD» acaba de dar novo passo na escalada para o total domínio dos órgãos de comunicação social do Estado.

Assim tem de ser entendida, com efeito, a nomeação para a Administração do «Jornal de Notícias» de um deputado municipal da «AD», Almeida e Sousa, e de um homem de mão do ex-Grupo Quina e ex-Administrador do «Comércio do Porto» e do «Jornal do Comércio».

2. Este assalto aos postos da Administração do «JN», já presidido por um homem do PPD, José Macedo e Cunha, segue-se a outras medidas recentes com vista a reinstaurar processos de censura e a colocar os grandes órgãos de informação ao serviço da propaganda e das campanhas de mistificação da «AD»: as nomeações de Proença de Carvalho para a Administração da RTP e de Duarte Figueiredo, assessor do Primeiro-Ministro para a comunicação social, para dirigir a manipulação de todos os programas informativos da televisão; o autêntico assalto à redação da RDP, com a contratação a prazo, até ao termo da campanha eleitoral, de dezenas de escribas reaccionários.

Toda a prática da «AD» no campo da comunicação social está marcada pela mais descarada manipulação e ocultação da informação, por uma actuação completamente ilegal que contraria todas as disposições constitucionais relativas à liberdade de informação.

Este assalto configura o carácter totalitário da «AD» e comprova uma vez mais a completa inadequação do actual Governo para assegurar a realização de eleições em condições democráticas.

3. A Administração do «JN», com a composição que a «AD» agora lhe impôs. irá por certo procurar transformar o diário português de maior tiragem em mais um megafone do Governo e numa nova trombeta da reacção, acentuando ainda mais naquele importante jornal as discriminações que já se verificavam contra o PCP e contra o movimento popular.

4. A DORP do PCP exorta todos os trabalhadores e todos os democratas a oporem-se à escalada e aos desígnios anti-democráticos da «AD», lutando por uma informação independente, objectiva e rigorosa e pela criação de condições que assegurem a seriedade das próximas eleições.

Ao mesmo tempo exprimimos a nossa confiança que os trabalhadores do «JN», designadamente os jornalistas, saberão opôr sem desfalecimentos a seriedade e dignidade profissionais às práticas de censura e de manipulação com que a «AD» quer mistificar a opinião pública e violentar a consciência do povo português.

A Secção de Informação e Propaganda da Direcção da Organização Regional do Porto do Partido Comunista Português

Austeridade UM DISCURSO: 2.500 contos!

Austeridade nos gastos do governo...!, prometia o governo AD antes das eleições. Anunciavam até medidas (despachos e portarias!...) para diminuir os gastos. Era demagogia eleitoral, era tudo mentira. Vejamos só uma amostra do que fizeram:

Freitas do Amaral — Em Janeiro mandou distribuir o seu reaccionaríssimo discurso na AR pelas embaixadas portuguesas, por **telegrama. Factura:** dois mil e quinhentos (2500) contos. Em **Maio** foi a Bruxelas, **de táxi aéreo. Factura: duzentos e quarenta (240) contos!**

Manuela Aguiar (secretária de Estado da Emigração) — só entre 12 de Abril e 7 de Julho (período de 87 dias) passou **52** no estrangeiro a fazer propaganda eleitoral da AD! Por cada dia fora recebeu (cinco mil) 5000 escudos de **ajudas de custo:** Recebeu duzentos e sessenta (260) contos!

Leonardo Ribeiro de Almeida (presidente da Assembleia da República) — Em Julho passou uma semana no Perú acompanhado por um pendura (o chefe de gabinete); gastaram ambos (mais as esposas) **setecentos e sessenta e seis** (766) contos, em viagens, ajudas de custo e «extras».

Kruz Abecassis (Presidente CDS da Câmara Municipal de Lisboa) — Em meio ano de gestão «AD», a CML já tinha gasto 4 mil contos em banquetes e passeatas ao estrangeiro! Na construção de um **restaurante de luxo** no Castelo de S. Jorge gastaram-se 20 000 contos!

A «AD» não ficou por aqui, claro... Decidiu entregar **200 milhões de contos,** para as «indemnizações» a grandes capitalistas e agrários. Ao mesmo tempo a «AD» roubou **25 milhões de contos** às câmaras e freguesias do País!

É esta a «austeridade» da «AD»!

Salário mínimo e Segurança Social

Com medo da derrota o governo avança com medidas eleiçoeiras

1. As decisões ontem anunciadas pelo Conselho de Ministros relativamente ao salário mínimo e à segurança social integram-se numa manobra marcadamente eleitoralista e não têm qualquer correspondência com a real política e os verdadeiros objectivos do Governo da «AD».

2. As medidas anunciadas correspondem, de forma parcial e muito insuficiente, a prementes reivindicações que os trabalhadores, e designadamente o movimento sindical, vinham formulando desde há muitos meses, enfrentando a resistência e a oposição do Governo Sá Carneiro.

De salientar ainda que já em Abril, durante a discussão do Orçamento Geral do Estado na Assembleia da República, o PCP apresentou propostas concretas e quantificadas de aumentos de reformas e pensões em montantes justamente superiores aos agora decididos pelo Governo e que então não foram aprovados devido à obstinada oposição dos partidos da «AD».

Constitui assim uma grande derrota do Governo da «AD» o facto de, contra a sua política de feroz reforço da exploração dos trabalhadores e de agravamento geral das condições de vida da população, ter sido obrigado a satisfazer agora algumas agudas exigências do movimento popular e das organizações sociais.

É tarefa essencial exigir e lutar pela aplicação efectiva das medidas agora anunciadas, combatendo previsíveis atrasos e dificuldades burocráticas que, a exemplo de situações anteriores, o Governo possa promover, interessado como está em conseguir fama sem que os portugueses tenham proveito.

3. As concessões eleitoralistas a que a luta popular e o medo de derrota eleitoral obrigaram o Governo, não farão esquecer nem os milhões de contos extraídos do erário público que o Governo destina à campanha eleitoral da «AD» sem qualquer benefício para a população, nem as muitas dezenas de milhões de contos que está desviando da resposta às necessidades nacionais para o bolso dos grandes capitalistas e agrários, nem os tenebrosos planos que a «AD» tece para o futuro próximo da vida do povo e da democracia portuguesa.

4. Por detrás das concessões e manobras demogógicas do Governo Sá Carneiro o que se perfila é a tentativa desesperada da «AD» de amortecer a oposição popular e nacional ao seu plano de liquidar o regime democrático, esmagar as liberdades e direitos dos cidadãos, promover um extremo reforço da exploração dos trabalhadores e das dificuldades e sacrifícios de toda a população, com vista a assegurar condições para o saque completo do país pelo grande capital e restabelecer o seu domínio despótico sobre a economia nacional e o trabalho dos portugueses.

5. Na motivação das medidas tomadas pelo Governo à beira da campanha eleitoral não há ponta de generosidade ou de consideração pelas reais necessidades, problemas e sofrimentos do povo português e, em particular, das camadas mais desfavorecidas, mas apenas e sobretudo cálculos eleitoralistas e manobras demagógicas visando escamotear as responsabilidades da «AD» pelo desprezo completo a que têm estado votadas as grandes reivindicações e aspirações populares.

6. A «AD» avalia mal o bom senso, a inteligência e a larga experiência política dos portugueses. Os trabalhadores, e com eles a maioria do povo português, não se deixarão enganar. Não serão estas medidas demagógicas do Governo que farão os portugueses esquecer que a continuação da «AD» no governo significaria o enorme perigo de regresso ao passado de repressão, exploração e injustiça.

Derrotando a «AD», mostrarão que a sua consciência democrática, o seu amor à liberdade e a sua vontade de conquistar uma vida efectivamente melhor, não estão à venda.

Lisboa, 30 de Agosto de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

a "AD" vai Perder!

PORQUE os portugueses que a "AD" enganou viram com os seus olhos, sentiram na própria pele os efeitos de 8 meses do seu governo e conhecem os seus planos futuros.

PORQUE não respeitou a Constituição, as leis, as instituições; conduziu uma política de destruição sistemática de tudo o que o nosso povo conquistou, as liberdades, as nacionalizações, a Reforma Agrária; utiliza abusivamente, o aparelho de Estado, os meios de Comunicação Social, para se manter no poder.

A «AD» vai perder! porque pretende liquidar o 25 de Abril e instaurar uma nova ditadura.

a "AD" vai Perder porque mentiu, destruiu, enganou, não cumpriu!

Nós, trabalhadores, vamos com o nosso voto demitir o Governo «AD»!
Porque não nos deixamos enganar com medidas marcadamente eleitoralistas, com seis meses de atraso em relação às reivindicações dos trabalhadores.
Porque conhecemos a política «AD»: de aumento da exploração; de boicote à contratação colectiva; de provocação e violência contra os trabalhadores.

Nós, mulheres, vamos com o nosso voto demitir o Governo «AD»!
Porque com a «AD» agravaram-se progressivamente os nossos problemas e dificuldades: aumentou o desemprego, a exploração, os despedimentos, as discriminações salariais; aumentaram os preços e as dificuldades de alimentação, vestuário e educação dos filhos.

Nós, jovens, vamos, com o nosso voto, demitir o Governo «AD»!
Porque a «AD» agravou ainda mais os problemas e as condições de vida da juventude, as condições de trabalho, o desemprego, os despedimentos o acesso ao ensino e as condições de estudo.
Porque a «AD» aumentou as dificuldades dos jovens casais e dos jovens que pretendem constituir família e adquirir a sua legítima independência.

Nós, agricultores, vamos, com o nosso voto, demitir o Governo «AD»!
Porque a política da «AD» foi de ataque generalizado aos interesses dos pequenos e médios agricultores — proprietários e rendeiros — e de descarado proteccionismo aos grandes intermediários, armazenistas, industriais. Porque nos cortou radicalmente o crédito agrícola de emergência, não resolveu os problemas do vinho, leite, batata, etc.

Nós, reformados, vamos, com o nosso voto, demitir o Governo «AD»!
Porque não nos deixamos enganar pela caça aos votos pretendida com os aumentos da «AD».
Porque a «AD» retardou até Maio o pagamento de aumentos do anterior governo, e deixou por actualizar as pensões de mais 1 milhão de reformados.
Porque os aumentos agora anunciados não satisfazem as reivindicações dos reformados (3750$00 para a pensão social e dos rurais) – e outros só começam em Dezembro, deixando em grandes dificuldades milhares de reformados.

O povo português vai, com o seu voto demitir o Governo «AD», confirmar e reforçar o seu apoio às listas da APU, porque os deputados da APU que forem eleitos irão defender uma política de:
liberdade e de consolidação da democracia
desenvolvimento económico
bem-estar e cultura
legalidade, estabilidade e tranquilidade pública
independência, paz e cooperação

com o nosso Voto

APU POVO UNIDO **Abril Vencerá!**